

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
JEFFERSON DE OLIVEIRA SALLES

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA E CONFLITOS AGRÁRIOS
NO MUNICÍPIO DE PINHÃO-PR

CURITIBA
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
JEFFERSON DE OLIVEIRA SALLES

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA E CONFLITOS
AGRÁRIOS NO MUNICÍPIO DE PINHÃO-PR

Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção do título de mestre em sociologia no Programa de Pós graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. José Luiz Fernandes Cerveira Filho
Co-orientador: Prof. Dr. Osvaldo Heller da Silva

CURITIBA

2013

Catalogação na publicação
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Salles, Jefferson de Oliveira

Institucionalização da propriedade fundiária e conflitos agrários no município de Pinhão - PR / Jefferson de Oliveira Salles – Curitiba, 2013. 108 f.

Orientador: Prof^º. Dr^º. José Luiz Fernandes Cerveira Filho

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Posse de terra - Pinhão (PR). 2. Posseiros - Pinhão (PR). 3. Camponeses - Paraná. 4. Latifúndio. 5. Colonização agrária. 6. Sociologia rural. I. Título.

CDD 306.32



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 469 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

PARECER

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, após arguir o(a) candidato(a) **Jefferson de Oliveira Salles**, em relação ao seu trabalho de dissertação intitulado "INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA E CONFLITOS AGRÁRIOS NO MUNICÍPIO DE PINHÃO/PR" é de parecer favorável à do(a) acadêmico(a), habilitando-o(a) ao título de *Mestre em Sociologia*, linha de pesquisa *linha de pesquisa "Ruralidades e Meio Ambiente"* da área de concentração em SOCIOLOGIA. Curitiba, 30 de setembro de 2013.

Prof.ª Dr.ª Claudia Sonda

Prof. Dr. Osvaldo Heller da Silva

Prof. Dr. José Luiz Fernandes Cerveira Filho
Orientador e presidente da banca examinadora

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 28.04.14

KATIANO MIGUEL CRUZ

SECRETÁRIO DO PROGRAMA DE

GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MATR. 200910

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação somente foi possível devido ao apoio de várias pessoas. Não é possível nomeá-las todas, mesmo assim tentarei. De início agradeço à minha companheira Claudemira e meu filho Ian. A primeira por acreditar em mim e me estimular principalmente quando quis desistir. Ao meu filho por fornecer boa parte da energia que precisava para superar os desafios. Para minha irmã Gisele que me apoiou por diversos meios, inclusive aguentando meu mau humor e desleixo para com nossa casa.

O trabalho de pesquisa somente foi possível graças ao empenho dos movimentos sociais de Pinhão, em particular da AFATRUP na pessoa do Júlio. Sem sua inteligência e presteza em fornecer informações trabalho não existiria. Agradeço a eles profundamente, pois sou o maior beneficiário da pesquisa e dificilmente conseguirei retribuir tanto a gentileza quanto ao aprendizado obtive.

Lembro também meus colegas de mestrado, em especial o Robson, Ana Maria Palma, Edson e Neli. Também deixo agradecimentos aos orientadores Luiz Cerveira e Osvaldo, bem como à Claudia Sonda por participar da banca e pelas sugestões em seu parecer. Suas contribuições foram essenciais, sendo as incompletudes se devem aos limites do acadêmico que realizou a pesquisa. Ao Programa de Pós Graduação em Sociologia deixo registrado o reconhecimento do compromisso com a universidade pública e de qualidade, preocupada com os rumos do povo que a mantém.

Como diz um ditado popular, os últimos serão os primeiros, neste sentido, quero deixo o mais profundo agradecimento aos meus pais, Tadeu e Célia.

RESUMO

A presente dissertação partiu da seguinte indagação: quais foram os processos de institucionalização da propriedade fundiária rural no Paraná! Em específico, analisaremos as disputas pela propriedade fundiária envolvendo dois agentes sociais no município de Pinhão, centro-sul do Paraná, que há décadas estão em conflito, de um lado os denominados “Posseiros de Pinhão” e, de outro, a “Empresa Madeireira João José Zattar S.A”. Os primeiros entendidos como uma fração dentro da diversidade que caracteriza o campesinato, o segundo compreendido como um representante da modernização conservadora no campo, identificado na atividade de extrativismo madeireiro. Para realizarmos nossa investigação optamos pela pesquisa qualitativa e análise documental tendo em vista rico (pela sua diversidade) e extenso (pela sua quantidade) acervo documental ao qual tivemos acesso, produzido por diversos órgãos estatais: Assembleia Legislativa, IAP, Poder Judiciário, movimentos sociais (AFATRUP), Junta Comercial do Paraná. De posse desta documentação realizamos nosso trabalho de campo no intuito de responder a questão norteadora que deveria ser alcançada por meio de três objetivos: I) Reconstrução dos processos institucionais da formação da propriedade fundiária em diferentes contextos sócio-históricos; II) Análise da formação e das relações estabelecidas entre os agentes sociais envolvidos no processo; III) Compreender os conflitos entre os agentes e sua relação com instituição propriedade fundiária. A par do trabalho deste trabalho de campo (catalogação, classificação e análise das fontes) realizou-se revisão da literatura especializada na formação da propriedade fundiária por teóricos do direito e história. A esta bibliografia somaram-se teóricos da sociologia e estudos especializados sobre estrutura fundiária e historiografia. Como fruto do trabalho investigativo aprofundou questões e produzimos novos subsídios à compreensão das relações de poder político e econômico que sustentaram a formação da propriedade privada no centro sul paranaense. Simultaneamente a este processo também contribuimos para a compreensão dos agentes sociais envolvidos nas disputas constantemente atualizadas do ponto de vista simbólico em torno da propriedade fundiária. Demonstramos que as definições usualmente utilizadas pela historiografia paranaense abordam apenas parcialmente as diferentes concepções de (direito) de propriedade existente no campesinato. Estes dois últimos aspectos (atualização de significados e diversidade de concepções de direito e de propriedade) têm alimentado diversos tipos de disputas pelo direito e pela terra em Pinhão nas últimas décadas.

Palavras-chave: propriedade fundiária; campesinato; latifúndio; AFATRUP; Posseiros de Pinhão; Empresa João José Zattar S. A.; setor industrial madeireiro; companhias colonizadoras; conflito.

ABSTRACT

This dissertation is an analysis of the processes of institutionalization of land ownership security in rural areas of Paraná State, Brazil. The main focus of the study was to analyze the dispute over the land ownership involving two social actor in the municipality of Pinhão, South-Central region of Paraná State, which for decades are in conflict. In one hand, the so-called "Squatters" of Pinhão, who can be characterized as a fraction within the diversity that characterizes the peasantry in the region and on the other hand, the logging company "João José Zattar Inc.", taking place as a representative of conservative modernization in the rural area. In order to carry out our investigation we have opted for a qualitative research and analysis of documents due to the richness (by its diversity) and extensiveness (by its quantity) documentary collection, produced by various State departments, such as Legislative Assembly of Paraná, IAP, Judiciary, the Board of Trade of Paraná State and social movements (AFATRUP). The rationale of the study was based on three points: I) reconstruction of institutional formation processes of land ownership in different socio-historical contexts; II) analysis of the formation and the relationships established between the social actors involved in the process; III) understanding the conflicts between actor and their relationship with the establishment of land property. After cataloguing, classifying and analyzing different sources of documents, a literature review focused on formation of land ownership was conducted based on the sociological theory of Pierre Bourdieu and Norbert Elias. We also added some specialized studies on land ownership structure and historiography. As a result of the investigative work, we present a deeper understanding of the issues, and as well as, the production of new subsidies for better understanding the political and economic relationships that sustained the formation of private property in the South Central region of Paraná State. At the same time, this study also contributes to understanding the involvement of social actor in the disputes that are constantly updated taking of view around land ownership. We demonstrate that the definitions used by the state historiography, usually cover only partially the different conceptions of (ownership) and property on the peasantry. These last two aspects (update of meanings and diversity of conceptions of ownership and property) have fueled different types of disputes by ownership of the land in Pinhão region in the recent decades.

Keywords: peasantry; estate farming; power; conflict.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
OBJETIVO GERAL	04
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	05
PROBLEMA DE PESQUISA	05
METODOLOGIA	07
ACERVOS DOCUMENTAIS	12
CAPÍTULO I: SUBSÍDIOS AO ESTUDO DA INSTITUIÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA NO CENTRO-SUL DO PARANÁ	14
1.1 PARADOXOS ENTRE A LEI E A REALIDADE: POLÍTICA DE TERRAS DA CONQUISTA À COLONIZAÇÃO	16
1.2 HOMENS BONS, BANDEIRANTES DO PROGRESSO E SELF MADE MANS	26
1.2.1 Ascensão do setor industrial madeireiro	33
1.3 PROPRIEDADE FUNDIÁRIA E PODER SIMBÓLICO	42
1.4. PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA	51
1.5 CABOCLOS, POSSEIROS E COLONOS	53
CAPÍTULO II: GRUPO ZATTAR E OS POSSEIROS DE PINHÃO	64
2.1 ORIGENS DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA: O IMÓVEL PINHÃO, FAXINAL DOS RIBEIROS OU VALE DO RIO DA AREIA	65
2.2 RELATÓRIO DA COMISSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	69
2.3 A “GUERRA DA MADEIRA”: OS CONFLITOS EM PINHÃO NA MÍDIA	73
2.4 ELEPIÃO: RECONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA FUNDIÁRIA DE PINHÃO	75
CAPÍTULO III: PODER LOCAL E CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA	88
CAPÍTULO IV: CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERENCIAS	94
FONTES DOCUMENTAIS	101
ANEXOS	
ANEXO I: TABELA CONFLITOS FUNDIÁRIOS	
ANEXO II: ORGANOGRAMA REDES DE PROPRIEDADE E PODER	
ANEXO III: GRILOS DE TERRA NO PARANÁ EM 1932 SEGUNDO DGTC	
ANEXO IV: TERRAS E TERRITORIOS TRADICIONAIS E DA REFORMA AGRÁRIA NO CENTRO SUL DO PARANÁ	

ANEXO V: CARTOGRAMA CONFLITOS FUNDIÁRIOS, POVOS E COMUNIDADES
TRADICIONAIS NO PARANÁ NO SÉCULO XX

ANEXO VI: MAPA DE PINHÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
JEFFERSON DE OLIVEIRA SALLES

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA E CONFLITOS AGRÁRIOS
NO MUNICÍPIO DE PINHÃO-PR

CURITIBA

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
JEFFERSON DE OLIVEIRA SALLES

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA E CONFLITOS
AGRÁRIOS NO MUNICÍPIO DE PINHÃO-PR

Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção do título de mestre em sociologia no Programa de Pós graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. José Luiz Fernandes Cerveira Filho
Co-orientador: Prof. Dr. Osvaldo Heller da Silva

CURITIBA

2013

Catalogação na publicação
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Salles, Jefferson de Oliveira

Institucionalização da propriedade fundiária e conflitos agrários no município de Pinhão - PR / Jefferson de Oliveira Salles – Curitiba, 2013. 108 f.

Orientador: Prof^o. Dr^o. José Luiz Fernandes Cerveira Filho
Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Posse de terra - Pinhão (PR). 2. Posseiros - Pinhão (PR).
3. Camponeses - Paraná. 4. Latifúndio. 5. Colonização agrária. 6. Sociologia rural. I. Título.

CDD 306.32



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 469 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

PARECER

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, após arguir o(a) candidato(a) **Jefferson de Oliveira Salles**, em relação ao seu trabalho de dissertação intitulado "INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA E CONFLITOS AGRÁRIOS NO MUNICÍPIO DE PINHÃO/PR" é de parecer favorável à do(a) acadêmico(a), habilitando-o(a) ao título de *Mestre* em Sociologia, linha de pesquisa linha de pesquisa "Ruralidades e Meio Ambiente" da área de concentração em SOCIOLOGIA. Curitiba, 30 de setembro de 2013.

Prof.ª Dr.ª Claudia Sonda

Prof. Dr. Osvaldo Heller da Silva

Prof. Dr. José Luiz Fernandes Cerveira Filho
Orientador e presidente da banca examinadora

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 28.04.14

KATIANO MIGUEL CRUZ
SECRETÁRIO DO PROGRAMA DE
PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MATR. 220910

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação somente foi possível devido ao apoio de várias pessoas. Não é possível nomeá-las todas, mesmo assim tentarei. De início agradeço à minha companheira Claudemira e meu filho Ian. A primeira por acreditar em mim e me estimular principalmente quando quis desistir. Ao meu filho por fornecer boa parte da energia que precisava para superar os desafios. Para minha irmã Gisele que me apoiou por diversos meios, inclusive aguentando meu mau humor e desleixo para com nossa casa.

O trabalho de pesquisa somente foi possível graças ao empenho dos movimentos sociais de Pinhão, em particular da AFATRUP na pessoa do Júlio. Sem sua inteligência e presteza em fornecer informações trabalho não existiria. Agradeço a eles profundamente, pois sou o maior beneficiário da pesquisa e dificilmente conseguirei retribuir tanto a gentileza quanto ao aprendizado obtive.

Lembro também meus colegas de mestrado, em especial o Robson, Ana Maria Palma, Edson e Neli. Também deixo agradecimentos aos orientadores Luiz Cerveira e Osvaldo, bem como à Claudia Sonda por participar da banca e pelas sugestões em seu parecer. Suas contribuições foram essenciais, sendo as incompletudes se devem aos limites do acadêmico que realizou a pesquisa. Ao Programa de Pós Graduação em Sociologia deixo registrado o reconhecimento do compromisso com a universidade pública e de qualidade, preocupada com os rumos do povo que a mantém.

Como diz um ditado popular, os últimos serão os primeiros, neste sentido, quero deixo o mais profundo agradecimento aos meus pais, Tadeu e Célia.

RESUMO

A presente dissertação partiu da seguinte indagação: quais foram os processos de institucionalização da propriedade fundiária rural no Paraná! Em específico, analisaremos as disputas pela propriedade fundiária envolvendo dois agentes sociais no município de Pinhão, centro-sul do Paraná, que há décadas estão em conflito, de um lado os denominados “Posseiros de Pinhão” e, de outro, a “Empresa Madeireira João José Zattar S.A”. Os primeiros entendidos como uma fração dentro da diversidade que caracteriza o campesinato, o segundo compreendido como um representante da modernização conservadora no campo, identificado na atividade de extrativismo madeireiro. Para realizarmos nossa investigação optamos pela pesquisa qualitativa e análise documental tendo em vista rico (pela sua diversidade) e extenso (pela sua quantidade) acervo documental ao qual tivemos acesso, produzido por diversos órgãos estatais: Assembleia Legislativa, IAP, Poder Judiciário, movimentos sociais (AFATRUP), Junta Comercial do Paraná. De posse desta documentação realizamos nosso trabalho de campo no intuito de responder a questão norteadora que deveria ser alcançada por meio de três objetivos: I) Reconstrução dos processos institucionais da formação da propriedade fundiária em diferentes contextos sócio-históricos; II) Análise da formação e das relações estabelecidas entre os agentes sociais envolvidos no processo; III) Compreender os conflitos entre os agentes e sua relação com instituição propriedade fundiária. A par do trabalho deste trabalho de campo (catalogação, classificação e análise das fontes) realizou-se revisão da literatura especializada na formação da propriedade fundiária por teóricos do direito e história. A esta bibliografia somaram-se teóricos da sociologia e estudos especializados sobre estrutura fundiária e historiografia. Como fruto do trabalho investigativo aprofundou questões e produzimos novos subsídios à compreensão das relações de poder político e econômico que sustentaram a formação da propriedade privada no centro sul paranaense. Simultaneamente a este processo também contribuimos para a compreensão dos agentes sociais envolvidos nas disputas constantemente atualizadas do ponto de vista simbólico em torno da propriedade fundiária. Demonstramos que as definições usualmente utilizadas pela historiografia paranaense abordam apenas parcialmente as diferentes concepções de (direito) de propriedade existente no campesinato. Estes dois últimos aspectos (atualização de significados e diversidade de concepções de direito e de propriedade) têm alimentado diversos tipos de disputas pelo direito e pela terra em Pinhão nas últimas décadas.

Palavras-chave: propriedade fundiária; campesinato; latifúndio; AFATRUP; Posseiros de Pinhão; Empresa João José Zattar S. A.; setor industrial madeireiro; companhias colonizadoras; conflito.

ABSTRACT

This dissertation is an analysis of the processes of institutionalization of land ownership security in rural areas of Paraná State, Brazil. The main focus of the study was to analyze the dispute over the land ownership involving two social actor in the municipality of Pinhão, South-Central region of Paraná State, which for decades are in conflict. In one hand, the so-called "Squatters" of Pinhão, who can be characterized as a fraction within the diversity that characterizes the peasantry in the region and on the other hand, the logging company "João José Zattar Inc.", taking place as a representative of conservative modernization in the rural area. In order to carry out our investigation we have opted for a qualitative research and analysis of documents due to the richness (by its diversity) and extensiveness (by its quantity) documentary collection, produced by various State departments, such as Legislative Assembly of Paraná, IAP, Judiciary, the Board of Trade of Paraná State and social movements (AFATRUP). The rationale of the study was based on three points: I) reconstruction of institutional formation processes of land ownership in different socio-historical contexts; II) analysis of the formation and the relationships established between the social actors involved in the process; III) understanding the conflicts between actor and their relationship with the establishment of land property. After cataloguing, classifying and analyzing different sources of documents, a literature review focused on formation of land ownership was conducted based on the sociological theory of Pierre Bourdieu and Norbert Elias. We also added some specialized studies on land ownership structure and historiography. As a result of the investigative work, we present a deeper understanding of the issues, and as well as, the production of new subsidies for better understanding the political and economic relationships that sustained the formation of private property in the South Central region of Paraná State. At the same time, this study also contributes to understanding the involvement of social actor in the disputes that are constantly updated taking of view around land ownership. We demonstrate that the definitions used by the state historiography, usually cover only partially the different conceptions of (ownership) and property on the peasantry. These last two aspects (update of meanings and diversity of conceptions of ownership and property) have fueled different types of disputes by ownership of the land in Pinhão region in the recent decades.

Keywords: peasantry; estate farming; power; conflict.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
OBJETIVO GERAL.....	04
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	05
PROBLEMA DE PESQUISA.....	05
METODOLOGIA.....	07
ACERVOS DOCUMENTAIS.....	12
CAPÍTULO I: SUBSÍDIOS AO ESTUDO DA INSTITUIÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA NO CENTRO-SUL DO PARANÁ.....	14
1.1 PARADOXOS ENTRE A LEI E A REALIDADE: POLÍTICA DE TERRAS DA CONQUISTA À COLONIZAÇÃO.....	16
1.2 HOMENS BONS, BANDEIRANTES DO PROGRESSO E SELF MADE MANS.....	26
1.2.1 Ascensão do setor industrial madeireiro.....	33
1.3 PROPRIEDADE FUNDIÁRIA E PODER SIMBÓLICO.....	42
1.4. PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA.....	51
1.5 CABOCLOS, POSSEIROS E COLONOS.....	53
CAPÍTULO II: GRUPO ZATTAR E OS POSSEIROS DE PINHÃO.....	64
2.1 ORIGENS DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA: O IMÓVEL PINHÃO, FAXINAL DOS RIBEIROS OU VALE DO RIO DA AREIA.....	65
2.2 RELATÓRIO DA COMISSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA.....	69
2.3 A “GUERRA DA MADEIRA”: OS CONFLITOS EM PINHÃO NA MÍDIA.....	73
2.4 ELEPIÃO: RECONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA FUNDIÁRIA DE PINHÃO.....	75
CAPÍTULO III: PODER LOCAL E CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA.....	88
CAPÍTULO IV: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERENCIAS.....	94
FONTES DOCUMENTAIS.....	101
ANEXOS	
ANEXO I: TABELA CONFLITOS FUNDIÁRIOS	
ANEXO II: ORGANOGRAMA REDES DE PROPRIEDADE E PODER	
ANEXO III: GRILOS DE TERRA NO PARANÁ EM 1932 SEGUNDO DGTC	
ANEXO IV: TERRAS E TERRITORIOS TRADICIONAIS E DA REFORMA AGRÁRIA NO CENTRO SUL DO PARANÁ	

ANEXO V: CARTOGRAMA CONFLITOS FUNDIÁRIOS, POVOS E COMUNIDADES
TRADICIONAIS NO PARANÁ NO SÉCULO XX

ANEXO VI: MAPA DE PINHÃO

LISTA DE ABREVIATURAS

AFATRUP: Associação das Famílias de Trabalhadores Rurais do Pinhão

BRAVIACO: Companhia Brasileira de Viação e Comércio

CACEX: Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil

CCEM: Comissão Coordenadora de Exportação de Madeiras

CEI: Comissão Especial da Assembleia Legislativa do Paraná criada para Investigar os Conflitos de Terra de Pinhão

CODEPAR: Companhia de Desenvolvimento do Paraná

CTNP: Companhia de Terras Norte do Paraná

DITER-ITCG: Departamento de Terras do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências

ELEPIÃO: Programa Especial de Regularização Fundiária do município de Pinhão

ERGUA: Escritório Regional do IAP em Guarapuava

IAP: Instituto Ambiental do Paraná

ITCG: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

JCP: Junta Comercial do Paraná

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PRONERA: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SEMA: Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

INTRODUÇÃO

Na minha infância, na zona rural de Laranjeiras do Sul, município localizado a 80 km de Pinhão, por anos escutei os homens mais velhos contarem histórias, de aventuras nos rios da região, visagens, de grandes colheitas de roça, das safras de porcos, caçadas e de conflitos armados que dizimavam famílias inteiras. Várias destas histórias permanecem vivas em minha memória e influenciaram na escolha pela graduação em História. Em um olhar retrospectivo, lembro-me constantemente dos causos que se referiam a safras e tropeadas de porcos que podiam levar dias em caminhadas a pé. Recordo também daquelas que envolviam duradouros e violentos conflitos armados, as quais, compreendi posteriormente, que estavam diretamente ligadas a disputas por terras.

Como estudante universitário participei do PRONERA acompanhando turmas de alfabetização de adultos no centro-sul, em particular em Inácio Martins, município limítrofe a Pinhão. Ali passei a escutar narrativas de conflitos entre camponeses e a madeireira João José Zattar S/A. Lembro que alguns eram contatos em tom de galhofa, como o caso em que jagunços da empresa interromperam um jogo de futebol correndo atrás de torcedores e jogadores com cavalos e disparando armas de fogo para cima. Em outro trabalho de campo, na localidade de Bom Retiro em Pinhão, ouvi pessoas contando que há poucos dias telhados de casas de um assentamento do INCRA haviam sido atingidos por tiros durante a noite. Estas histórias eram contadas a mim por camponeses e funcionários do INCRA e ITCG, estas pessoas afirmavam “o pessoal do Zattar é fogo!”

Anos depois, trabalhando do ITCG, participei de uma reunião entre este órgão, INCRA, MST e AFATRUP e proprietários da empresa. O objetivo da reunião era buscar soluções para evitar a desocupação judicial iminente que a empresa conseguira na justiça. Este fato provocou minha curiosidade e até perplexidade, visto que servidores públicos do INCRA e ITCG, integrantes dos movimentos sociais além dos próprios moradores de Pinhão afirmavam que presença dos Posseiros nas áreas em litígio precedia a empresa por décadas.

Estes três momentos (as memórias de infância e adolescência, o início de minha formação acadêmica como educador e historiador, os primeiros passos de minha carreira profissional) me levaram à presente investigação. Em minha inquietação surgiam questões da seguinte ordem: Como uma disputa tão violenta poderia durar tanto tempo? Quem era os agentes sociais envolvidos e do que estava em jogo para cada um destes?

Certamente, como se trata de um conflito de terras, a questão principal é a disputa pela disputa de terra. Mas a mera constatação de tal fato não respondia as questões levantadas. Principalmente porque os órgãos estatais não conseguiam apresentar uma solução para o conflito mesmo com a forte pressão que sofriam. A partir dos contatos profissionais com funcionários do ITCG e INCRA logo percebi que a questão era bastante complexa e que girava em torno da construção da propriedade fundiária no Paraná.

Partindo de tal constatação construí o projeto de pesquisa que levou a presente dissertação. A partir da leitura da documentação encontrada no ITCG e na AFATRUP iniciou-se a investigação sobre os processos que levaram a disputa pelos agentes em torno da propriedade fundiária. Esta investigação levou a necessidade de responder a pergunta: o que é “propriedade” fundiária? Como ela foi constituída na região? Isto é, para se compreender a conflito tive que antes compreender o que estava em disputa.

Para dar conta da investigação proposta o presente texto esta dividido em quatro capítulos, aos que se soma as considerações finais. Estes capítulos estão dispostos da seguinte forma:

O **capítulo I**, intitulado “**Subsídios ao estudo da instituição da propriedade fundiária no centro-sul do Paraná**”, no qual produziu-se um breve histórico das iniciativas estatais do ponto de vista legal e administrativo da política fundiária e administrativa – isto é, nas áreas dos órgão do judiciário e nos órgãos fundiários.

Ainda neste capítulo, por meio da historiografia regional e bibliografia especializada, buscou-se reconstruir os agentes envolvidos no litígio: as diversas frações do campesinato (no tópico “Caboclos, posseiros e colonos”) e o setor ligado à grande propriedade (“Homens bons, bandeirantes do progresso e self made mans” e “Ascensão do setor industrial madeireiro”).

Simultaneamente ao estudo dos agentes sociais, realizou-se também uma investigação sobre a formação da propriedade fundiária. Esta operação consistiu em recorrer a conceitos que possibilitassem investigar a propriedade fundiária rural enquanto instituição social e, neste sentido, sujeita a apropriações simbólicas e ideológicas – discussão presente nos tópicos “Propriedade fundiária e poder simbólico” e “Processos de institucionalização da propriedade fundiária”.

Para compreendermos a formação da elite proprietária recorreremos a trabalhos acadêmicos regionais da área de história econômica (LUZ, 1980) e a história do Paraná (WESTPHALEN, 1968, et. all.; WACHOWICZ, 1985 e 1982). Estes estudos, por meio de uma diversidade de categorias como *intrusos, colonos, indígenas, caboclos; elite*

campeira, sesmeiros, fazendeiros, pecuaristas, donos de serrarias, colonizadoras, etc., se referem a formação do campesinato e elite proprietária no centro-sul paranaense.

A bibliografia que analisou a formação dos agentes envolvidos nas disputa foi também discutida em relação a estudos de outras regiões do país de modo a compreendermos homologias, especificidades e as características dos agentes. No que se refere aos camponeses debatemos com WANDERLEY; 1979, 2009a e 2009; MARTINS, 1994 e 2009. Para os latifundiários em um período de industrialização, discutimos com DEAN 1971.

No que se refere à formação da propriedade fundiária contamos com estudos de história econômica (ABREU, 1981; RITTER, 1980), cuja interpretação foi debatida como historiadores do direito agrário (TRECCANI, 2001; MARÉS, 2003) e da historiografia especializada na história fundiária (MOTTA, 1996, 2008a, 2008b, 2012 e 2013).

A reconstrução dos agentes e das relações sociais da disputa foi analisada a partir dos conceitos de “rede de famílias antigas” (ELIAS, 2000) e “poder simbólico” (BOURDIEU, 1989). Por meio do conceito elisiano buscamos compreender as bases sociológicas e culturais da formação da elite proprietária, o conceito bourdiesiano, por sua vez, foi utilizado para compreendermos de forma mais crítica e aprofundada os diversos espaços de consolidação do objeto (propriedade fundiária). De forma mais específica, a sociologia de BOURDIEU nos possibilitou compreendermos as especificidades dos espaços do poder judiciário e do poder político no que se refere a construção da propriedade privada.

Por meio destes procedimentos buscou-se evitar o reducionismo criticado de forma contundente por Pierre Bourdieu segundo o qual muitos trabalhos acadêmicos substituem a investigação sobre determinado objeto ou relação social por uma explicação que demonstra apenas que “que o que é deve ser assim” (BOURDIEU, 2001, p.227-228). Ou seja, de maneira “anti-sociológica”, reproduzem pré-noções e discursos ideológicos em detrimento da análise acadêmica.

Na presente pesquisa, para além de apriorismos buscamos investigar a ideia de propriedade a partir de diversos prismas. Sociólogos de diversos matizes tem percebido transformações sociais e políticas na noção de propriedade (HESPANHA, 1992, CASTELL, 2009). As diversas áreas do conhecimento acadêmico, em particular as ciências jurídicas, tem discutido aspectos novos sobre a institucionalização da propriedade a partir de recortes das relações político-econômicas e etno-culturais (TRECCANI, 2001, MARÉS, 2003). Historiadores tem atualizado suas reflexões sobre esta categoria discutindo suas bases políticas de sua construção em regiões e períodos de

implantação do capitalismo (MOTTA, 1996 e 2012). Doravante é necessária também uma abordagem que traga contribuições destas disciplinas e que contribua para a melhor compreensão do termo. Nesta tarefa nos utilizamos, como ferramenta teórica, de contribuições de Pierre Bourdieu e Norbert Elias. O instrumental teórico criado por estes autores foi utilizado para compreendermos a formação dos agentes sociais durante o processo de institucionalização da propriedade fundiária.

No segundo capítulo intitulado “Grupo Zattar e os Posseiros de Pinhão” aborda-se o caso específico do conflito por meio de pesquisa documental efetuada nos seguintes acervos:

- Parte dos Autos de Medição do Imóvel Pinhão, faxinal Dos Ribeiros ou Vale Do Rio da Areia;
- Relatório CEI;
- Relatório ELEPIÃO;
- Recortes de jornal de circulação estadual.

Neste capítulo, a partir dos conceitos e categorias explicativas construídas previamente, abordou-se diretamente as disputas entre os Posseiros de Pinhão. Esclarecemos que, a partir deste ponto da pesquisa, os adversários da João José Zattar S/A. Esta empresa, por sua vez, será referida pelo termo “Zattar”¹. Esta opção se deve ao fato de que estas serem as formas pelas estes atores são reconhecidos em Pinhão bem como por funcionários do INCRA e ITCG. O recorte temporal privilegiado foi a década de noventa embora se retome fatos ocorridos nas décadas anteriores.

OBJETIVO GERAL

A partir do recorte proposto, da metodologia de análise documental, bibliografia especializada (das disciplinas de sociologia rural, história do direito agrário e história do Paraná) investigou-se a institucionalização da propriedade fundiária privada no centro-sul paranaense. O recorte para tal análise passa pela análise dos agentes sociais formados pelo setor industrial madeireiro e camponeses.

¹AYOUB, 2011, p.16. A adoção desta denominação familiar, segundo a autora, demonstra ser esta a forma como a empresa é conhecida em Pinhão, o que explicita uma confusão entre ação da empresa e a pessoa do proprietário.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar revisão bibliográfica da produção regional nas áreas de sociologia rural e historiografia referente a formação da propriedade fundiária e dos agentes sociais que a integram;
- Por meio da técnica de pesquisa qualitativa e análise documental levantar, catalogar, classificar a documentação referente a formação da propriedade fundiária privada no caso estudado;
- Identificar os principais aspectos da institucionalização da propriedade fundiária a partir da interpretação da documentação a luz da revisão da bibliografia especializada das disciplinas de sociologia e história do direito agrário.

PROBLEMA DE PESQUISA

Nosso objeto de pesquisa é a formação da propriedade fundiária, tema que segundo estudos contemporâneos tem sido negligenciado pela produção acadêmica europeia e brasileira (HESPANHA, 1992; MOTTA, 1996 e 2012). A par disto, movimentos sociais surgidos a partir da década de oitenta trouxeram novas dimensões para questão fundiária explicitada, atualmente, nas demandas dos movimentos de luta pela terra (MST, MLST, CONTAG dentre outros), povos e comunidades tradicionais, no debate acerca da privatização de conhecimentos tradicionais, crédito de carbono, etc.².

No caso investigado a reconstrução do objeto (propriedade fundiária em Pinhão) busca articular sociologicamente estas novas abordagens, por exemplo, entre as questões culturais e ambientais e a propriedade fundiária. Pretende-se com isto investigar diferentes aspectos da institucionalização da propriedade privada fundiária capitalista em três momentos-chave (a formação do sistema sesmarial até a Lei de Terras de 1850; o período entre 1850-1920; o período situado entre 1930 e 1960) que sintetizam as **lutas simbólicas** em torno da consolidação da propriedade fundiária no Paraná – pois se situam nos primórdios da conquista colonial, frente de expansão e frente pioneira. Para compreender estes momentos recorreremos à revisão bibliográfica e análise de fontes documentais sobre a história agrária da região centro-sul.

² ALMEIDA, 2006.

No que se refere às fontes diretas para o objeto do presente trabalho, analisei integralmente o Relatório da Comissão Especial de Investigação da Assembleia Legislativa do Paraná criada para Investigar os Conflitos de Terra de Pinhão (CEI) e o acervo documental produzido pelo Programa Especial de Regularização Fundiária do município de Pinhão (ELEPIÃO), volume XIII, dos Autos de Medição do Imóvel Pinhão, Faxinal dos Ribeiros ou Vale do Rio da Areia homologados em 14.12.70 (autos de medição) e o acervo documental da Associação das Famílias de Trabalhadores Rurais do Pinhão (acervo AFATRUP). Além desta documentação utilizei também levantamento de processos judiciais produzido pelo Centro de Documentação Histórica da Universidade Estadual do Centro do Paraná, Campus de Guarapuava (acervo UNICENTRO). Neste acervo encontrei cerca de oitenta processos envolvendo a empresa João José Zattar S.A.

Iniciaria-se a presente investigação por uma revisão bibliográfica de obras da historiografia paranaense sobre política e estrutura fundiária do centro-sul do Paraná momentos-chave que sintetizam o processo de institucionalização da propriedade fundiária na região (1720-1740 período que consolida a divisão da propriedade sob égide do sesmarialismo; 1870-1890, momento da consolidação da frente pioneira; 1930-1950, fase da consolidação da frente de expansão). Para atingir tal objetivo **reconstruiu-se** sociologicamente diversos contextos escolhidos as relações entre os agentes sociais envolvidos na “instituição” do objeto (propriedade fundiária) de modo a traçar um “quadro dos caracteres pertinentes de um conjunto de agentes ou de instituições” (BOURDIEU, 2000, p.29), demonstrando possíveis significados da propriedade fundiária nos diferentes contextos. Simultaneamente a este processo de institucionalização se formaram os agentes que podiam se beneficiar (“deter vantagens e privilégios” desigualmente distribuídos) de forma social e reciprocamente reconhecida. Em relação ao objeto em estudo um agente social conseguiu legitimar diversos “direitos” que lhe asseguraram em diferentes momentos o monopólio sobre determinada coisa, estabelecendo, dialeticamente, uma “fronteira social” com outros agentes que não detiveram os mesmos “direitos” (posto que a estes últimos não houve um reconhecimento social de que podiam usufruir do objeto ou coisa em questão). O processo de constituição da coisa (propriedade fundiária), a formação dos agentes detentores (ou não) de legitimidade para apropriar-se desta coisa estabeleceu uma “fronteira social” entre ambos. Esta “fronteira” estabelecia o limite entre aqueles que tinham direto à propriedade e, portanto, os que não tinham: um agente, teoricamente, podia passar de um lado a outro desta fronteira.

Em cada recorte efetuado reconstituiu-se as relações entre os agentes sociais envolvidos na “instituição” da propriedade fundiária por meio de obras especializadas.

Este procedimento demonstrará quais foram seus diferentes significados e como foram construídos diferentes períodos. Problematisa-se também o fato de que, em cada contexto, os agentes sociais atribuíam diferentes significados para o termo, o que se materializou em disputa pelo direito de usufruir legitimamente do objeto como fica evidente de diversos relatos de época:

diversos caboclos casados com índias mansas e alguns índios (...) acham-se fazendo ranchos e roças nos campos de propriedade de Manoel Xavier Pedroso, residente no Rio Grande do Sul, e esperão os 200 índios do Campo Mourão e Jatahy que há pouco estiverão nesta cidade e mais alguns que vieram de Palmas e outras pontos para ahy morarem, dizendo q. esses campos lhes pertencem e que dahy so sahyrão a força. Calculo que estes índios e caboclos poderão reunir-se para mais de 300 pessoas, entre grandes e pequenas” (Comunicado da Câmara Municipal de Guarapuava enviado ao Presidente de Província do Paraná em 14/10/1877. In: MOTA, L. T., 2000, p. 101).

Deste documento pode-se perceber que havia diferentes agentes: “caboclos”, “indígenas”, “proprietários” (residente no Rio Grande do Sul, o que remete a caracterização de grandes latifundiários pecuaristas do período que possuíam terras durante todo o caminho do Viamão³). Havia também disputa por legitimidade perante a sociedade em geral – não se tratava de um ataque a Vila, mas da apropriação e uso daquilo que, segundo ocupantes, era por direito seu. Este tipo de descrição feito em estudos acadêmicos regionais é aqui retomado para compreendermos o que há de “estrutural e funcional” em cada contexto (agentes sociais e sua relação com criação da propriedade fundiária e sua distribuição) de forma que possamos “discriminar” de forma mais precisa possível os elementos “pertinentes”⁴ para a compreensão destes mesmos elementos no presente.

METODOLOGIA

Para darmos início a pesquisa realizamos um trabalho de campo que consistiu no levantamento de amplo acervo documental. Este trabalho somente foi possível a partir de contatos prévios com a AFATRUP, movimento social que representa os Posseiros, que gentilmente tornou livre o acesso a toda a documentação existente em seus arquivos.

Como estes arquivos padeciam de qualquer tipo de organização (seja cronológica, temática ou tipológica), estando apenas separados em pastas, a coleta de informações foi morosa e exigiu três viagens ao município de Pinhão, quando procedi à digitalização da documentação através de um escâner portátil. Os documentos

³ MACHADO, Brasil Pinheiro, 1963, p.7.

⁴ BOURDIEU, 2000 p.29.

digitalizados foram selecionados por conterem assuntos como Zattar, conflito, jagunço, ação judicial, ITCG, INCRA, assentamento, acampamento, Movimento de Posseiros, MST e trazerem recortes de jornais referente aos conflitos. Esta opção resultou na digitalização de dezenas páginas de documentos, tais como ofícios, atas, boletins, relatórios, diversos jornais de circulação estadual e nacional. Esta base de dados constituiu o que chamei de “acervo AFATRUP”.

Outra base de dados utilizada foi a do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências em seu Departamento de Terras, o DITER-ITCG. Ali havia um arquivo onde encontrei documentos referentes ao trabalho de uma equipe de profissionais que recebeu, em 1994, a tarefa de produzir ocupacional do território disputado entre a empresa João José Zattar S.A. e Posseiros. Este material se mostrou bastante rico e consistiu nos documentos intitulados Relatório Preliminar e Relatório Final ELEPIÃO. Nesta mesma pasta encontrei também o Relatório Final da Comissão Especial da Assembleia Legislativa do Estado constituída para a Investigação dos Conflitos Fundiários ocorridos em Pinhão (CEI).

Essa documentação foi também complementada por outros procedimentos de coleta de dados, diretamente relacionados ao período em que trabalhei no ITCG. Neste período tive um contato mais próximo com os atores sociais envolvidos no conflito ITCG, INCRA, AFATRUP, MST, representantes do poder legislativo e executivo do município de Pinhão, legislativo estadual e entidades de apoio (CPT). Por meio destes contatos um grupo de pesquisadores(as) formulou o projeto *Memórias dos Povos do Campo: cultura e conflitos sociais no centro-sul do Paraná*, por meio do qual participei de três viagens de campo a Pinhão e duas à Guarapuava. Estas viagens, a leitura da documentação supracitada e uma entrevista com o servidor Ernesto Hamann, ex-coordenador do ELEPIÃO, constituíram o trabalho de campo.

Outro acervo documental consultado foi da Junta Comercial do Paraná (JCP) que continha a composição empresarial, ramo de atividades e alterações administrativas da empresa João José Zattar S.A.

Posteriormente ao trabalho de campo, realizei dois tipos de procedimentos: primeiro a leitura da documentação, separando o que era pertinente ao trabalho descartando o restante (por exemplo, atas sobre a organização administrativa da AFATRUP, temas relacionados ao comércio da produção agrícola dos associados, projeto de alfabetização de adultos conduzidos pela organização dentre outros). Após este primeiro passo organizei as fontes informações relevantes para o presente estudo. A tabela foi construída a partir de dois procedimentos, o de catalogação e classificação.

A **primeira operação** consistiu em organizar os documentos observando critérios como autoria (ITCG, AFATRUP, CEI, Delegacia de Polícia de Pinhão, Junta Comercial do Paraná, etc.), título e tipo de documento (ofício, ata, memorando, relatório, etc.), local de consulta, número de páginas e data. Estes dados não podiam ser arbitrariamente definidos e consistiram na **catalogação**.

A segunda operação, entendida como **classificação**, consistiu em separar os documentos a partir de conteúdos identificados a partir da interpretação do pesquisador. Este item foi utilizado para qualificar a CEI como “poder legislativo”, embora a referida Comissão não estivesse produzindo leis, normas, etc., o que é seu fazer usual, mas “investigando”, o que uma comissão equivalente, constituída por servidores de outros órgãos dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) poderia igualmente fazer. O mesmo se deu para qualificarmos de executivo o papel do ELEPIÃO, que poderia, por exemplo, ser denominada *técnica* dada à formação das pessoas que nele atuaram (advogados, cartógrafos e topógrafos), porém como a referida equipe integrava um órgão do poder executivo (o IAP, órgão da Secretaria Meio Ambiente do Estado do Paraná).

Outro conjunto de documentos foi produzido pelo Ministério Público Estadual. Neste acervo constam correspondências (emitidas ou solicitadas pelo promotor de justiça da Comarca e pela Procuradoria Geral do Estado). Deste conjunto o documento mais significativo se intitula “Alegações Finais” e refere-se à finalização de processo no qual integrantes da “guarda patrimonial” da empresa foram acusados de envolvimento em diversos tipos de agressão contra Posseiros. Este documento possui doze páginas e refere-se aos atos cometidos em 1991 (queima de casas, tentativa de assassinato, agressões físicas, nos termos do documento).

A **terceira** fase consistiu na parte analítica da documentação. Nesta etapa separei a documentação por *assunto*, criando as seguintes categorias:

- Administrativo (A): Dizem respeito a questões de organização funcional da empresa de diversos aspectos, como mudanças em seu conselho administrativo, quadro de sócios, ampliação de ramo de atividades, etc. Por este procedimento se identificou personagens importantes da burocracia estatal e do legislativo municipal e estadual que, de alguma forma, possuíram ligações com aspectos da administração da empresa;
- Fundiário (F): Neste item inseriram disputas fundiárias que envolveram a empresa e diversos opositores (camponeses, médios proprietários herdeiros de antigos sesmeiros). Este critério foi utilizado para problematizarmos a questão das

disputas por terra, demonstrando que poderiam se expressar, por exemplo, em um conflito em torno de uma cancela, uso de uma servidão, etc.;

- Violência Física (VF): Quando relatos de agressões físicas praticadas contra posseiros e integrantes do MST. Os atos de intimidação tiveram como atores, segundo a documentação, homens ligados a empresa, na maioria dos casos, pela Guarda Patrimonial;
- Furto (FR): Casos em que houve denúncias de furto (subtração de algum bem, sem agressão ou ameaça física) entre os envolvidos no conflito.

A construção destas categorias deu-se a partir da referencia explícita da documentação. Porém sua seleção obedeceu critérios ligados aos objetivos da pesquisa, por exemplo, ao optar em separar o item *furto* de conflitos *fundiários*, obedeceu-se a perspectiva dos envolvidos, pois foi nestes termos que assunto foi registrado. Como se vê ocorreram denúncias recíprocas ao judiciário e imprensa de furto de madeira ou erva mate e, evidentemente, de invasões de terra, porém a documentação revela que, tanto a empresa quanto seus opositores, dispensaram um tratamento específico para o que consideravam furto e invasão de terra. Esta diferenciação esteve presente tanto no que se refere a enfrentamentos cotidianos como a decisão de se judicializar ou não determinada disputa.

No que se refere a coleta de dados, a opção metodológica foi a de coletar documentação a partir da pesquisa qualitativa, visto que a quantidade em si não é representativa se não se relaciona com determinada qualidade. A mera citação documental pouco diz sobre uma investigação como demonstra BRICEÑO-LEÓN (1995). Sustentando-se nas contribuições metodológicas deste autor, selecionamos da base documental consultada os dados essenciais de modo a averiguar as pré-noções existentes antes do trabalho de campo, sendo algumas descartadas e outras aprimoradas. O procedimento descrito de catalogação e classificação foi levado ao limite de nosso interesse, atingido o que o autor chamou de “saturação da informação” (Idem ibidem, 1995, p.161 e p. 178), esgotando “todas as pistas capazes de fornecer informações interessantes” colhidas da leitura dos documentos (CELLARD 2008, p. 298).

Após a construção da tabela seguiu-se a análise documental. Por meio desta metodologia selecionou-se aspectos centrais do tema investigado, ou seja, a construção social da propriedade fundiária. Este caminho metodológico foi seguido no sentido de suprimir e/ou alterar hipóteses (BRICEÑO-LEÓN, 1995, p.157-8).

Na abordagem da documentação analisei o “contexto e autoria do documento; autenticidade e confiabilidade do texto e a natureza do texto; conceitos-chave e a lógica

interna do texto” (CELLARD, 2008 p. 302). Neste sentido observei a “autenticidade” e “confiabilidade” da documentação consultada por meio de duas operações simultâneas. Em relação ao primeiro aspecto, da autoria da fonte, isto é, qual autor produziu cada documento, descartando-se documentos apócrifos. Simultaneamente a este procedimento, realizei viagens a Pinhão e da entrevista com o ex-coordenador do ELEPIÃO, atual assessor jurídico do IAP, momentos em que foram se esclarecidos pontos que permaneciam obscuros, procurando nos assegurar de um possível nível de “autenticidade” – posto que o autor de toda a documentação e podia prestar informações sobre trechos ou abordagens diferentes.

Em relação à busca do “realmente verdadeiro”, conforme demonstrou Villela em seu estudo sobre crimes de vingança e honra na zona rural do nordeste brasileiro, isto nem sempre é possível, sendo que os elementos contidos nos documentos fornecem, por si, um retrato muito rico de como funcionava a sociedade local e como reagia a tais conflitos (VILLELA, 2000, p.21-23).

Por meio destes procedimentos procurei associar o “método investigativo” e a “pesquisa qualitativa” (FERNANDES, 1972, p.13; HAGUETTE 1993) em diversas fontes documentais que foram analisadas quanto a suas origens – agentes que as construíram, contexto, intencionalidade e finalidade. Estas leituras foram contextualizadas com revisão bibliográfica sobre política fundiária e conflitos de terra no Estado. De forma sintética o processo investigativo foi dividido em três operações distintas: I) Levantamento da documentação; II) Análise do material coletado e classificado a partir de questões problemas previamente formuladas; III) Seleção de fatos, eventos e enunciações pertinentes às hipóteses levantadas para análise final (FERNANDES, 1972, p.15). Após estes procedimentos promove-se a análise propriamente dita do material coletado (MINAYO, 1996, p.180).

Além destas fontes documentais, tidas como primárias, nos utilizamos da literatura que trata de Pinhão (AYOUB 2011, PORTO 2013, MONTEIRO 2008, PASSOS 1992) bem como a historiografia paranaense (WACHOWICZ, 1985, WESTPHALEN, 1968, et. all.) e estudos acadêmicos sobre a formação da estrutura fundiária da região de Guarapuava (RITTER, 1980 e ABREU, 1981). Em relação aos autores que trabalharam diretamente com a localidade de Pinhão é importante esclarecer que utilizamos suas fontes de forma *indireta*, mediada por seus recortes, sendo denominadas no presente trabalho como *fontes secundárias*, diferenciando-se daquelas utilizadas por nós sem nenhuma mediação.

Acervos documentais

Retomando a discussão acima sobre a identificação dos autores das fontes consultadas, tomando como exemplo o IAP, neste período o órgão detinha as atribuições de órgão fundiário estadual, como se pode ver na lei 10.066/92 e Decreto 1502/92 que instituem nos seus arts. XVI e XXIII:

executar e fazer executar levantamentos e demarcações de Terras de domínio público ou particular, para embasar regularização fundiária ou reforma agrária [e] promover a regularização fundiária e o reordenamento territorial de modo a garantir a função social da terra, a proteção dos recursos naturais. (HARMANN & DARÓS, de ELEPIÃO, 02/12/1994).

Tendo em vista tais atribuições institucionais o IAP foi pressionado a intervir nos violentos conflitos fundiários ocorridos no município de Pinhão no início dos anos 1990.

A criação do ELEPIÃO foi um desdobramento direto da “Comissão Especial da Assembleia Legislativa do Paraná criada para Investigar os Conflitos de Terra de Pinhão” (CEI). Esta comissão foi composta por quatro deputados, sendo o relatório apresentado pela relatora Emília Belinati. Seus trabalhos, iniciados em setembro de 1991 e concluídos em novembro do ano seguinte, consistiram em visitas a Pinhão, levantamento de informações por escrito de diversos órgãos públicos estaduais e federais, realização audiência pública, tomada de depoimentos de autoridades públicas e das partes envolvidas no conflito. Ressalte-se que tanto a criação da CEI quanto a do ELEPIÃO deveu-se a uma conjuntura de grandes mobilizações e violentos conflitos fundiários que ocorreram no Paraná entre o final da década de oitenta e primeira metade da década de noventa.

Fruto das mobilizações ocorridas em Pinhão nasceu AFATRUP, fundada para atuar como entidade de representação e organização dos Posseiros, visto que estes, devido suas especificidades, não integravam outras organizações e movimentos sociais camponeses – existentes no município, como STR e o MST, o qual passou a atuar na região no início da década de noventa.

O acervo documental da AFATRUP as mobilizações de organizações locais dos Posseiros e seus apoiadores e é formado por cartas, ofícios, filmagem da audiência pública realizada na Câmara dos Vereadores de Pinhão em 1994, a Romaria da Terra de Pinhão de 1994, cujo tema era “Ocupai a terra e nela habitai”, a qual reuniu 15 mil pessoas em um contexto de ocupações de terra em diversas regiões do Estado resultando em ameaças e agressões físicas contra sem terras (por exemplo, o

assassinato do líder Teixeira no município de Campo Bonito no início da década de noventa).

Para concluir este tópico salientamos que entre os acervos estabelecemos uma relação de dialogicidade e dialética, isto é, considerando eventuais consensos e dissensos, como foram produzidos – contexto, agentes, etc.

CAPÍTULO I: SUBSÍDIOS AO ESTUDO DA INSTITUIÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA NO CENTRO-SUL DO PARANÁ

A expressão “propriedade fundiária privada” reúne, aparentemente, palavras com significados semelhantes (por exemplo, no modo de produção capitalista, *propriedade* aparece como sinônimo de *privado*), não obstante uma rápida abordagem demonstra sua complexidade. A propriedade existiu em outros modos de produção. Sob o capitalismo contemporâneo há diversas formas de propriedade fundiária. Mesmo a propriedade privada pode ser encontrada em diversos tipos de uso e com proteções legais diferentes. Estas particularidades serão abordadas neste capítulo.

Como a expressão citada inda traz grande diversidade de situações, agrega-se outra categoria: a de **rural**, o que implica no fato de que se trata de uma forma bastante peculiar da propriedade fundiária⁵. Ser rural explicita esta característica, pois ao contrário da propriedade fundiária urbana, esta é excelência, meio de produção: mesmo um minifúndio possibilita algum tipo de produção agrícola, diferente da urbana, que possibilita apenas rendimentos de locação.

É importante lembrar também que na história europeia, origem de nosso sistema judiciário, a propriedade fundiária possuiu significados diferentes. O significado atual tem origem no final da Idade Média, quando

a propriedade feudal, relativa e ligada a servos não-proprietários se contrapunha a outra propriedade nascente, de homens-livres, que livremente contratavam sua força de trabalho, para **proprietários absolutos**, que determinavam o quê, como e quando plantar. A terra estava deixando de ser a fonte de todos os bens de consumo da família do servo e do nobre para passar a ser a produtora de mercadorias que deveriam render lucros aos capitais investidos na produção. (MARÉS, 2003, p.27, negritos meus).

É o começo da transformação da propriedade fundiária como produtora de valores de uso para mercadoria, coisa que poderia ser livremente comercializada a partir dos interesses individuais. Porém, mesmo se considerarmos que este caráter absoluto prevalece contemporaneamente, o sistema jurídico brasileiro reconhece uma diversidade de “situações em que pode encontrar a terra”, isto é, “as espécies de propriedade rural e sua garantia” legal, elencando entre estas as reservas extrativistas, das quebradeiras de côco, terras indígenas, terras quilombolas, terras da reforma agrária, pequena e grande propriedade, etc. (MARÉS, 2003). Esta situação é comum no centro-sul do Paraná como

⁵A partir deste ponto as referencias a propriedade fundiária serão apenas de sua versão rural.

podemos ver no mapa: existem assentamentos da reforma agrária, terras indígenas demarcadas, comunidades quilombolas e faxinalenses, além de terras indígenas não demarcadas e acampamentos, além do caso investigado, dos Posseiros de Pinhão. Mesmo nos dias atuais existem propriedades caracterizadas pelo “uso comum” onde uma parcela de terra é utilizada em conjunto por membros de um grupo, com presença ou não de títulos imobiliários (de propriedade) individuais (ALMEIDA, 2006). Embora o objeto de investigação aqui escolhido não seja discutir tais categorias, é importante explicitar sua existência para não se incorrer no equívoco de absolutizar a existência de apenas uma espécie de propriedade fundiária na região.

O objeto de análise, retomando os objetivos acima, refere-se a uma forma específica de propriedade fundiária privada passível de ser monopolizada pelo capital (excluindo-se todas as demais categorias). Para compreendermos sua formação cumpre fazermos uma breve estudo sobre sua institucionalização na região.

Para o presente capítulo optou-se por uma revisão bibliográfica de duas bases, uma orientada por obras da ciência jurídica e outra da historiografia especializados no tema da propriedade fundiária privada. Esta opção foi tomada devido à necessidade de compreendermos em que marcos a instituição (propriedade fundiária) foi criada tanto em seus aspectos internos, da área do conhecimento que, em tese, a justificaria (a teoria jurídica). A historiografia, por sua vez, fornece substrato de fatos para interpretar a ciência jurídica.

Em relação aos autores, salientamos que os juristas acadêmicos utilizados também atuam nos tribunais⁶ que se dedicaram ao estudo da propriedade fundiária rural. Para tratar do Paraná utilizaremos estudos acadêmicos que remetem a formação da estrutura e propriedade fundiária (MISKIW, 2002; TOMAZI, 2000; PRIORI, 2000; GOMES, 2005) e pesquisas específicas da região por nós trabalhada no que se refere à estrutura ocupacional do território (RITTER, 1980, ABREU, 1981).

Para contextualizar o período utilizamos a historiografia acadêmica paranaense (MACHADO, 1963; WESTPHALEN, BALHANA e MACHADO, 1968 e de WACHOWICZ, 1982, 1985, 1987) que constituem o conjunto de esforços acadêmicos no sentido de produzir e publicar sínteses explicativas da história do Paraná. Os textos publicados na década de sessenta constituem primeiro modelo historiográfico acadêmico de formação

⁶ Saliento a expertise de Girolamo TRECCANI, professor do curso de Direito da UFPA, atuou como chefe de gabinete do Instituto de Terras do Pará (ITERPA) em particular no que se refere ao combate a grilagem de terras e criação de legislação estadual para regularização fundiária de terras quilombolas. Carlos Frederico MARÉS é procurador de justiça da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná e é professor e coordenador do curso de pós-graduação em Direito Socioambiental da PUC-PR.

do Paraná. Enfatiza-se ainda o fato de que Brasil Pinheiro Machado, um dos fundadores da historiografia paranaense ligavam-se ao projeto político dominante no período de escrita de seu texto – o historiador ocupou o cargo de governador e Procurador-Geral do Estado (WACHOWICZ 1985, p.155-160).

1.1 PARADOXOS ENTRE A LEI E A REALIDADE: POLÍTICA DE TERRAS DA CONQUISTA À COLONIZAÇÃO

Segundo juristas (TRECCANI, 2001, MARÉS, 2003) e historiadores (MOTTA, 1996) o estabelecimento da propriedade fundiária no Brasil sustenta-se no “direito de conquista” que caracterizou o projeto colonizador, sendo, portanto, todas as terras, inicialmente, propriedades da coroa portuguesa. A primeira legislação vigente no atual território brasileiro (e a que esteve vigorando por maior parte de tempo, sendo interrompida apenas na independência) foi a chamada “Lei de Sesmaria”, estabelecida em Portugal no século XIV consolidando “preceitos antigos, leis esparsas e costumeiras deu origem a uma norma que pode ser considerada como uma das primeiras leis agrárias da Europa” e obrigava “a prática da lavoura e o semeio da terra pelos proprietários, arrendatários, foreiros e outros”, sendo que a inobservância deste preceito podia levar a perda dos direitos do proprietário sobre a terra, que seria revertida aqueles que a tornassem produtivas, saliente-se que os beneficiários deveriam, além de cultivar “por certo tempo” também “pagar pensão ou quota determinada”, isto é, o proprietário não tinha direito absoluto sobre a propriedade, nem mesmo a indenização em caso descumprimento desta norma⁷. Na colônia portuguesa a função principal do sesmarialismo era a de premiar aqueles que prestavam favores à Metrópole e assegurar a conquista do território, não obstante, os beneficiários de cartas de sesmarias tivessem sujeitos a perda de seus direitos caso não cumprissem requisitos como “aproveitamento”, “demarcação judicial” e “efetiva ocupação”⁸.

Estas medidas são significativas para a compreensão da formação da propriedade fundiária aqui discutida por dois motivos. O primeiro, sustentado por estudos especializados no tema (HOLSTON, 1993 e MOTTA, 1996 e 2001) que afirmam que as normatizações tiveram que ser reafirmadas diversas vezes pela Coroa devido à constatação de que suas determinações não eram seguidas – o que explicaria por que o

⁷ Sendo que os beneficiários deveriam, além de cultivar “por certo tempo” também “pagar pensão ou quota determinada”, isto é, o proprietário não tinha direito absoluto sobre a propriedade, nem mesmo a indenização em caso descumprimento desta norma. (TRECCANI, 2001, p. 29-30 e p. 305).

⁸ Legislações de 1640, 1753 e 1785 respectivamente (TRECCANI, 2001, p.33-42).

registro de terras exigido em 1549 foi novamente exigido em 1698 e 1753. Segundo pelo fato de que esta legislação também visava dificultar o acesso à terra dos “colonos pobres”, visto que os contatos políticos com a burocracia colonial eram monopólio de grupos poderosos, os chamados “homens bons”⁹.

Estes aspectos são centrais para compreendermos as origens da formação da estrutura e propriedade fundiária do Paraná entre o final do XVII e início do XIX, pois forneciam *legitimidade* do “direito” a terra para além do caráter material da “ocupação”. Constantemente se ratificou e reificou o direito judiciário de propriedade que, socialmente falando, orientava-se pela grande assimetria de poder entre os agentes sociais presentes na região – povos indígenas, homens livres sem terra e latifundiários.

A interligação do monopólio do poder político e concentração fundiária gerou consequências indesejáveis para a Metrópole, como demonstram relatórios produzidos por Rafael Pires Pardinho, magistrado vindo da Metrópole para exercer as funções judiciárias no Brasil colônia na década de 1720. Segundo RITTER, em suas cartas à Coroa, o Ouvidor relatou “excessos” praticados pelas câmaras das vilas da capitania de São Paulo (que abrangia os territórios das vilas Paranaguá e Curitiba), que distribuíam sesmarias com dimensões maiores do que as autorizadas pelo Rei, situação agravada pelo fato de que muitos sesmeiros não realizavam os procedimentos legais para “legitimar” suas concessões. A Coroa portuguesa por diversas vezes encaminhou instruções para que os sesmeiros remediasssem tais faltas. Em muitos casos isso se revelou infrutífero visto que, em períodos posteriores, quando tentou realizar uma operação massiva de fiscalização e regularizar a situação, houve grande protesto dos sesmeiros, como demonstra o Relatório do Presidente de Província do Rio de Janeiro de março de 1850 enviado ao Imperador no qual se afirma que “o mais ridículo exame oficial da propriedade é logo tachado de violência e de perseguição, de sorte que nem sequer podemos ainda fazer exatamente o inventário de nossa produção agrícola” (RITTER, 1980, p.152).

As sesmarias localizadas no atual Estado do Paraná inseriam-se em um quadro contrário aos interesses da Coroa Portuguesa segundo o ouvidor. Pardinho recomendava evitar que “clãs familiares” tivessem vários membros beneficiados por concessões visto que estas redes familiares formavam grupos poderosos de “homens abastados” que

⁹ Termo dado ao indivíduo masculino livre de “três manchas” (estigmas): I) Origem muçulmana, judaica ou africana (ou seja, ser cristão); II) Não precisavam ganhar seu sustento com o trabalho físico, exercendo atividades laborais por meio das mãos (não eram artesãos, camponeses, etc.); III) Possuir cabedais” para cultivar a terra e prover seu sustento e da família – o que em termos coloniais, significava possuir escravos africanos ou indígenas. (HOLSTON, 213, p.156)

utilizavam a terra para especular, “revendendo ou aforando” aquilo que recebiam “de graça”. Para agravar tal fato alguns senhores abastados tinham o hábito de expropriar terras cultivadas por “pessoas muito pobres” que, por não possuírem recursos (econômicos e políticos) exigidos para o recebimento de sesmarias, plantavam roçados em terras devolutas” (RITTER, 1980, p.152-153).

No século seguinte irregularidades nos procedimentos de legitimação de sesmarias eram recorrentes nos Campos de Curitiba e Castro no Paraná. Tal reincidência de irregularidades levou RITTER a salientar que no recorte temporal que compreendeu meados do século XVIII até o fim do regime de sesmarias, em 1850, não se encontrou “exemplo de reversão da terra à Coroa pelo fato do sesmeiro estar em situação irregular, o que demonstra o paradoxo entre a lei e a realidade” (RITTER, 1980, p.148, apud. MAACK, 1968 e p.152-153). Embora a autora não discuta a causa do descumprimento das normas legais, acredito ser evidente que a não reversão de qualquer sesmaria para o patrimônio estatal esteve ligado em grande parte ao fato de que as famílias politicamente influentes formaram redes de poder para apropriar-se das terras. Dentre as famílias cujos membros receberam mais de uma sesmaria podemos citar a Taques, nos campos de Gerais e os ascendentes de Antônio de Sá Camargo que possuiu “duas sesmarias” na “localidade de Pinhão”¹⁰.

A concentração da propriedade fundiária, nos termos definidos pela lei, caracterizava os Campos de Guarapuava entre meados do século XIX e início do século XX, demonstrando que não houve alterações substanciais na sua distribuição. Segundo estudo da dinâmica fundiária do município no século XX a concentração da propriedade foi mantida por redes de famílias (descendentes da elite tropeira) ou transferida para um novo setor latifundiário. Este novo setor estava articulado ao setor financeiro, plantadores de soja, cereais, florestas exóticas (pinus e eucalipto) e, em menor escala, a pecuaristas modernizados (ABREU, 1981).

Em relação às sesmarias situadas na região de Pinhão é importante destacar que se localizavam nas terras de alto valor econômico para a época (campos de pastagens nativas de Guarapuava até o Candói, os situados às margens direita, e esquerda dos rios Jordão e Pinhão). Estas terras foram divididas em sesmarias sendo que “quase” todos os sesmeiros “foram aquinhoados com área de campos e matas” distribuídas por Antônio da Rocha Loures que, como representante do poder colonial em 1818 era responsável pela

¹⁰RITTER, 1980, p.152-153, a partir de relatórios do ouvidor Pardinho enviados a coroa portuguesa em 1730 e 1731.

“distribuição” das sesmarias e, principalmente, por fazer obedecer às regras de sua validação.

É significativa a afirmação registrada nos relatórios de Rocha Loures de que “quase todas” as sesmarias “possuíam excesso de área” em relação ao estabelecido pela Coroa Portuguesa de “uma légua de testada por três de comprimento ou cinco mil e quatrocentos alqueires de terra”. Somando este fato à constatação de que “todos os campos do Pinhão foram divididos em apenas nove sesmarias conclui-se pela grande extensão de cada uma delas” (ABREU, 1981). O que indica o desrespeito à outra exigência da legislação imperial, pois haveria um prejuízo ou inviabilização de seu uso produtivo. Fatos como estes somados a outros supracitados apareceram de forma contundente no Relatório de Governo do primeiro presidente de província do Paraná que “declarava, em 1854, haver encontrado confuso e desordenado o estado da propriedade territorial, [o que propiciava] frequentes os conflitos pelas questões de posse e limites” (WESTPHALEN, et. all., 1968, p.11). Este presidente de província nos interessa particularmente, pois foi ele que, no exercício das atribuições do cargo, conforme determinava a lei de Terras, expediu em 1857, título de terra com área de 50.000 hectares que incide sobre diversas áreas onde existem conflitos em Pinhão (HAMANN, memorando 10 de 1994).

Nas décadas seguintes os presidentes de província do Paraná tomaram medidas administrativas e judiciais para regularizar terras. Em Guarapuava nomearam em 1866, o primeiro “Juiz Comissário das Medições” Teodoro Ochis, e em Daniel Cleve, personagem importante da classe dominante guarapuavanas até o início do século XX como veremos abaixo

Quase uma década depois (24/08/1893) ocorreu a instalação do Cartório de Registro de Terras de Guarapuava, “quando foram efetuados” 526 registros [de imóveis] na cidade, 175 em Reserva e Pinhão e 87, em Jiquiá e Campo Real¹¹. As medidas administrativas por parte do Estado visavam “vender ou aforar as extensas áreas devolutas para promover a colonização” estabelecendo, inclusive, preços das terras, porém, em decorrência das “dificuldades de medição e encaminhamento de processo poucas vendas se realizaram” (ABREU, 1981, p.72-74). A concentração fundiária na “localidade de Pinhão” pouco se alterou desde instalação das primeiras sesmarias na primeira metade do século XIX e 1931. Se inicialmente foram instaladas nove sesmarias

¹¹ABREU, 1981, p.72, apud TEIXEIRA, Benjamin. Jornal Folha D'Oeste, Guarapuava, 05/10/1941.

que abarcavam a totalidade dos campos nativos, no início da década de trinta estavam registradas dezenove fazendas.¹²

Salientando-se que a pecuária extensiva (baixo investimento tecnológico e número reduzido de animais por hectare) era fundamental para o monopólio da terra em termos jurídicos e, conseqüentemente, monopólio do poder político. Entre o século XVIII, até o XIX, a região dos Campos Gerais (de Guarapuava, Castro, Palmas, Lapa) foi, em sua maior parte, apropriada por grandes latifundiários que se dedicavam a criação e engorda de gado (e também a especulação destas terras), formando pela “sociedade tradicional campeira”. O termo cunhado pela historiografia acadêmica define os que, já no século XIX, dedicavam-se à pecuária extensiva, como criadores e invernadores do gado do sul” que entendiam suas atividades por toda a região de campos nativos localizados no Paraná vinculados ao caminho do Viamão ou das tropas (ABREU, 1981, p.1). Estes fazendeiros possuíam uma “verdadeira *fome* por latifúndios”, tornando poucas famílias desta elite proprietárias de “vastíssimos territórios [...], conservando-os como relíquias, *impedindo seu desenvolvimento*” em diferentes regiões do Estado (WACHOWICZ, 1987, p.7, *itálico*, no original).

A par desta apropriação em desacordo com os marcos regulatórios da época, o Estado registrou grande número de ilegalidades, como se pode constatar através do Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização do Estado, que constatou diversos “grilos” no ano de 1896 no município de Guarapuava, que apresentava menos de 15% de seu território legalmente registrado nos termos da lei de terras (ABREU, 1981, p. 73-77).

Situações como esta foram enfrentadas pelo Departamento de Terras e Colonização (DTC, responsável pelas terras públicas estatais dentro da Secretaria de Estado) conforme demonstram solicitações deste órgão ao poder executivo estadual em 1928, 1939 e 1940 buscando o “restabelecimento” de diversas exigências contidas nas leis de terras de 1854 e 1893. O objetivo dos pedidos eram solucionar “problemas de legitimação de posse e revalidação de sesmarias e outras concessões” de terras públicas estaduais. Em atendimento ao órgão expediram-se leis e decretos que, não obstante atendessem aos pedidos, ofereceram novos prazos e condições para seu cumprimento (COSTA, 1974, p.31-32).

¹²Em 1931, no município de Guarapuava como um todo, estavam legalmente registradas “81 fazendas de criar (22 no Distrito sede, **19 no Pinhão**, 7 em Laranjeiras, 11 na Lagoa Seca, 10 no Candói e 12 em Palmeirinha)” (ABREU, 1981, p.51-52).

Em relação aos procedimentos exigidos em 1893 (da Lei Estadual nº 68, de 20/12/1892, expedindo o Decreto nº1 de 8/04/1893) é importante à análise feita por CRESTANI (2012): Esta lei criou o “Registro de Posse” com a “finalidade de fazer o levantamento estatístico e cadastral da posse de terras no Estado”. Ou seja, simultaneamente, ter um mapeamento das posses existentes (mediante cadastro) bem como construir uma relação entre o número de “posses” e outras formas de uso (por exemplo, propriedade, arrendamentos, etc.). Segundo o autor este o registro tinha a função de atribuir o “domínio ao possuidor de terras, que antes se baseava exclusivamente nas declarações da pessoa que registrava. Porém, o “Registro” não dava, nem tirava o direito aos que, já sendo proprietários das terras por título legítimo, deixaram por qualquer motivo de dá-las o registro” (CRESTANI, 2012, p.89). Isto é, a omissão de dados, informações se reintroduzia no sistema, possibilitando imprecisões. Por outro lado, ao se aceitar declarações devidamente documentadas para se garantir a “propriedade” o DGTC novamente agia de forma irregular (contornando a lei) justamente por que ela não estava sendo cumprida. O Estado legalizava o ilegal, resolvendo de forma não judicial, administrativa, obstáculos referentes ao cumprimento da política fundiária que tinha justamente este órgão como responsável por fazer respeitar.

Não obstante estas exigências, uma década depois, em 1950, o relatório da Quinta Inspetoria de Terras do Estado (instalada em Guarapuava em 1939) afirmava que neste município existiam 3.586.394,40 ha em mãos de particulares que o Estado reivindicava judicialmente como suas¹³. Esta situação, lembremos, remete a disputas em torno da aplicação ou não de leis e/ou dispositivos internos presentes em outros contextos históricos como vimos nos supracitados RITTER 1980, não sendo também estranhos a outros estados brasileiros nas últimas décadas do século XX conforme TRECCANI (2001) e MOTTA (2008a)

A inobservância e resistência em cumprir determinados aspectos da legislação fundiária estava associado outras irregularidades. O registro incompleto ou precário de imóveis rurais quanto a limites, área, etc., era recorrente na região de Guarapuava entre meados e o fim do século XIX:

não existe uniformidade nas declarações, uns a declararam em léguas, outros em braças, outros em alqueires, outros como sesmarias de campo ou mata, ou como

¹³As “Inspetorias de Terras” compostas por servidores públicos, eram uma espécie de escritório local do DGTC. É importante salientar que as “inspetorias” foram instaladas no final da década de quarenta sob justificativa de que as cuidadas das terras públicas estava sendo insatisfatório. As inspetorias substituíram os “comissariados de terras”, herdando destes o quadro de funcionários, os quais contariam com “conhecimentos técnicos e de larga experiência nos assuntos referentes a terras” (COSTA, 1974, p.44).

sorte de campos. Exemplos: “duas e meia légua de extensão por duas de comprimento; um quarto de légua em quadro; oito alqueires de planta de milho; fica contornado este terreno em uma légua mais ou menos; extensão de seiscentas braças; mil e duzentas braças em quadro; oitocentas e cinquenta braças na circunferência; extensão e largura correspondente a dez alqueires de planta de milho, sorte de campos” (ABREU, 1981, p.22, negritos meus).

Esta constatação explicita diversos problemas. Ao não se definir exatamente os limites, ao afirmar que tinha “mais ou menos” tal circunferência, “uma sorte de campos”, não é possível saber o tamanho das áreas, tornando possível sua ampliação ante a terras públicas, potencializando desentendimentos entre confrontantes – casos análogos a estes foram identificados em diversos estados brasileiros no século XIX por MOTTA, 1996 e 2008a. Estes lapsos nos procedimentos de registro, é importante lembrar que esta foi uma estratégia usual para apropriação de terras públicas e privadas, sendo recorrente e outras regiões do Paraná conforme demonstra pesquisa sobre a Gleba Santa Cruz, Cachoeira ou Rio dos Patos, onde constatou que “não é exposta a metragem correta da real extensão da própria”, comportamento usual de grandes proprietários que não desejavam “submeter-se à imposição de um limite a sua expansão territorial¹⁴. Assim, muitos resistiam em medir e demarcar suas terras porque tal limitação territorial implicava um limite ao exercício de seu poder sobre vizinhos e posseiros” (CRESTANI, 2012, p.67 e p.92). Tal fato, que não foi único no Paraná, levou a intrincadas disputas entre autoproclamados proprietários entre si (no caso a Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda.), destes com o Estado e de ambos contra camponeses.

Mesmo que a consolidação da propriedade fundiária na região tenha sido propiciada pelo avanço da frente de expansão e consolidada pela ação da “sociedade campeira”, com a intensificação das relações mercantis e capitalistas na região, a partir do início do século XX a elite campeira passou a perder seus latifúndios que foram (como veremos abaixo) paulatinamente sendo adquiridos por uma nova fração hegemônica composta por descendentes de imigrantes detentores de capital associados a alguns integrantes do antigo grupo dominante.

O Estado, mesmo no período colonial, tinha como principal objetivo a conquista e ocupação produtiva do território, interesse nem sempre compartilhado pelos beneficiários de sesmarias que preferiam especular as terras recebidas. Com a formação do estado brasileiro estes objetivos não mudaram. No Paraná, em decorrência do avanço da frente de expansão nas duas últimas décadas do século XIX, e com maior intensidade na primeira metade do século XX, ocorreram mudanças significativas na ação estatal

¹⁴HOSLTON, 1993 e TRECCANI, 2001, capítulo “A grilagem como forma de acesso à propriedade”, p. 197-234.

referente à questão agrária. Em nível nacional buscava-se a “ocupação” do território; na região sul, em decorrência das guerras com os países vizinhos no século XIX, priorizou-se a instituição da pequena propriedade que, por implicar em grande concentração populacional, asseguraria a posse do território. No que se refere ao oeste paranaense optou-se pela articulação público-privada por meio da qual o Paraná ou a União cederiam terras para grandes empresas que poderiam explorar riquezas extrativistas e comercializar terras. A contrapartida destas empresas deveria ser a instalação de agricultores (colonos), bem como a construção de infraestrutura básica. Estas empresas foram denominadas *obrage*¹⁵s e obtiveram concessões para explorar gigantescas extensões de terras devolutas – por exemplo, a MARIPA (Companhia de Maderas del Alto Paraná) recebeu a Fazenda Britânia que possuía de 251 mil hectares, outra empresa, a Matte Laranjeira, recebeu 87 mil hectares, sendo ambas construídas com capital inglês. Outra grande *obrage*, a Petry, Mayer e Azambuja, foi construída por capital do Banco europeu Ítalo-francês – além destas, existiram ainda a Nuñes y Grijalba, Domingos Barthe dentre outras. Segundo a historiografia paranaense o “sistema de *obrages*”, baseado no extrativismo de erva-mate e madeira caracterizou “indiscutivelmente” o oeste e o extremo oeste paranaense entre o início e meados do século XX, quando foram substituídas pelas “companhias colonizadoras” (WACHOWICZ, 1982).

Devido ao descumprimento de cláusulas contratuais por parte das *obrages* – na maior parte dos casos na construção de obras de infraestrutura – o Estado do Paraná e o governo federal cancelaram os contratos de concessão de terras na década de 1930. As empresas recorreram judicialmente. Alguns processos tramitaram na justiça por décadas, sendo que em 1962, o Estado do Paraná disputava judicialmente “cerca de 600.000 alqueires de terras”, tendo como adversários “grileiros” e pessoas que herdaram ou adquiriram patrimônio das *obrages*, incluindo aqueles disputados na justiça (WESTPHALEN, op. cit., p. 7 e p.49). Em vários casos quem adquiriu tais direitos foram empresários que se dedicavam, na época, aos negócios de terras e madeira, isto é, proprietários de colonizadoras (caso de grupo empresariais que adquiriram a antiga MARIPA e BRAVIACO).

Outra forma de instauração de grandes propriedades no Estado foram as “vendas” de centenas de milhares de hectares de terras devolutas em pagamento de construção de ferrovias ou empréstimos por parte do governo federal e estadual (WACHOWICZ, 1982 e 1985). Devido ao fracasso destas empresas em cumprir os contratos estes foram rompidos pelo Estado do Paraná e pelo governo federal após a

¹⁵WACHOWICZ, 1985

década de 1930. Porém, mesmo com a ruptura destes contratos manteve-se o princípio do “povoamento” do território a partir da iniciativa privada por meio do repasse de amplas extensões de terras para companhias imobiliárias de grande porte, as “colonizadoras”.

Interessa-nos um fato particular: para que as terras pudessem ser colonizadas exigia-se o desmatamento das terras, o que levou as colonizadoras a associarem-se ao setor industrial madeireiro (WESTHPHALEN, et. al., 1968, p.19-27).

A “privatização das terras públicas” em grande escala ocorreu em dois momentos protagonizados por grandes empreendimentos capitalistas que contavam com apoio do Estado. Nesse sentido, argumentamos que ocorreu a reificação de uma antiga prática (aparentemente contraditória ao capitalismo moderno), que consistia na aplicação de capital pelos proprietários das colonizadoras em uma terra que, até aquele momento, não produzia renda. Contudo, esta dificuldade foi superada em larga medida pela ação metódica e persistentemente orientada pelo Estado que, direta ou indiretamente, via isenções diversas, possibilitou “a redução do custo de capital” investido. Esta estratégia legitimou política e ideologicamente o “poder de pressão dos proprietários, diante de outras categorias de agricultores (posseiros, por exemplo), ou do próprio Estado (ocupação de terras devolutas). O caráter de doação da terra, portanto, não desapareceu completamente” (WANDERLEY, 1979, p.41).

Nas localidades próximas à região centro-sul paranaense, as colonizadoras buscaram a via das pequenas propriedades, criadas por meio da instalação de imigrantes europeus, usualmente chamados de “colonos”. Esta é uma característica importante na medida em que coloca pressupostos étnico-raciais como critérios para instalação colônias. Segundo informações colhidas por WACHOWICZ (1982) com proprietários-dirigentes e empresas colonizadoras, os imigrantes que chegam eram separados em “colonos” e do chamando pejorativamente de “*pelo duro nortista*” (termo para identificar o “elemento humano que caracterizava a frente de expansão cafeeira”, originário do centro-oeste e nordeste brasileiro (WACHOWICZ, 1982, p.172-175).

Além do diferente ênfase no que se refere à origem dos contratos de colonização entre Estado e empresas, os historiadores paranaenses também demonstraram interpretações sobre seus impactos. Se para uns a atuação destas empresas caracterizou-se “economia capitalista moderna” e gerou “grande riqueza agrícola”, principalmente no que se refere aos “colonos” que foram instalados com a garantia da “certeza da propriedade”, sendo estes atores (colonos e colonizadoras) que efetivamente realizaram a total “ocupação” do Estado na década de 1960 (WESTPHALEN, et. all.,

1968, p.21 e p. 49 respectivamente). Outros, como WACHOWICZ (1982 e 1985) e COSTA, 1974, salientam o caráter predatório da ocupação.

Desta maneira, o projeto “colonizador” teve conteúdo marcadamente ideológico e foi incorporado inclusive pela academia¹⁶ que adotou a ideia de que a privatização da terra e sua distribuição por empresas privadas era o mais “moderno” a ser feito e que apenas empresas “sérias” poderiam fornecer segurança jurídica à propriedade da terra. É neste sentido que compreendemos as diferentes ações por parte do Estado paranaense em reaver terras públicas – Relatório apresentado ao Presidente da República em 1939, o qual relata que haviam demandas judiciais entre o Estado do Paraná e particulares por uma área total de 5.915.852,40 ha (PRIORI, 2000 p. 76-86).

Duas décadas depois, novas irregularidades foram constatadas pelo Corregedor Geral de Justiça do Paraná que

expediu recomendação aos titulares dos Registros de Imóveis das Comarcas de Guaíra, Foz do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Toledo, Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste, Cascavel, Guaraniaçu, **Guarapuava**, Laranjeiras do Sul, **Pitanga** e Campo Largo” alertando sobre “**documentos falsos de terra emitidos entre 1956-1961 [...]** [solicitando aos cartorários que] **antes de transcreverem títulos de propriedade expedidos pelo extinto DGTC** (Departamento de Geografia, Terras e Colonização), no período levarem dúvida [sobre sua legitimidade junto] ao Juízo da Comarca e, se possível, consultem a Fundação ITC. (Fundação Instituto de Terras e Cartografia. Ofício 264/1975, negritos meus).

O Estado buscava garantir efetivamente o *direito* de propriedade, não obstante, altos escalões dele próprio fossem suspeitos de envolvimento em práticas criminosas. Este dado nos leva a considerar que a legalização dos títulos de propriedade era uma disputa tensa mesmo para um ator excepcionalmente poderoso como o Estado.

As ações judiciais do Estado tornaram-se mais necessárias devido a rápida expansão da frente pioneira a partir dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais rumo ao Paraná (WESTPHALEN, et. all., 1968, p. 6-8). A intenção do Estado era priorizar a pequena e média propriedade conforme fica explícito pelo decreto que se estabeleceu “o limite máximo de 200 hectares para as áreas a serem concedidas pelo Estado, por meio de compra, a cada pessoa ou família” (COSTA, 1974, p. 40-43). Esta política, apontamos acima, foi conduzida a partir do repasse das terras estaduais para grandes empresas colonizadoras como CTNP, Pinho e Terras, MARIPA, entre outras. Estas estratégias de cooperação público-privada buscavam a consolidação da propriedade privada absoluta da terra (SCALIANTE, 2010, p. 20).

¹⁶Para mais detalhes consultar TOMAZI, 2000 e MOTA, 2009.

Não obstante, a ação das companhias colonizadoras em parceria com o Estado, evidencia a existência de uma estrutura fundiária para além da cartorialmente sustentada. Isto ocorreu porque a estrutura fundiária não era estática pois haviam parcelas da população camponesa e indígena “em movimento”¹⁷ em decorrência de uma visão particular do que era terra, dos motivos para tê-la (isto é, da cultura presente em diferentes parcelas do campesinato). Esta população raramente possuía registro cartorial de suas terras, doravante, predominava a posse em terras devolutas ou nas “antigas fazendas”, que, muitas vezes não haviam sido “subdividida[s] legalmente para os herdeiros, estes vendiam pequenas porções aos interessados, que lhes forneciam qualquer documento de desistência daquele pedaço de terra” (WACHOWICZ, 1985, p. 82).

1.2 HOMENS BONS, BANDEIRANTES DO PROGRESSO E SELF MADE MANS

Como argumentamos acima estudos regionais demonstram que a grande desigualdade de poder político e econômico foi uma das características mais marcantes entre latifundiários e camponeses na história agrária do Paraná. Para melhor compreendermos este quadro utilizaremos conceitos elisianos de *estabelecidos* e *rede famílias antigas*.

Estes conceitos foram produzidos por ELIAS e SCOTSON a partir de um estudo sobre o bairro operário de na Inglaterra do final da década de cinquenta. Neste estudo sobre as relações entre os moradores antigos (estabelecidos) e os novos (outsiders) demonstra-se a existência de um grande desequilíbrio de poder entre ambos. Segundo os autores os estabelecidos se auto representam como a “boa sociedade”, a “minorias dos melhores”, portadores dos “valores da tradição e da boa sociedade” diferenciando-se dos outsiders que não as tinham tais qualidades ou as possuíam de forma inversa, recebendo marcas ligadas a “delinquência, a violência e a desintegração”, falta de “higiene”, etc., sendo, portanto estigmatizados pelos primeiros (NEIBURG, 2000, p.7). A hierarquização entre os dois grupos ocorria em uma situação na qual havia homogeneidade do ponto de vista econômico, religioso e étnico-racial entre dois grupos estudados. Constatada esta realidade os autores dedicaram a identificar como foi produzida a hierarquização entre os grupos analisando “natureza” da “interdependência” entre ambos (ELIAS e SCOTSON, 2000, p.23).

¹⁷MOTTA, 1996, p. 6-8.

A construção de mecanismos de diferenciação (no sentido valorativo melhor/pior) foi promovida pelos moradores que residiam há uma ou duas gerações no bairro e, por força disto, estavam ligados por uma rede de parentesco. Os *outsiders* não possuíam esta característica, pois chegaram ao bairro em famílias nucleares ou individualmente e se desconheciam antes de ali se estabelecerem. Este fato sustentou material e ideologicamente o processo de estigmatização, pois os moradores antigos estavam “solidamente estabelecidos em todos os postos principais da organização comunitária [“Clube de Senhoras, de Idosos, de Teatro, a Banda, Igreja”] desfrutando da intimidade de sua vida associativa [da qual] procuravam excluir os estranhos que não partilhavam de seu credo comunitário e que, sob muitos aspectos, ofendiam seu senso de valores”. Dentre vários exemplos que os autores identificam sobre tais valores, salientamos o fato de que os *outsiders*, embora não estabelecessem uma organização partidária no bairro, votavam com o Partido Trabalhista, o que era visto pelos moradores antigos como um ato de irresponsabilidade e ausência de compromisso com a comunidade, visto que votavam com o Partido Conservador (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 21 e p.104-105).

As agremiações citadas estavam ligadas por meio de “redes de famílias” de moradores antigos possibilitando um instrumento poderoso de coesão social interna e coerção sobre os *outsiders*. Exemplo desta dominação foi relatado por um *outsider* que integrava uma das associações, segundo este, em geral não havia eleições para definir seu quadro diretivo. Porém, quando ocorriam eleições e pessoas que não tinham suas origens entre as “famílias antigas” eram maioria em alguma chapa os estabelecidos se retiravam do processo, inviabilizando eleições (ELIAS e SCOTSON, 2000, p.102-103). Esta estratégia atingia um duplo objetivo de evitar a ascensão dos *outsiders* e, simultaneamente, produzindo um quadro de deslegitimação pois não podiam sequer concorrer – os autores explicam que os *outsiders* não tinham quadro suficiente para montar uma chapa exclusiva e acabavam por compor chapas dirigidas por estabelecidos.

A investigação dos autores demonstra que as relações de dominação em Winston Parva estavam sustentadas na produção de estigmas melhor/pior em relação a aspectos morais, culturais, etc., o que somente pôde ser feito porque um grupo estava “bem instalado em posições de poder”, e destas, “o grupo estigmatizado”, era aliado. Este quadro produziu o “estigma de desonra coletiva imputado aos *outsiders*” que existiu enquanto as relações sociais se mantiveram em desequilíbrio de poder (ELIAS e SCOTSON, 2000, p.23).

A descoberta dos mecanismos de estigmatização existentes entre antigos e novos moradores exigiu dos autores um minucioso trabalho de investigação sociológica, a

partir do qual identificaram alguns comportamentos da “rede de famílias antigas” como originários de tradições locais que remontavam ao século XIX que situavam os comportamentos dos estabelecidos em uma herança urbana da ideologia produzida no período “pré-industrial [pel]os senhores, [pel]a pequena nobreza rural e a aristocracia”. A esta herança se soma o fato de que alguns indivíduos pertencentes às famílias antigas possuíam “profissões da classe média”, destacando-se dentro de seu grupo social como lideranças na oposição geral feita aos outsiders (ELIAS e SCOTSON, 2000, p.104-105).

Para o caso por aqui estudado, entre os estabelecidos podemos citar as famílias cujos membros receberam sesmarias, em particular, aquelas famílias que beneficiadas por mais de uma, caso dos Taques e Camargo (lembrando que Visconde de Camargo possuía “duas sesmarias” na “localidade de Pinhão”). Como outros senhores de terras dos campos Gerais e de Guarapuava, a família deste personagem expressa bem às relações de parentesco associadas à dominação política em diversas esferas do Estado:

Antonio de Sá e Camargo foi vereador, comandante da Guarda Nacional (1865-1867), deputado provincial (1854-1855 e 1864-1865), designado vice-presidente da Província (1865). O irmão, José Antonio de Camargo e Araújo (padre) foi nove vezes deputado provincial, representando a região dos Campos Gerais. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, primo e cunhado do Visconde filho e de José Caetano de Oliveira (Barão do Tibagi) [...], assumiu o poder da Província do Paraná cinco vezes, sendo o último presidente da Província, na passagem para o período republicano. Afonso Alves de Camargo, sobrinho neto do Visconde, foi eleito vice-presidente do Estado do Paraná entre 1908-1912 e 1912-1916, e presidente do Estado entre 1916-1920 e 1928-1932. (SANTOS, Z. 2005, p.2 e p.93).

Retomando aspectos da formação do grupo composto por elementos da elite campeira com o setor industrial madeireiro nas primeiras décadas do século XX nos utilizamos de conceitos elisianos para analisar as relações entre os agentes sociais em momentos-chave da instituição da propriedade fundiária. A opção pelos conceitos de estabelecidos e outsiders sustenta-se pelo fato de que latifundiários da região reivindicavam suas origens na “sociedade tradicional campeira” (ABREU, 1981, p.1) assentada, por sua vez nos primeiros “povoadores” dos campos de Guarapuava, que, nos termos do jargão político dos séculos XVIII e XIX, recebiam a denominação de “homens bons”.

Este termo teve, historicamente, uma definição jurídica desde a burocracia colonial portuguesa, sendo utilizado para designar as “elites, nobres e não-nobres” que podiam participar de “assembleias e conselhos”, sendo que, dentre os que não integravam a nobreza, a qualificação foi, inicialmente, limitada aqueles que detinham “propriedade fundiária”, englobando posteriormente os “comerciantes”. O Regimento de

10/05/1640 explicita bem o caráter político do termo ao estabelecer quem eram estes personagens:

[excluía-se] homens que trabalhavam com as mãos ou cujos pais tivessem feito isso, os banidos, os que pertencessem a “sem raça alguma” (isto é, os considerados não brancos, inclusive judeus e árabes) e as mulheres [...]. No Brasil, portanto, a categoria “homens bons” se referia às pessoas de linhagem nobre ou que fossem **donas de certos tipos de propriedade**, e que, nos dois casos, tivessem “sangue puro” – uma frase usada em todas as Américas para definir a brancura da raça. (HOLSTON, 2013, p. 122-123, negritos meus).

O grupo social formado pelos homens bons foi, a partir das últimas duas décadas do século XIX, substituído por uma nova fração de classe composta pelo setor calcado na industrialização e exportação de produtos extrativistas como mate e madeira. É importante notar, não obstante, que esta nova fração dominante manteve ligações “redes de famílias antigas”.

Ao estudarmos a formação do setor industrial das primeiras décadas do século XX no Paraná e São Paulo, a partir das genealogias familiares de seus fundadores e proprietários, encontramos diversos casos de união entre descendentes da primeira geração de imigrantes que aqui chegaram com algum capital e filhos de grandes proprietários de terras descendentes do antigo coronelismo (OLIVEIRA, 2001). Estas estratégias matrimoniais também estiveram presentes na formação grandes grupos empresariais do setor industrial madeireiro, caso do Grupo Lupion (SALLES, 2004). Este tipo de comportamento era comum na organização interna de diferentes grupos empresariais nas primeiras décadas do século XX. Estudos acadêmicos especializados na formação do empresariado paranaense defenderam a tese de que, através de uniões familiares (casamentos) buscava-se manter o “capital, a organização do trabalho e a chefia da empresa” (CANCIÁN, 1974, p.131-2).

Estes casamentos uniram integrantes de diferentes grupos empresariais ou filhos de dirigentes e sócios de um mesmo grupo empresarial estão as maiores indústrias madeireiras do Paraná na primeira metade do século XX: Grupo Lupion S/A, João José Zattar S/A, a CTNP, F. Slaviero & Filhos S/A (SALLES, 2004; MONTEIRO, 2008; TOMAZZI, 2000; KRETZEN, 1951; LUZ, C., 1980). Esta aliança, que pode ser vista como uma estratégia matrimonial de acesso ao poder, ligou filhos de Geremia Lunnardelli ao Paulo Pimentel na década de 1970 – Pimentel fora advogado do grupo Lunardelli e, nas décadas posteriores, tornou-se governador e proprietário de grupo de mídia com transmissoras de TV, rádio e jornal impresso de circulação estadual.

Este tipo de ligação repetiu-se na década de 2000 com a união familiar entre herdeiros do grupo Slaviero e Pimentel-Lunardelli¹⁸. Esta nova fração de classe se construiu atribuindo-se as denominações de selá *made man* ou *bandeirantes do progresso*, expressas em seus discursos ou biografias encomendadas. Estas qualificações utilizadas em editoriais de jornais de circulação estadual, livros de colunistas sociais, romancistas e acadêmicos foram endereçadas para grandes latifundiários pecuaristas, integrantes do setor industrial madeireiro, proprietários das colonizadoras e outros setores do empresariado paranaense.

Em relação a tais termos faremos uma pequena digressão explicativa. O termo selá *made man*, a ideia de homens que, por suas próprias qualidades (arrojo, visão de futuro, etc.) faziam se a si mesmos apareceu no Jornal Gazeta do Povo de janeiro de 1947 para referir-se aos empresários paranaenses nas décadas de 1930-1940 (SALLES, 2004). O termo *bandeirante do progresso*, em nosso entender, é o que tem maior significado simbólico, devido ao conteúdo histórico do bandeirantismo e por ser o mais recente, pois apareceu no título de livro publicado em 1968 (reeditado em 1976) por importante colunista social paranaense Dino Almeida no qual traz a biografia de dezenas de empresários do Paraná.

Estas construções ideológicas e sociológicas foram reproduzidas na biografia encomendada ao jornalista Nilson Monteiro pelas empresas Zattar para referir-se a um de seus principais dirigentes. No livro o personagem principal recebe diversos títulos, dentre eles o de “tigre” e “herói” (MONTEIRO, op. cit., p. 128). A Zattar não foi a única empresa do setor industrial madeireiro a contratar um biógrafo oficial. Celso Garcia Cid, latifundiário, empresário também envolvido nos negócios de colonização recebeu tratamento semelhante na convecção do livro escrito pelo jornalista e romancista Domingos Pelegrini (Nos tempos de Seo Celso, publicado em 1990).

Dada as funções e posição social dos homens que receberam tais alcunhas, podemos inferir que estas construções simbólicas, sejam produzidas por obras encomendadas ou por terceiros aparentemente não interessados (caso de Dino Almeida) evidenciam a busca pela legitimação do processo em curso, isto é, a colonização, os empreendimentos do setor industrial madeireiro, a nova forma de agricultura e pecuária em implantação, enfim, novas relações de apropriação do território, o aprofundamento da integração de produção para o mercado. Este tipo de posicionamento, em alguma medida, reverberou na produção acadêmica como demonstra importante obra historiográfica produzida pelo departamento de História da UFPR, na qual, um setor dos

¹⁸TOMAZI, 2000; OLIVEIRA, R. 2001.

proprietários das colonizadoras é descrita como formada por empresários como administradores de “empreendimentos capitalistas modernos, sérios”, os promotores da “efetiva ocupação” do Paraná (expressa por WESTPHALEN, et. all., 1968, p.20-27).

Estes títulos devem ser interpretados a luz da sua simbologia como demonstram investigações de TOMAZI, 2000 e SCHNEIDER, 2001 sobre a relação desta com as ações das colonizadoras e do Estado na década de quarenta e cinquenta. O trabalho de SCHNEIDER sobre a colonizadora MARIPA sobre a relação entre colonizadoras e o governo estadual tendo como foco as narrativas produzidas por diferentes agentes constatou que as empresas foram retratadas como “empreendedoras de programas sociais”, levando a uma ideia de que houve uma fusão entre as motivações destas e o interesse público. Como demonstramos no início deste tópico esta visão não se originou de um agente social, pelo contrário,

foi resultado de **uma série de investimentos de linguagem, das mais diferentes esferas da sociedade**, porém, que tiveram como personagens principais – posto que interessados diretos na luta pela classificação legítima – os dirigentes da[s] companhia[s] MARIPÁ [dentre outras], os governadores do Estado do Paraná, bem como o governo federal. (SCHNEIDER, 2001, p.100-102, negrito meu).

Em tese defendida por Nelson TOMAZI (2000) trata da ação de uma das maiores colonizadoras do Paraná, a CTNP, analisando uma série de discursos laudatórios de diferentes autores sobre a ação desbravadora, empreendedora desta empresa, salientando dois aspectos particulares, a invisibilização da presença de povos indígenas e, outro, referindo-se a afirmação repetida por diversos narradores (a partir de uma afirmação inicial de dirigentes da empresa) de que os posseiros que viviam nas terras adquiridas pela empresa foram devidamente indenizados e saíram pacificamente da região. Porém TOMAZI salienta que não encontrou em nenhum dos discursos textos de tais autores referências sobre quem eram tais posseiros, de que forma foram indenizados e para onde foram após saírem das terras apropriadas pela empresa. Um silêncio bastante significativo segundo o autor que, a partir de memórias menos autorizadas (do que jornalistas, romancistas, alguns clássicos da historiografia paranaense supracitados), aponta alguns casos de camponeses que foram expulsos sem qualquer indenização.

Ambos os autores (SCHNEIDER e TOMAZI) demonstraram que o discurso mais autorizado, repetido nas escolas, na memória oficial, parte da historiografia paranaense a ideia de que havia um “vazio demográfico”, com a presença esparsa de “posseiros” e “caboclos” que precisava ser ocupado de forma produtiva, “moderna”, “capitalista”, articulada com o mercado, enfim, duas formas de ocupação que se opunham, sendo a

segunda foi vista e retratada como “empecilho” à modernização capitalista. Em relação a estes fatos, é importante destacar algo tão quanto a coerção material que são

os mecanismos de inculcação de sentidos para a construção de uma identidade ao espaço territorial. Neste ponto, revela-se um ambiente inicialmente dotado de enormes potencialidades ambientais a espera de alguém que viesse a dinamizá-lo. Esse alguém [...] que surgia como um elemento “predestinado” a tarefa de instaurar a civilização. (SCHNEIDER, 2001, p.100-102, negritos meus).

Esta reflexão é importante para compreendermos um dos aspectos mais surpreendentes, a primeira vista pelo menos, sobre a história e memória regional, a invisibilização da presença dos povos indígenas e o silêncio sobre os conflitos fundiários. Situação presente inclusive em Pinhão como demonstrou PORTO (2013, p. 173, ss.), sendo predominante a visão da empresa Zattar como positiva pelos mesmos argumentos laudatórios em relação as colonizadoras.

Tendo em vista as contribuições acima, retomamos a reflexão elisiana. O setor industrial madeireiro e as colonizadoras configuraram-se como um novo estabelecido (em substituição a elite campeira), sendo grupos empresariais como Martinez, Lupion e Zattar expressões deste fato. Nossa tomada da contribuição elisiana se sustenta também na defesa feita pelos autores de “Estabelecidos e Outsiders” de que seus conceitos podem ser operacionalizados para pesquisas em uma diversa “gama de padrões mutáveis da desigualdade humana”, como por exemplo, “relações entre classes, grupos étnicos, colonizadores e colonizados” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 20-21). Este é um aspecto que não deve ser considerado extemporâneo, devido aos significados de colonização em um contexto dos continentes africano e asiáticos (contemporâneos a preocupações destes autores) e no caso por nós estudado, tendo em vista que a ideologia reivindicada era precisamente a de “colonizador”, “bandeirante”, etc. Estas reflexões contribuem para desnudamos o paradoxo levantado acima por RITTER referente a dissociação entre respeito a legislação fundiária e o estabelecimento da propriedade da terra. Tal distância entre a norma e a efetivação da propriedade é compreensível e perfeitamente racional se levarmos em consideração a trama de relações econômicas, parentais, simbólicas e ideológicas existentes na elite regional durante o período de consolidação da propriedade fundiária e sua reificação na contemporaneidade.

1.2.1 Ascensão do setor industrial madeireiro

Na sua obra *A ferro e fogo* Warren Dean cita um grande empresário madeireiro do Espírito Santo que afirmou que as madeireiras eram “soldados de infantaria” da expansão do latifúndio pecuarista (DEAN, 1995, p.290). A expansão das colonizadoras no Paraná exerceu este mesmo papel pois andavam dependeram da marcha das serrarias (WESTPHALEN, et. all, op. cit., p. 7). A estrutura fundiária das regiões centro-sul, oeste e sudoeste do Paraná foram, portanto, tributárias da ação das serrarias que agiam de forma articulada às colonizadoras.

Estas considerações são importantes para a reconstrução do campo no qual realizaremos nossa investigação pois buscamos produzir uma “análise relacional” (de similitudes e particularidades) entre a formação da empresa João José Zattar S/A em relação ao conjunto de empresas do setor no período. Esta opção está alicerçada na contribuição de BOURDIEU quando este se refere a “construção” de um “quadro dos caracteres pertinentes de um conjunto de agentes [o setor industrial madeireiro] ou de instituições [a propriedade fundiária privada]” (BOURDIEU, 1989, p.29).

O estudo do setor industrial madeireiro tem a finalidade de registrar as “características estrutural ou funcionalmente equivalentes” ao estudo das colonizadoras ou outros empreendimentos capitalistas agrários que foram os principais responsáveis pela formação da propriedade privada no Paraná. Apoiando-nos em BOURDIEU, abordaremos relacionalmente, as estratégias de apropriação da terra e de outras “instituições”, como as instâncias de representação do poder político e econômico (BOURDIEU, 1989, p.28-29).

As características que abordaremos do setor industrial madeireiro são: a formação econômica destas empresas, suas relações com a elite política estadual e as consequências de tal ligação – privilégios e benefícios auferidos pelo setor entendidos como efeito de seu poder econômico e político. Com este roteiro pretendemos compreender o contexto geral de apropriação fundiária e expansão do setor industrial madeireiro.

Segundo pesquisas acadêmicas que tratam da formação do setor industrial madeireiro no centro-sul, sudoeste e oeste do Paraná, este período consolidou uma forte expansão do setor a partir do sul (Ponta Grossa) rumo ao centro-oeste (Guarapuava). Conforme demonstra levantamento cartorial feito por razão social entre 1940-1960 foram abertas 458 empresas madeireiras nestes dois municípios, número bastante expressivo se consideramos que no ano de 1917 estavam registradas no estado inteiro pouco174

madeireiras (LUZ, 1980, p.16 e p.50). Este dado se torna ainda mais significativo para compreendermos o contexto de avanço desta atividade produtiva no que se refere a disputa por recursos naturais e frações do território, se levarmos em conta outros dois fatos: o primeiro que em outras regiões do estado o número de serrarias seguia o igual ritmo e, chegando a 1300 serrarias e um número quase idêntico de laminadoras em 1961 segundo dados oficiais (CODEPAR, 1964, 5/2). Esclarecendo-se ainda que tamanho aumento não foi apenas numérico visto que o volume de madeira utilizado por empresa foi muito maior em decorrência de avanço tecnológico alcançado bem como da ampliação do mercado devido a maior potência de caminhões, novas estradas e aumento da malha de ferrovias, conjuntura que demonstra a indissociabilidade do esgotamento da frente pioneira em relação à destruição das florestas nativas.

A criação e a consolidação da empresa João José Zattar S/A, seguiu o mesmo movimento, instalando-se primeiro em Teixeira Soares em 1938 quando o empresário João José Zattar adquiriu uma fábrica de caixas chamada “Batista e Cia”, e ali passou a explorar madeiras, transferindo-se para Pinhão no final da década (MONTEIRO, 2008, 42-43 e p.54). A partir da década de sessenta, com a extinção progressiva da mata nativa os empresários do setor buscaram opções para assegurar fornecimento de matéria prima, inicialmente na região das florestas de araucária, que margeavam os Campos Gerais e de Guarapuava. O sucesso desta estratégia empresarial esteve fortemente articulado a garantia de subsídios, incentivos e isenções fiscais para empreendimentos florestais, como foi o caso da lei 5.106 de 1966, segundo a qual:

as importâncias empregadas em florestamento e reflorestamentos poderão ser abatidas ou descontadas nas declarações de rendimento das pessoas físicas e jurídicas, residentes ou domiciliadas no Brasil. **As pessoas jurídicas poderão descontar [...] até 50% do imposto, as importâncias [...] do valor do imposto, as importâncias [...] aplicadas em [...] reflorestamento.** (SOUZA, 2005, p.60, negritos meus)

Aos destes subsídios financeiros, foram somados outros durante as décadas de cinquenta e sessenta no âmbito dos municípios, Estado e União: direcionamento de técnicos da empresa pública estadual de assistência técnica rural, EMATER, para assessoria de plantio de pinus; redução de impostos (por exemplo, de ICMS); doação de terrenos em parques industriais; concessão de serviço de terraplanagem; instalação e garantia de luz elétrica e água com preços reduzidos ou com períodos de gratuidade (SOUZA, 2005). O sucesso econômico do setor liga-se as subvenções que recebeu por décadas, o que possibilitou maior capitalização, facilitando remanejamento de recursos,

por exemplo, para a aquisição de reservas florestais – que, em geral, não equivalia a compra de terra onde elas se encontravam. A somatória destes fatores contribuiu também para a consolidação de um discurso legitimador sobre o papel do setor como promotor do desenvolvimento da região.

Embora estejamos cientes que os representantes do setor não tenham imposto de forma automática e total seus interesses é evidente que muitas medidas tomadas pelo Estado sofreram impactos de sua presença nos órgãos de decisão, pois

para compreendermos *quem* ou o *quê* formula política, é preciso compreendermos as características dos participantes, os agentes que desempenham, a autoridade e os outros poderes que detêm, como lidam uns com outros e se controlam mutuamente. Das muitas diferentes modalidades de participantes, cada um exerce uma função especial: os cidadãos comuns, os líderes de grupos de interesse, os legisladores, os líderes legislativos, os ativistas políticos de partidos, magistrados, servidores públicos, técnicos e homens de negócio. (LINDEBLON, 1981, p.11, *italico no original*).

O crescimento econômico do setor industrial madeireiro e o aumento de sua importância para a economia estadual continuou na década de cinquenta, o que pode ser constatado pelo fato de que em 1956, foi criada a Comissão Coordenadora de Exportação de Madeiras (CCEM) quando o pinho nacional passava por uma fase de “desmoralização” na Europa. Esse órgão foi criado dentro da estrutura da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX). A CACEX foi criada em 1953 no governo de Getúlio Vargas em substituição a antiga Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil e entre suas principais funções estava o licenciamento de exportações e importações, o financiamento do comércio exterior brasileiro e a construção das estatísticas oficiais sobre exportações e importações. Dessa Comissão participavam no período de sua criação dezenove firmas exportadoras – em 1964 o número ampliou-se para trinta. Para colaborar no enfrentamento dos problemas do setor no mercado internacional, o Banco do Brasil forneceu à CCEM um “crédito de Cr\$500 milhões” tal política não pode ser dissociada do fato de que, no mesmo ano da publicação do relatório da CODEPAR, o “setor da madeira” estava entre os “quatro maiores grupos de contribuintes” para arrecadação de impostos do Estado (CODEPAR, 1964, 9/3-9/4 e 99/15).

Como vimos acima a ação predatória das madeireiras sobre as florestas nativas levou ao deslocamento das serrarias para o sudoeste e oeste paranaense. Para a região estudada outro fator que contribuiu para a intensificação da atividade madeireira foi existência na região de grandes latifúndios agropastoris do período tropeirista (muitas vezes subutilizados e com problemas quanto ao estabelecimento de limites como vimos acima). Parte deste problema foi solucionado pela aliança que fundou o setor madeireiro

nas primeiras décadas do século XX, unindo filhos de imigrantes europeus de primeira geração que chegaram ao sul brasileiro com algum capital no final do século XIX e descendentes da elite fazendeira dos Campos Gerais. Estas alianças, por certo, não foram construídas apenas a partir de estratégias matrimoniais mas também de bases culturais, relações comerciais e políticas. Em Pinhão, por exemplo, a

“compra de madeiras, tal como foi feita pelo empresário João José, iniciou-se antes mesmo da instalação de sua primeira serraria naquela localidade. Era feita através de intermediários, dentre os quais membros da elite fazendeira local, que levavam contratos de compra de árvores até as casas de pessoas em cujos terrenos havia pinhais. Foi também nesse período, ao longo da década de 1940, que a madeireira obteve suas primeiras terras no município” (AYOUB, 2011, p.40).

Este quadro é importante para situarmos o poder político e econômico do setor industrial madeireiro na região de Guarapuava que concentrava, nas décadas de 1940-1960, parques industriais e administrações de algumas das maiores empresas do setor.

O crescimento de diversificação das atividades empresariais também caracterizaram o Grupo Zattar que criou ligações econômicas e administrativas com um jornal semanal de circulação estadual, rede de farmácias, fábrica de produtos químicos necessários ao beneficiamento da madeira, além de explorar erva-mate em grande escala (MONTEIRO, 2008)

Paralelamente a transformação do setor industrial madeireiro de comprador de matéria prima também ocorreu sua integração e diversificação com alguns empresários do setor adquirindo/associando-se a empresas de outros ramos, como empresas de transporte; emissoras de rádio; jornais de âmbito estadual e regional, etc. – os exemplos significativos desta diversificação e poderio político econômico foram o Grupo Lupion (que, na década de 1950, unia diversas emissoras de rádio e jornais impressos de circulação estadual, empresa de navegação, distribuidoras oficiais de caminhões e peças para estes, etc.), os irmãos Martinez (em particular Oscar Martinez, proprietário de companhias colonizadoras, e também sócio de empresa de mídia de rádio e jornal impresso)¹⁹.

A progressiva diversificação do setor industrial madeireiro implica na a concentração de capital, do potencial de poder ideológico do grupo bem como o avanço rumo à modernização do capital.

Embora não tenhamos encontrado estudo específico sobre a relação do setor industrial madeireiro e o poder político no período, a partir da leitura de pesquisas

¹⁹CRESTANI, 2012, p. 65; SALLES, 2013.

acadêmicas com enfoques diferentes identificamos diversos grupos empresariais que desenvolviam atividades de colonização e do setor industrial madeireiro e concentravam poder político – o que ajuda a compreendermos as subvenções que recebiam na forma de empréstimos e isenções de impostos.

No critério concentração de poder político a CTNP, MARIPA e Grupo Lupion S.A., que associavam atividades do setor industrial madeireiro com a de colonização merecem destaque pelo fato de concentrarem grande poder político entre 1930 e 1961. No quadro de proprietários e administradores destas empresas encontramos: um senador, um governador (eleitos para dois mandatos cada), três prefeitos (totalizando pelo menos oito mandatos); dois deputados estaduais (totalizando pelo menos quatro mandatos); secretários de estado dois governadores diferentes ocupando pelo menos sete diferentes pastas; dirigentes de diversos órgãos da administração pública estadual, com destaque para o DTC, que, além de promover e fiscalizar a colonização de terras públicas estaduais e também o extrativismo madeireiro nas terras devolutas e áreas de colonização privada²⁰.

Em relação aos três grupos empresariais citados é essencial destacarmos ainda que estiveram associados a colonizadoras menores²¹. Este fato, somado ao seu poder decorrente de cargos públicos que sócios e dirigentes ocuparam, sugere que além do poder econômico sobre as terras (materializado no direito de propriedade) poderiam exercer grande poder político administrativo sobre terras que almejavam. Este poder poderia se materializar, por exemplo, em situações de disputa contra adversários que não dispusessem dos mesmos poderes, isto é, principalmente camponeses e indígenas.

Os elementos acima são importantes para contextualizar à existência do grupo empresarial Zattar. Embora os dados acessados sustentem que as empresas Zattar não tenham chegado ao porte das três acima citadas, isto não significa que suas estratégias empresariais tenham sido diferentes no que se refere a exercer influência sobre o aparelho estatal. Ao analisarmos os quadros dirigentes da empresa, verificamos que passaram por ele: dois prefeitos; dois deputados estaduais (eleitos pelo menos para oito mandatos); um auditor do Tribunal de Contas do Estado; um integrante de conselho de agência de fomento regional e banco estatal paranaense; um proprietário de jornal de

²⁰ TOMAZI, 2000, p.182 e 203-5; WACHOWICZ, 1987, p.118-120. SALLES, 2004, p.89-118.

²¹ Sócios da CTNP eram proprietários da Cia. Agrícola Barbosa Ferraz. O Grupo Lupion associado às colonizadoras-madeireiras CITLA (Clevelândia Industrial e Territorial), Comercial e a Apucarana. A MARIPA estava associada a supracitada Pinho e Terras e as colonizadoras Gaúcha, Industrial Agrícola Bento Gonçalves, Matelândia, Companhia Norte do Paraná – que não deve ser confundida com a CTNP (WACHOWICZ, 1982, p. 142-150 e p. 160-167, SCHNEIDER, 2001, p.38-40, WESTHPHALEN, et. al., 1968, p. p.19-27).

circulação estadual; um dirigente de grande grupo do setor industrial madeireiro – sobre estes personagens consultar Anexo II Relações Político-empresariais das Indústrias Zattar.

Embora o grupo Zattar não tenha se envolvido no negócio de terras para colonização durante as décadas de 1940-1960. Não obstante, na década de setenta a empresa utilizando-se do lema “Compre terras no Paraná ao preço de Mato Grosso” vendeu diversos imóveis para camponeses egressos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Estas vendas aumentaram a confusão fundiária posto que tais imóveis estavam hipotecados – dados em garantia pela empresa ao realizar empréstimos com bancos estatais e privados (ELEPIAO, 1994). A par disto, alguns dos imóveis vendidos estavam total ou parcialmente ocupados por Posseiros. Devido a tais fatos vários compradores, todos agricultores familiares, não conseguiram registrar suas aquisições (PORTO, 2013).

A ação empresarial dos dirigentes do grupo Zattar também se orientou, nas décadas de sessenta e setenta, para a aproximação com outras empresas, ligando-se a MADEBRAS e a Companhia Seguradora dos Proprietários. Estas empresas eram holdings que possuíam como sócios diversos outros grandes empresários do setor industrial madeireiro²². A par destes fatos, salientamos que o empresário João José Zattar ocupou posições de direção em órgãos de representação e ação do setor como a CACEX, câmara de comércio de público-privados para exportação, e MADEBRAS (KRETZEN, 1951; MONTEIRO, 2008).

Retomando os dados levantados acima referentes pessoas que ocupavam funções de direção nas empresas e em cargos públicos (eletivos ou na alta burocracia estatal) trazemos a dissertação de Cirlei Francisca da LUZ. Segundo a autora o poder público sempre buscou facilitar e promover o crescimento econômico das empresas do setor. Segundo a autora as atividades da indústria madeireira despertavam grande atenção “das autoridades municipais”, pois só por meio de “acordes” e utilização de impostos para colaborar com o setor, isto é, só pela “mútua cooperação” que tanto municípios como o setor atingiriam um “maior grau de desenvolvimento” (LUZ, C. F. 1980, p.264-265).

Tendo em vista esta realidade acreditamos que as grandes empresas madeireiras engendraram e reproduziam características das colonizadoras com alto grau de similitude no que se refere às estratégias de acumulação. O setor madeireiro e as colonizadoras,

²²A MADEBRAS uma holding que reuniu alguns dos maiores grupos industriais madeireiros do Estado dedicada à exportação de madeira (por exemplo, empresas Betega, Slavieiro e Lupion). Na Companhia Seguradora dos Proprietários do Brasil estava como sócio João Batista Ribas, ex-presidente do DTC, atual ITCG (KRETZEN, 1951).

como faces diferentes de um mesmo processo de territorialização, com objetivos e estratégias similares, devem ser analisadas de forma “relacional”. (BOURDIEU, 2002, p.29). Ou seja, a busca das grandes empresas madeireiras em se apropriar de florestas e a mesma ação das colonizadoras deve ser analisada em sua complementaridade e simultaneidade.

Sobre as estratégias destas empresas no quesito aquisição de terras é importante destacar que a prática de irregularidades não escandalizava proprietários e administradores, como fica evidente da leitura da pesquisa de ROMPATTO, na qual demonstra, a partir de entrevistas com um dirigentes-proprietários da “Sociedade Colonizadora União do Oeste Ltda.”, Adísio Figueiredo dos Santos. O entrevistado afirmou que adquiriu “180.000 alqueires” titulados a BRAVIACO por um valor muito abaixo do mercado, “a bagatela de 600 mil cruzeiros”, pois os vendedores, segundo o entrevistado, descobriram que “o título que havia adquirido da BRAVIACO [de terceiros] era falso” (CRESTANI, 2012, p.109-113). Isto é, o entrevistado sugere que tanto os vendedores e compradores (ambos sócios de colonizadoras na região oeste e sudoeste do Paraná) negociavam um título que sabiam juridicamente inválido, fato que se torna ainda mais significativo pelo fato de que, na época Adísio Figueiredo dos Santos, era proprietário e dirigente da Sociedade Colonizadora União do Oeste Ltda., que, posteriormente a transação, devido a transformações administrativas, continuou no quadro dirigente da nova empresa colonizadora (com 10% das ações desta) que passou a se chamar Colonizadora Norte do Paraná que passou a exercer pressões políticas (junto a governadores do Paraná) e impetrou ações judiciais junto ao Estado para validar tal título (CRESTANI, 2012, p. 84-85 e p.118). Os fatos analisados por ROMPATTO e CRESTANI demonstram que se negociava títulos falsos ou, pelo menos, de autenticidade duvidosa e, posteriormente, por meio de ligações políticas e poder econômico, buscava-se validá-los, nos leva a refletir sobre a situação daqueles camponeses (em sua diversidade) e indígenas que não possuíam os mesmos instrumentos. Além destas estratégias, outras se fizeram presentes, tendo como base a ação de grupos empresariais, como a “corrupção administrativa (tanto por cartórios, como pelos departamentos que tem a função de legalizar a posse da propriedade [DGTC e INCRA]), falta de controle do registro das terras pelo Estado e morosidade da justiça [...]” (CRESTANI, 2012, p. 157).

Em relação às colonizadoras citadas, salientamos que não foram escolhidas de forma gratuita para a presente análise – pois consultamos pesquisas sobre outras colonizadoras. Os estudos acadêmicos utilizados (artigos, dissertações e teses na área

de antropologia e história) demonstram que estas empresas estiveram (ou ainda estão) envolvidas em conflitos fundiários expressivos tanto pelas suas longas disputas judiciais ou pelo grau de episódios de violência física. Citamos os seguintes casos:

- As disputas envolvendo o grupo Slavieiro X indígenas em Manguairinha, iniciada na década de 1960 e não concluída até 2010 (HELM, 2012). Disputa esta que esta também retratada no premiado documentário *Mato Eles* de Sérgio Bianchi, no qual são retratados casos de violência física;
- As colonizadoras CITLA, COMERCIAL e APUCARANA estiveram envolvidas na chamada Revolta dos Colonos (ou Levante dos Posseiros) do Sudoeste de 1957 (GOMES, 2005);
- MARIPA e a Pinho e Terras em diversas disputas com “posseiros” e “colonos” entre 1940-1950 (WESTPHALEN, et. all., 1968; CRESTANI, BORTIZA, 2008);
- A empresa João José Zattar S/A, nas décadas de 1980 e 1990 (AYOUB, 2010).

Retomando trabalhos clássicos da historiografia paranaense e, em particular, do estudo da política de terras da primeira metade do século XX, trazemos aqui uma constatação de Odah da Costa, historiadora que teve sua dissertação escrita sob orientação do prof. Brasil Pinheiro Machado, de singular e significativa trajetória política (em sentido lato, pois foi deputado, interventor e, na qualidade de integrante do ministério público, procurador-geral do Estado) e acadêmica, por ter sido um dos fundadores, respectivamente, do primeiro curso de graduação, de mestrado no Paraná. O texto de Odah da Costa carrega diversas heranças (de seu orientador), dentre elas salientamos duas, a primeira se refere à defesa feita do “movimento de 1964” feito na apresentação de sua dissertação e a segunda, a crítica quanto aos problemas decorrentes da ação de companhias colonizadoras, que, segundo a autora, deixaram como marcas a

apropriação indébita, a devastação e nenhum atendimento às prescrições legais [...] processos ilegais e ardilosos, constando de transações sucessivas, dilatação das linhas divisórias ou incorporações a empresas ou sociedades, fundamentando-se em falsos ou supostos direitos. (COSTA, 1974, p. 43).

Como se demonstrou o setor industrial madeireiro não pode ser analisado de forma dissociada colonizadoras. Lembremos também as ligações destes agentes sociais com um grande número de ocupantes de cargos públicos dos primeiros escalões do executivo e legislativo.

Embora estejamos cientes que os representantes do setor não tenham imposto de forma automática e total seus interesses é evidente que muitas medidas tomadas pelo

Estado sofreram impactos de sua presença nos órgãos de decisão, pois para compreendermos quem ou quê formula políticas, é preciso entender as características dos participantes, os papéis que desempenham, a autoridade e os outros poderes que detêm, como lidam uns com os outros e se controlam mutuamente. Das muitas diferentes modalidades de participantes, cada um exerce uma função especial: os cidadãos comuns, os líderes dos grupos de interesse, os legisladores, os líderes legislativos, ativistas de partidos, magistrados, servidores públicos, técnicos e homens de negócios (LINDBLON p.8-11).

Lembremos que no período citado, 1956-1961 o governador do Paraná era Moysés Lupion, proprietário de um dos maiores grupos madeireiros do Estado (KRETZEN, 1951). O posto de governador lhe incumbia, como vimos acima, indicar membros do INP, podendo também influenciar na Câmara de Expansão Comercial do Paraná e na CCEM. (LAVALLE, 1974, p.97). Além disto, saliente-se o cargo exercido por um representante do setor industrial madeireiro na CACEX (precisamente, João José Zattar).

Este contexto formou parte do capitalismo no Paraná um agente particular, o empresário do setor industrial madeireiro que, dentro de seu campo, possuía o controle da propriedade da terra, da madeira e das plantas industriais, fato que propiciou grande concentração de poder e a “capacidade de dirigir o processo produtivo, em todas as suas fases, desde a produção da matéria-prima até a entrega do produto à comercialização que se origina seu poder” aproximando este setor dos senhores de engenho nordestinos estudados por Maria Nazareth Baudel WANDERLEY (WANDERLEY, 1979, p.23). Este conjunto de articulações formou o setor industrial madeireiro.

Os indivíduos que protagonizavam as ações deste setor possuíam “simultaneamente conhecimento adquirido” pelo capital político, social e econômico. Nas palavras de BOURDIEU, os indivíduos que compunham este agente social detinham um determinado “habitus”, uma “disposição incorporada” que os orientava para o monopólio do poder e apropriação da terra. (BOURDIEU, 2002, p.59-61).

As reflexões acima tem como objetivo relacionar formas de agir entre a “generalidade” do campo (exposta na formação do bloco de poder) de modo a estabelecer homologias entre o modo de agir de outros grupos empresariais e a Zattar. O comportamento da Zattar, analisado tendo como referencia a fração de classe possibilita estabelecermos “propriedades gerais ou invariantes” que caracterizam a racionalidade da sua ação empresarial. Isto é, estabelecemos “homologias” que ajudaram a produzir um olhar mais informado. Seguindo este caminho foi possível produzir, a partir da análise de um caso particular, a

“generalização, que é própria da ciência [...] pelo recurso do método comparativo, que permite pensar relacionalmente um caso particular construído em caso particular do possível, tomando-se como base de apoio as homologias estruturais entre campos diferentes [...] ou entre estados diferentes do mesmo campo” (BOURDIEU, 2002, p.32-33, itálico do autor).

Como se procurou demonstrar, havia entre os diferentes empreendimentos capitalistas uma razão de continuidade espacial e cronológica: as obrages foram substituídas pelas colonizadoras que, por sua vez, estiveram associadas ao setor industrial madeireiro. Desta forma a ferramenta teórica (homologia estrutural) pode ser utilizada no caso em análise para identificar elementos que podem estar no mesmo campo econômico (de empresas que exercem ou dependem diretamente do extrativismo florestal) ou de campos diversos (o extrativismo de mate ou madeira frente ao comércio de terras para colonização).

1.3 PROPRIEDADE FUNDIÁRIA E PODER SIMBÓLICO

Ao se percorrer conceitualmente a institucionalização da propriedade fundiária constata-se que ela, ao contrário de uma marcha linear e constante rumo a sua interpretação atual, foi e continua sendo um campo de violentas lutas interpretativas. As obras por nós consultadas se detiveram apenas no significado formal, legal estabelecido em cada período (RITTER, 1980, ABREU, 1981) ou utilizando categorias como “sitiantes”, “grandes proprietários” ou “intrusos”, “posseiros”, “caboclos”, etc. (WACHOWCZ, 1985, WESTPHALEN, et. all, 1968) sem fazer uma análise conceitual.

Mesmo a historiografia regional tendo retratado diversos casos de corrupção, uso de milícias, especulação imobiliária rural, etc., durante a frente pioneira e de expansão, não tratou a formação da propriedade fundiária nos diferentes contextos para além do mau uso do poder político-econômico. Clássicos da historiografia paranaense, por exemplo, afirmam que os “caboclos” abandonavam as terras com a chegada de fazendeiros e colonizadoras, pois sabiam que a terra “não lhes pertencia” (WACHOWICZ, 1985). Como em nenhuma destas obras problematizou-se o significado que os diferentes agentes davam a propriedade fundiária, infere-se que havia um consenso entre os agentes quanto ao significado de “propriedade” e, principalmente, de que este se daria no marco da propriedade capitalista, pois, caso contrário, os “caboclos” não abandonariam seus locais de moradia.

A produção deste consenso decorre de relações sociais mais amplas e não atingiu apenas a academia, mas também outros setores da sociedade. Para compreendermos como tal significação se materializou utilizaremos conceito de poder simbólico desenvolvido por Pierre Bourdieu (1989).

Para além da oposição básica “proprietários no termos da lei” e “não proprietários”, nos interessa saber como estas duas possibilidades foram construídas. Caso contrário existe a possibilidade de se contribuir para o discurso interessado em materializar o significado que favorece em ordem vigente. Para se compreender a produção do significado é importante se entender as relações sociais nas quais é produzido.

A desigualdade de poder entre os agentes sociais envolvidas em disputas dentro de um campo pode ser expressas em relações de dominação caracterizadas como “lutas” pela monopolização do “poder simbólico”. O avanço que um agente faz sobre outro no campo legitima este a impor “princípios de divisão” (dos benefícios potenciais do objeto ou coisa em disputa) explicitando o fato de que

nas lutas propriamente políticas para modificar o mundo ao modificar as representações do mundo, os agentes assumem posições que, longe de serem intercambiáveis, como pretende o perspectivismo fenomenal, dependem sempre, na realidade, de sua posição no mundo social de que são o produto e o qual eles contribuem, no entanto, para produzir. (BOURDIEU, 2001, p. 230).

Neste sentido, como demonstramos em nossa revisão bibliográfica, o lugar social ocupado pelos agentes é um elemento essencial para se compreender a formação do instituto legal. A origem colonial do Brasil, o período Imperial e o Republicano tem como marca um país agroexportador (até a década de 1960), o que explicita o valor simbólico da propriedade fundiária. A renovação deste lugar (exportador de bens primários) gerou nas elites governantes a defesa quase que sacralizada da premissa do monopólio da terra, do latifúndio como uma estratégia para a formação da nação como podemos ver na construção de diversos discursos ideológicos – “povoamento”, “civilização”, “colonização”, “desenvolvimento”, “progresso”, etc. – que, em diferentes períodos articulam-se com o “ouro verde” (café) ou o agronegócio contemporâneo.

Este pensamento esteve presente, de forma reificada, na década de trinta do século XX, período de uma nova colonização que avançava pelo interior de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, sendo expresso no ideário de Marcha para o Oeste. Este fenômeno impunha aos povos indígenas e camponeses a expropriação de seus territórios

na argumentação de OLIVEIRA VIANNA, um dos fundadores do pensamento historiográfico nacional:

“Nessa obra de conquista civilizatória da terra, o bugreiro vence o obstáculo material, que é o índio nômade, povoador infecundo da floresta infecunda. **Há, porém um outro obstáculo jurídico, que é o direito de propriedade (...). É ao grileiro que cabe resolver esta dificuldade.** É ele que vai dar ao colonizador progressivo, cheio de ambições e de capitais, o direito de explorar este tesouro infecundo. Para isso cria, pela chicana e pela falsidade, o indispensável título de propriedade. O bandeirante antigo, preador de índios e preador de terras, rude, maciço, inteiriço, brutal, desdobra-se pela própria condição do meio civilizado em que reponta: e faz-se bugreiro insidioso, eliminador do íncola inútil, e grileiro solerte, salteador de latifúndios improdutivos. Exerceram ambos, porém, duas funções essenciais à nossa obra de expansão colonizadora: e a ferocidade de um e a amoralidade de outro tem assim, para escusá-las, a magnitude incomparável dos seus objetivos ulteriores. (VILLAÇA, ano, p., apud VIANNA, Oliveira. Evolução do povo brasileiro. SP. s/d, pp.97 e 98, negritos meus).

Esta posição, longe da aparente irracionalidade, deve ser compreendida de forma analítica, tendo como referência a ação econômica, política e social do contexto. Por deterem maior poder econômico e político o setor formado pela aliança entre filhos de imigrantes capitalizados e descendentes da elite campeira possuíam instrumentos privilegiados para apropriarem-se da terra e do poder político.

Doravante, uma forma de compreender analiticamente a ação das elites proprietárias no período, pode ser feita pela utilização do conceito de “ação social” que, segundo WEBER, como qualquer ação, “pode ser determinada: 1) de modo racional referente aos fins – por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como “condições” ou “meios” para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso; 2) de modo racional referente a valores – pela crença consciente no valor (ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação) absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independentemente do resultado; 3) de modo afetivo especialmente emocional – por afetos ou estados emocionais atuais; 4) de modo tradicional: por costume arraigado” (WEBER, 2000, p.15).

Consideramos, neste sentido, que o agente social formado pela aliança colonizadoras-setor madeireiro, foi orientado por uma “ação social” de “modo racional referente” as suas “finalidades” e “valores”. Isto porque os proprietários das colonizadoras (como a MARIPA) tinham experiência anterior neste tipo de comércio ou, como no caso das colonizadoras associadas ao Grupo Lupion, CTNP, Martinez (bem como o grupo Zattar) contavam com fortes aliados dentro do aparelho estatal bem como com ligações com as elites tradicionais do Estado. Em ambos os casos, os empresários desenvolveram estratégias administrativas cientes, como todos os indivíduos do período 1920-1960, do

rápido avanço da fronteira agrícola no Paraná, possuindo “condições e meios” privilegiados (conhecimento técnico, capital cultural e político, capacidade de angariar empréstimos subsidiados, e outros) para alcançar seus objetivos. Não obstante, possuíam uma série de valores e representações “éticas, estéticas” e políticas como representantes do “capitalismo moderno”. Nesse sentido, acredito que estes personagens reproduziram (e conduziram) estes ideários de “maneira puramente racional referente a valores”. Como outros setores da sociedade (salvo exceções), estavam convictos de estarem agindo por “dever, dignidade”, diretrizes ditadas por uma “causa”.

Estas características levaram alguns personagens importantes e parte da sociedade do período a defenderem posições semelhantes à de Oliveira Vianna, ou seja, aceitar que alguns aspectos éticos e morais fossem desrespeitados em prol de um projeto maior (desenvolvimento, a colonização do Paraná, etc.). Um exemplo desta atitude está na figura do Raul Vaz, que ingressou em 1947 no Tribunal de Contas do Estado, presidindo-o “por mais de 15 vezes”. Este experiente servidor público escreveu:

“a corrupção é particularmente característica das sociedades em modernização. [...] A modernização gera a corrupção, porque altera as normas tradicionais, cria novas fontes de riquezas e poder, e acaba contagiando a máquina administrativa, como um óleo para lubrificá-la, para apressar o atendimento de obras públicas – e até para obtê-las. O pioneirismo no Paraná coincidiu com a ascensão do populismo, isto é, do clientelismo político institucionalizado. Os pobres usam seu poder de voto para conquistar empregos e favores, inclusive dinheiro mesmo, os ricos por sua vez compram cadeiras nos Parlamentos e nas Assembleias. Há uma corrupção dos pobres e uma corrupção dos ricos” (VAZ, Raul, 1986, p.139-140).

Esta declaração demonstra que o uso da coisa pública para fins privados era recorrente – por exemplo, nas ações, segundo a historiografia, do então vice-governador Affonso Camargo que, exercia simultaneamente o cargo de advogado da Brazil Railway, a onda de corrupção nos governos Lupion.

Das oportunidades de reflexão propiciada por uma interpretação weberiana dos fatos supracitados acreditamos ser possível concluir que a elite proprietária estava atuando no sentido de (re)produzir o que considerava “uma ordem legítima”. Esta hipótese remete a outros conceitos, como “dominação” em suas diversas formas, explicitado no poder dos homens envolvidos no negócio da terra, sendo “poder” compreendido a partir da perspectiva weberiana, como o que se adequava a racionalidade de mercado, pois neste

“os interessados orientam sua ação (o “meio”) pelos próprios interesses econômicos subjetivos típicos (o “fim”) e pelas expectativas, igualmente típicas, que nutrem a respeito da ação presumível de outros (as “condições” para alcançar seu fim. Desta forma quanto

mais rigorosa a racionalidade referente afins em suas ações, tanto maior a semelhança de suas reações perante determinadas situações.” (WEBER, 2000, p.18).

Esta racionalidade, acreditamos, esteve presente tanto na ação empresarial quanto na estatal em sua intervenção nos conflitos e disputas de terras e na política fundiária estatal.

Retomando a crítica a visão implícita em diversos estudos acadêmicos de que houve uma marcha linear da instituição propriedade privada, de que as transformações constantes representam sua versão melhorada, evoluída, despida de falhas, é necessário compreender como este processo ocorreu dentro das relações de poder.

O pressuposto de que houve um progresso constante na institucionalização da propriedade privada justamente por terem sido solucionadas falhas verificadas (na validação, por exemplo) contribui para a crença de que eventuais novas falhas poderiam ser solucionadas, que lapsos na aplicação do regime de propriedade poderiam ser consertados.

Para compreendermos como determinado significado de propriedade tornou-se vigente em detrimento de outros nos utilizamos do conceito de *poder simbólico* de Pierre Bourdieu. Segundo este autor, poder simbólico é “um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)”²³, isto é, ele, o poder simbólico, estabelece uma forma específica do processo de conhecimento (gnosis), tendo a propriedade de

“constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) [...]. O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder [...], capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia” (BOURDIEU, 1989 p.14-15).

Estas características são extremamente pertinentes para compreensão de uma instituição tão representativa como a propriedade fundiária. Como demonstramos em nossa revisão bibliográfica autoridades estatais fizeram severas críticas quanto a inobservância de requisitos legais e administrativos na expedição e ratificação de títulos de terra (RITTER, 1980). O que se constata da leitura dos trabalhos acadêmicos é que autoridades se ocuparam apenas em questionar o cumprimento da lei – não houve indagação sobre o caráter desta –, porém, acreditar que o desrespeito as questões

²³ BOURDIEU, 1989 p.07-08 e 09, itálico no original.

administrativas e legais foi apenas uma “falha a ser corrigida”, pode ser esperado dos agentes do Estado mas não da pesquisa acadêmica.

A naturalização desta posição possibilitou “constituir o dado pela enunciação”, fazendo crer que a forma de apropriação ratificada pelo Estado era a única possível. Neste processo um tipo de propriedade se estabeleceu, suprimindo outro(s). A vigência de uma expressão ideal de propriedade, ratificada pelo Estado, obteve em termos simbólicos, “o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica)”. Produziu-se o consenso de que uns tinham mais direitos de se apropriarem de frações do território que outros. Materialmente ratificou-se o interesse daqueles que se apropriaram de grandes extensões do território.

Neste ponto explicita-se o que a teoria bourdiesiana afirma: ao se construir a narrativa, a justificação de um tipo de propriedade, silenciou-se sobre outros, o que levou a crença de que o tipo vigente foi o único existente, não obstante as fissuras gritantes na sua institucionalização. A validação feita não desconsidera a insurgência de outros (caboclos, posseiros, etc.), porém ratifica uma forma de propriedade sem apresentar outra possibilidade. O silenciamento sobre outras possibilidades é uma grande expressão de força.

Este silenciamento somente ocorreu pela destituição da possibilidade de outros agentes sociais se pronunciarem ou terem suas práticas retratadas. Agentes sociais que não os dominantes – povos indígenas, camponeses – foram retratados, não houve debates sobre tipos específicos de uso, de propriedade, apenas sobre o fato de que estas parcelas da população não compreendiam ou não preenchiam os requisitos para serem proprietários nos termos da lei. Este apagamento está ligado ao exercício do poder simbólico. O qual somente se torna uma prática quando “*reconhecido*” como legítimo, ou seja,

ignorado como arbitrário [...] entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, a própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a *crença*. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras (BOURDIEU, 1989 p.14-15, *italico no original*).

Os agentes envolvidos nas relações sociais de dominação ignoram objetivamente sua vigência. No caso da produção social da propriedade privada tal fato se deve porque um verniz, uma cobertura de imparcialidade, objetividade se fez presente a partir do direito judiciário e dos ritos administrativos pelos quais a lei se constitui. O fato de que

aqueles exercem e os que são submetidos, simultaneamente, desconhecem aspectos da dominação e assim reconhecem sua legitimidade, caracteriza a transmutação da violência material, política ou econômica, em violência simbólica sem a necessidade do emprego cotidiano da violência material (econômica, política, física, etc.).

O fato de parte das disputas e enfrentamentos resultar em sucesso para os dominados explicitaria uma neutralidade e uma racionalidade do sistema, mesmo sendo conhecido pelos dominados que a vitória geralmente é do grupo dominante facilmente identificado pelo seu poder econômico, pelo domínio da linguagem do poder – que pode ser a jurídica, a política ou econômica. Ao fornecer resultados que, em alguns casos, favorecem os dominados é que o poder simbólico tem sua eficácia e funcionalidade maior,

é na correspondência de estrutura a estrutura que se realiza a função propriamente ideológica do discurso dominante, intermediário estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada (logo, ignorada como tal) de sistemas de classificação e estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais (BOURDIEU, 1989, p.13)

Para não ficar no plano de relações idealistas, o autor salienta que a força de coação e coerção não se origina da própria palavra, mas sim do poder existente naqueles que as formulam e utilizam. No caso estudado, os formuladores da política agrária (em particular a fundiária) promovida pelo Estado estavam diretamente interessados na apropriação privada da terra. A racionalidade do sistema dependia diretamente de seus interesses e foi neste sentido que a legislação foi formulada (pelo Poder Legislativo), administrada (pelo Poder Executivo) e interpretada quando houve conflitos (caso do Poder Judiciário). A visão de isenção, de objetividade esteve presente em todos os níveis posto que aspectos *técnicos* eram levados em conta na elaboração de projetos de lei, na sua implantação enquanto política de Estado e, por fim, na sua interpretação quando houve conflito.

As atribuições dos funcionários do poder executivo, legislativo, judiciário estatal exigem saberes específicos e são de atribuição privativa, isto é, monopólio do Estado. Além da exclusividade de atribuições o fato de que se constrói, se exige um conjunto de saberes específicos produz, consequentemente, uma complexa forma de comunicação. Todo este conjunto de fatores é importante para a análise da questão fundiária e, específico, do caminho institucional percorrido pela propriedade fundiária. A produção social da expertise desta burocracia, suas origens sociais são elementos indissociáveis das formas de legitimação de seu lugar social e da atividade que exercem. A relação

entre lugar que ocupam, as regras administrativas (portarias, procedimentos administrativos internos, definidos no seio de cada órgão estatal) são uma evidência prática de

instrumento estruturado e estruturante de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam [...]. (BOURDIEU, 1990, p.11).

Mesmo que de forma contraditória, as atribuições monopolizadas pelo Estado configuram-se como um reforço a estrutura social de classe que o sustenta caracteriza. A construção social da burocracia, a formulação de normas e procedimentos administrativos autoproclamados como neutros expressam uma *concertação* de diversos indivíduos articulados, mesmo que contraditoriamente, aos interesses de grupos dominantes. O caráter burocrático, a linguagem técnica assume aparência de autonomia da lei, da administração, dos procedimentos técnicos (de medição, de registro de terras), etc. A história da formulação das leis agrárias bem como dos procedimentos para operacionalizá-la, implementá-la e disciplinar disputas não pode ser feita sem observarmos também os atores sociais responsáveis por cada uma destas tarefas. Este tipo de investigação, em linhas gerais, foi também proposta por Bourdieu quando afirma que “a história da transformação do mito em religião (ideologia) não se pode separar da história da constituição de um corpo de produtores especializados de discursos e ritos religiosos” (BOURDIEU, 1989 p.12).

Neste sentido a complexificação da burocracia estatal pode ser também estudada como um aspecto da modernização do capital que incorpora traços da sociedade que a originou e cujas relações procura regular por meio da produção de leis – aspecto da produção simbólica. No que se refere às diversas esferas de ação deste corpo especializado (burocracia) é importante salientar que o

campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (é só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção (BOURDIEU, 1989, p.12).

Esta constatação é útil para análise que fazemos do ordenamento jurídico enquanto campos da produção simbólica. Este, para legitimar-se, precisa ser socialmente reconhecido como válido, o que pressupõe que mesmo aqueles que por ele tem seus interesses violados o reconheçam como legítimo. O fato das relações de dominação

passarem despercebidas esta diretamente ligado a produção característica da burocracia que, associa a uma estrutura intrincada, uma linguagem aparentemente destituída de interesses. Esta função da linguagem foi tratada por BOURDIEU que demonstra que “relações de comunicação” que são “de modo inseparável, relações de poder” e dependem, “na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou instituições) envolvidos nessas relações”²⁴.

Como nos referimos acima os maiores beneficiários da apropriação fundiária foram retratados como representantes da melhor sociedade e, para ratificar esta imagem. A inculcação destes significados (por exemplo, quanto a mérito, moral, etc.) forneceu significativo anteparo político e ideológico para grupos dominantes em disputas contra indivíduos pertencentes a grupos detentores de atribuições menos valorizadas. A par da assimetria de poder que existia em conflitos fundiários e disputas judiciais, é importante salientar que por muitas vezes o grupo com atributos mais valorizados solicitavam ao Estado diversos tipos de favores e, exatamente por estes atributos, tinham maiores possibilidade de serem atendidos. Este duplo anteparo se inseriu no seio de uma forma de dominação estruturada e estruturante que contribuiu para a “domesticação dos dominados” na medida que fornecia significações aparentemente racionais e autônomas as medidas administrativas estatais, decisões ações judiciais que efetivamente privilegiaram grupos dominantes. Tal comportamento expressaria menos a crença dos expulsos das terras e mais um “**conformismo lógico**”, que associaria a adoção da ideia de que a política de terras era isenta e a avaliação sobre quais adversários teriam que ser enfrentados caso houvesse um questionamento dos direitos da fração hegemônica – o que poderia resultar em enfrentamentos com representantes da fração hegemônica/latifundiários. A associação destas características contribuiria para a “domesticação dos dominados”, que não se faz sem que os dominados também assumam como de seu interesse a estrutura de dominação (BOURDIEU, 1989, p.09-14).

Lembrando que a elite administrativa estatal não funcionou como uma correia de transmissão dos interesses do setor industrial madeireiro e/ou das colonizadoras, salientemos que, em diversos casos povos indígenas e camponeses impuseram limites a ação do latifúndio. Os conflitos entre Zattar e os Posseiros do Pinhão indicam histórico semelhante. O estudo de caso e a revisão bibliográfica demonstram que, ao analisarmos conflitos entre grupos com grande disparidade de poder, devemos estar atentos para “evitar a redução brutal dos produtos ideológicos aos interesses das classes que eles servem [...] sem cair na ilusão idealista a qual consiste em tratar as produções

²⁴BOURDIEU, 1989, p.11.

ideológicas como totalidades auto-suficientes e autogeradas [...]” (BOURDIEU, 1989, p.13).

Sintetizando este tópico, retomamos dois aspectos centrais do conceito de poder simbólico discutidos neste tópico. O primeiro se refere ao fato de que o poder simbólico não é objetivamente percebido tanto por grupo dominante quanto por aqueles sob os quais o domínio é exercido. O segundo é que a dominação simbólica presente na consolidação da propriedade fundiária exigiu a construção de fortes estruturas mentais e ideológicas inidentificáveis em diversos campos de poder, alguns abordados acima.

1.4. PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA

Como demonstra a historiografia regional e a bibliografia especializada na formação da propriedade fundiária nunca teve uma expressão material absoluta posto que os diferentes agentes sociais que viviam no território rural paranaense possuíam diferentes concepções de direito e uso da terra. É no seio destas relações que o conceito de processo de institucionalização tem validade operacional para explicar como que a forma propriedade fundiária capitalista tornou-se a definição por excelência de propriedade da terra rural.

O conceito de instituição é de grande importância para diversas ciências como sociologia, antropologia, ciência política, filosofia com sentidos e aportes teóricos diversos. Dentro deste espectro de possibilidades buscou-se na sociologia aquele que mais se relaciona elites dominantes no campo econômico e político. Dentro desta opção, encontrou-se a definição de que as instituições “lógicas” que adotam “formas e graus de formalização” diferentes podendo expressar-se como “leis”, “normas” ou, em contextos no qual “não estão enunciadas de maneira manifesta” podem também se expressar na forma de “pautas, regularidades de comportamentos” (PEREIRA, 2007, p.11).

A busca das elites agrárias pelo monopólio do uso da terra exigiu construção de uma série de regulações administrativas e legais. Necessitou-se também criar leis e disputar sua aplicação na prática. Camponeses e/ou povos indígenas e suas concepções de uso eram os maiores adversários da propriedade latifundiária nos termos que interessava ao setor latifundiário – estes não eram os únicos adversários visto que outras frações de classe dividiam o bloco no de poder.

Neste complexo de relações sociais a ação institucional dos representantes do latifúndio deve ser analisada como uma “instância de saber” que possibilita

a todo tempo recompor as relações sociais, organizar espaços e recortar limites. A despeito de sua forma virtual, imaginária e simbólica, não estão desvinculadas da prática social. Cada sociedade, segundo o modelo infraestrutural a que obedece, cria um tipo de instituição, que será mantida e sustentada em todos os níveis, do Estado à família, Igreja, escola, relações de trabalho, sistema jurídico, etc. (PEREIRA, 2007, p.11).

Isto posto se elenca, a partir da leitura PEREIRA (2007) os elementos do processo de institucionalização utilizados nesta investigação a partir e dados levantados na revisão bibliográfica e pesquisa documental:

- Inicialmente a identificação dos “padrões de recrutamento e circulação nos postos políticos dos elementos aptos a melhorar a compreensão sobre a formação de instituições, sua manutenção”. Neste procedimento identificamos indivíduos que ocuparam funções em altos escalões estatais e estavam associados ao setor empresarial aqui estudado (MARENCO, 2008);
- Estabelecidos nos personagens e/ou grupos empresariais aos quais estavam ligados, investigação de possíveis relações entre questão fundiária, ações estatais e interesses das empresas. Este expediente explicitou ações do setor industrial madeireiro e colonizadoras na valoração dos “recursos de poder”²⁵ que qualificavam a ação de indivíduos em espaços de decisão político-partidária e/ou administração estatal. Dentre os “recursos” salientamos expertises próprias de indivíduos ligados as grandes transações de terra e extrativismo/industrialização de madeira” (MARENCO, 2008);
- Averiguação de dado referente as relações econômicas entre os grupos empresariais em meados do século XX e sua ação como grupo de interesse. O pequeno contingente empresarial também revelava o número reduzido de personagens deste setor do capital envolvido na “competição eleitoral”, produzindo uma elite “mais homogênea”, impactando diretamente na produção da ação estatal²⁶. Esta reflexão teórico-metodológica foi essencial para melhor compreender a ação estatal em conflitos fundiários, concessões de terra, política de subvenções para o setor industrial madeireiro e das colonizadoras – todos aspectos centrais da produção da propriedade fundiária.

Os elementos arrolados e analisados a partir destes passos tornaram compreensível o grande poder a disposição dos representantes do setor industrial, que foram também identificados principalmente como “elementos aptos”. O reduzido número

²⁵MARENCO, 2008.

²⁶MARENCO, 2008.

de componentes associado ao fato de articularem-se em diversos empreendimentos, possibilitou um maior controle dos indivíduos.

Para concluir a discussão sobre processo de institucionalização retomamos conceito bourdiesiano de *homologia estrutural* a partir da ótica de MARENCO (2008). Segundo esta interpretação, “as relações formadas em um espaço social estruturado” projetam “uma estreita relação entre a estrutura, as posições ocupadas no espaço social e as identidades e representações socialmente construídas”²⁷. Ou seja, há uma co-releação entre o lugar social ocupado e a produção de representações. Neste sentido, o fato de grupos de interesse se apropriarem de órgãos de poder tem, como reflexo, a produção da ideia de que estes indivíduos detêm as qualidades de dirigirem outros espaços sociais. MARENCO aprofunda a ideia da existência de uma relação direta entre poder e representação e o político-econômico ao afirmar a homologia existente “entre a hierarquia de posições constituídas nos campos econômico e cultural e as posições conquistadas no campo do poder” por indivíduos que integravam estes setores existiriam estruturas semelhantes de transmissão e exercício de poder.

Os indivíduos selecionados que ocupam postos de destaque passam por um processo de “enquadramento institucional” onde as “interações interpessoais” tem grande peso, levando à adesão a um conjunto de “costumes, práticas, valores e códigos” do grupo que o recrutou. Isto, é, não era necessário ser um membro proprietário do setor industrial madeireiro ou das colonizadoras (re)conhecido como integrante dos melhores e recrutado por seus integrantes para ocupar postos de poder na esfera privada, estatal ou pública.

Ao ocuparem postos estratégicos da política estatal e do setor privado tinham grande controle sobre diversas ações estatais, em particular aquelas vinculadas a institucionalização e garantia da propriedade fundiária.

1.5 CABOCLOS, POSSEIROS E COLONOS

No tópico anterior demonstramos algumas contradições e limites na consolidação da propriedade fundiária. Passamos agora abordar os agentes sociais que disputaram o direito a terra entre as décadas de 1940 e 1960 quando Paraná foi palco de disputas envolvendo grandes proprietários (de várias origens) e diversas frações do campesinato. Estas disputas constituem parte essencial da institucionalização do sistema de

²⁷MARENCO, 2008.

propriedade fundiária posto que colocavam barreiras e condicionantes para a formulação e implementação da política de ordenamento fundiário.

Como não é objeto do presente trabalho discutir teoricamente a produção acadêmica, utilizamos os mesmos conceitos e categorias presentes nos diversos trabalhos consultados. Esta opção exige, não obstante, explicitarmos nossa compreensão destas categorias.

Adotando o entendimento de que categoria é um termo usualmente utilizado “para designar diferentes espécies do mesmo gênero e/ou distinguir certos fenômenos que apresentam uma mesma característica geral”, compreende-se que colonos do sul, caboclos, pequenos posseiros inserem-se dentro de um mesmo conceito, o de camponês, pois nos estudos de caso consultados, este engloba as características daqueles: trabalho rural, prática de agricultura com uso de mão de obra familiar, produção direcionada principalmente para o autoconsumo (após atendida esta demanda, para o comércio), domínio permanente ou temporário de determinada extensão de terra para prática de roçados, etc.

O conceito de campesinato identifica um grupo marcado por características como “relativa autonomia face à sociedade global; importância estrutural dos grupos domésticos, um sistema econômico de autarcia relativa, uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global” (WANDERLEY, 2009 p.157, apud. MENDRAS, 1976).

Segundo levantamento na historiografia e estudos especializados que tratam do Paraná, houve, basicamente, dois agentes sociais envolvidos em disputas pelo território, um deles associado ou detentor de capital, terra e poder político e outro que não dispunha destes recursos ou os acessava precariamente. O primeiro composto por “[proprietários de] latifúndios agropastoris”, “grileiros”, “papa terras”, “capitalistas”, “figurões da cidade”, “obrages”, “companhias de colonização”, “políticos”, por “grupos poderosos”. O segundo grupo, formado por “indígenas”, “caboclos”, “intrusos”, “posseiros”, “colonos”, “pequenos proprietários”, “sitiantes”, “pequenos lavradores”, “trabalhadores rurais”, “sem terras”. Além destes atores a bibliografia consultada retratou a presença de “jagunços”, “guascas”, “bandoleiros”, “capangas”, “pistoleiros de ofício”, entre outros. Este último grupo aparece em casos de conflitos armados, geralmente promovida por parte do latifúndio, sendo que, em algumas vezes os camponeses reagiram à mão armada. Porém a relação de forças era muito desigual, visto que fazendeiros e colonizadoras geralmente contavam com apoio da “Justiça” e “força policial estadual” para enfrentar os camponeses.

Os enfrentamentos de grande escala, envolvendo milhares de pessoas por diversos anos, ocorreram em diversas regiões e municípios: Guerra do Contestado (1912-1916, atingindo o interior de Santa Catarina e Paraná, neste Estado abrangendo os atuais municípios de Rio Negro, União da Vitória e Palmas); Revolta de Porecatu (1945-1952, envolvendo os atuais municípios de Porecatu, Alvorada do Sul, Florestópolis, Miraselva, Centenário do Sul, Lupionópolis, Cafeara, Guaraci); Revolta dos Colonos do Sudoeste (que explodiu em 1957, com desdobramentos até 1960 e envolveu os atuais municípios de Santo Antônio, Mariópolis, Renascença, Pato Branco, Francisco Beltrão e Capanema)²⁸ – vide cartograma no anexo V.

A par destes conflitos que opuseram diretamente a grande propriedade fundiária e camponeses, salientamos também que mesmo a passagem da Coluna Prestes no Estado ecoou os enfrentamentos entre moradores do rural e a grande propriedade – ao menos na memória de um dos comandantes da Coluna, o Tenente Cabanas, como demonstram depoimentos de época – e mesmo após a Revolução de 1930, quando houve a reversão das terras das obrages (WACHOWICZ, 1982).

Além dos casos supracitados, ocorreram vários outros de menor escala envolveram dezenas de pessoas: região de Palmital e Pitanga (1922-1923); de Tibagi (englobando o atual município de Ortigueira e Faxinal entre 1933-1935 e depois em 1941); Jaguapitã e Sengés (1946-49); Campo Mourão e Paranavaí (1948 e 52 e Campo Mourão novamente no início de 1960); Cascavel e Goioerê (final da década de 50 até 61); Guaraniaçu (1956); Alto Paraná (1961), Revolta de Três Barras do Paraná (1961); Guaíra (1955); Assis Chateaubriand (final da década de 1950) (WESTPHALEN, MACHADO, e BALHANA, 1968; GOMES, 1987; PRIORI, 2000; MYSKIW, 2002; CRESTANI, 2012). Estes dados se somam a outros, como os apresentados em uma pesquisa feita no jornal O Estado de São Paulo entre 1971 e 1976, na qual o Paraná foi apresentado como o estado que teve mais conflitos de terra no país, tanto por sua ocorrência (i. e., seu número) quanto por sua violência – ou seja pelos mortos e feridos (SILVA, 1982 p.104).

Esta sintética e diversa relação de conflitos é central para a construção de nosso argumento. A identidade camponesa e a dos latifundiários de um lado e as formas que utilizaram para se apropriar do território explicitam a busca por legitimidade e direito à ocupação e uso do território, tanto na esfera das relações costumeiras quanto jurídicas. A relação estes dois elementos remetem à instituição da propriedade fundiária que somente é compreensível a partir da análise dos agentes e da complexidade das disputas em que se envolveram.

²⁸GOMES, 1987, PRIORI, 2000 p.13-14 e 26.

Ao tratarmos do tema da “fronteira” no atual território brasileiro, na feliz expressão do sociólogo José de Souza Martins, entramos no “limite do humano” devido ao alto grau de violência pelo qual foi (e é) marcada o choque entre a frente de expansão e a frente pioneira. Este embate historicamente ocorre nas regiões onde a agricultura capitalista encontra outras formas de agricultura (indígena ou camponesa). Segundo o sociólogo, usualmente estas regiões são denominadas de “fronteira agrícola”. Os enfrentamentos entre as diferentes concepções de (direito) de apropriação legítima do território ocorrem em diversos momentos, podendo ocorrer com intervalo de anos. O autor cita como exemplo os enfrentamentos entre indígenas, extrativistas, madeireiros e grandes pecuaristas no norte brasileiro que se tornam mais intensos (no grau de violência) e constantes (pelo número) a partir das últimas décadas do século XX. Guardadas as especificidades, a formação da estrutura e propriedade fundiária na região centro-sul paranaense, em seus aspectos estruturais, pode ser interpretada a partir das mesmas relações sociais formuladas por José de Souza Martins.

Por várias décadas conquista do território por não índios se deu a partir da pecuária extensiva em campos nativos, o que não implica na ausência de violentos conflitos como ocorreu em primeiro de maio de 1836 quando um grupo de “cinquenta e quatro” pessoas qualificadas como “índios hostis e degredados fugitivos”, entre os quais estavam “algumas mulheres e um recém nascido” aproximou-se da povoação, provocando a reação narrada abaixo:

a força que empreguei de comum acordo com o Juiz de Paz para a defesa desta Freguesia foi mais que suficiente para combater seus planos hostis, o ponto de vista que traziam os insurgentes era ganhar o âmago da povoação o que conhecemos perfeitamente. A dúvida pusemos em deixá-los seguir com a condição porem de deporem primeiramente as armas no que não aceitaram puseram-se imediatamente em atitude de combate, flexão logo a um cidadão que fazia parte da guarda defensiva no braço direito, este insulto deu lugar a que a mesma guarda se pusesse em movimento rompendo um vivo fogo contra tais malvados, o combate durou meia hora pouco mais ou menos, e a vitória foi nossa ... (Correspondência enviada pela Câmara da Freguesia de Nossa Senhora de Belém ao Presidente da Província de São Paulo. 08/05/1836, SANTOS, Zelo, 2005, p. 97-98).

Entre os aspectos significativos desta correspondência salientamos o grau de violência retratado: entre as pessoas consideradas potencialmente hostis estavam homens adultos, que poderiam ser guerreiros, também mulheres e pelo menos um recém nascido (o que sugere a possibilidade de haver outras crianças) que, apesar de demonstrarem o intento de dialogar com os moradores da vila (pois não houve um ataque direto), não confiavam nestes a ponto de deporem suas armas. Tal atitude foi interpretada

como desrespeitosa e agressiva motivando o pronto ataque por parte dos moradores (sem aviso prévio a um grupo com mulheres e um recém-nascido, justificado devido a uma “flexão” *percebida* por um “cidadão”). Além destas características merece especial destaque o fato de que a chegada deste grupo foi antecipada por Antonio de Sá e Camargo (o supracitado Visconde de Guarapuava que também participou do combate), que por sua vez foi informado por um morador vizinho às sesmarias da família Camargo na localidade de Pinhão. Isto é, a região de Pinhão era ocupada não apenas por povos indígenas, mas também por indivíduos denominadas pela elite proprietária – integrada pelo futuro visconde – como “moradores”, não como fazendeiro ou proprietário.

O depoimento acima, a referencia de moradores vizinhos às sesmarias da localidade de Pinhão citados pela bibliografia acadêmica de estudos regionais ratifica também a memória dos antigos moradores da localidade. Segundo dirigentes do Movimento de Posseiros, os primeiros ancestrais destes moradores remonta a primeira metade do século XIX, fato que nos remete ao início da presença colonial na região. Para a historiografia regional a população não indígena ocupava as margens dos latifúndios pecuaristas de forma esparsa, prioritariamente nas margens dos campos de criar, vivendo como “caboclos do sertão”, empregados e dependentes dos grandes proprietários de terras.

A primeira presença humana, dos povos indígenas, foi seguida da “cabocla” – certamente, não sem contradições e conflitos entre ambos. Para reconstruir a ocupação não-indígena retomaremos trechos de memórias de dois oficiais militares durante a guerra do Contestado que descrevem práticas pastoris e agrícolas na região ocupada pelos “caboclos”. D’Assumpção, primeiro-tenente paranaense, relatou que, na região do Contestado: a “criação suína e caprina é notável; durante as nossas operações militares, encontramos, por todo o sertão, muitos animais porcinos abandonados na mata, comendo exclusivamente pinhão”. Esta descrição é assim complementada por outro oficial, referindo-se aos limites da “Guarda-mor” dos combatentes do Contestado, região na qual existia, dentre outras localidades, uma chamada “Fachinal das Aguas”, sendo esta região composta de:

mattos, limpos de cipos, gramados, permitindo passear por ellas a cavallo, como nalgum parque europeu, os fructos nutritivos são abundantes, entre os quaes os guamirins, o vacuum, as goiabas serranas, os araçás, a imbuia, o pinhão, as amoras e o butiá, constituem o alimento principal para engorda de suínos. [...] tendo descripto um circulo de 20 leguas mais ou menos. A descripção que fizemos das terras curitibanenses explica: primeiro o modo de vida do caboclo que, tendo a criação de porcos como sua principal e unica indústria era obrigado a viver pelos ermos, no meio das mattas. (Cap.

Vieira da Rosa, *Reminiscências da Campanha do Contestado*, 1918, p. 1, in.: BRANDT & CAMPOS, 2008, p.50).

Segundo historiadores ambientais estas descrições retratam um manejo efetuado por povos indígenas e pela população cabocla, pois a abundância de frutos “não é totalmente natural”. Houve adaptação de animais e plantas exóticas (caprinos, suínos e bovinos), exclusão de plantas nativas tóxicas, favorecimento de árvores frutíferas para alimento de animais de criação, além de produção de conhecimento sobre ervas medicinais, extrativismo, etc. Isto é, produziu-se um complexo etno conhecimento, similar ao produzido secularmente pelos seringueiros e castanheiros da Amazônia. Foram estas práticas que possibilitaram a instalação e ampliação da população formada por indígenas e egressos da sociedade colonial no interior do Paraná, partindo do sul e oeste rumo ao sudoeste e centro-sul e entre as últimas décadas do século XIX e início do século XX (até 1920), caracterizando uma frente de expansão bastante heterogênea, que agregou, segundo a bibliografia consultada: I) Descendentes de “indígenas”; II) “Peões”, “agregados” e descendentes de “escravos” de grandes latifúndios agropastoris do Caminho do Viamão (principalmente antigos latifúndios de Clevelândia, Palmas e Guarapuava); III) “Foragidos da justiça” de todas as províncias do Sul do Brasil e da província Argentina de Corrientes; IV) “Argentinos e paraguaios” em busca de erva mate e madeira; V) “Caboclos posseiros refugiados do Contestado expulsos de suas terras pela Brasil Railway”.

Com o passar das décadas estes grupos passaram ser, genericamente, denominados de “caboclos” ou “caboclos sertanejos” (quando entravam mais profundamente nas matas), “brasileiros” (em diferenciação a povos indígenas da região e descendentes de europeus chegados à região a partir das últimas décadas do século XIX). Esta população, via de regra, sofria “violenta” “repressão” de “grandes proprietários” em disputas por terras quando as ocupavam e cultivavam. Os caboclos foram descritos pela historiografia acadêmica paranaense como “seminômades da floresta”, com “população numerosa, miserável e sem terra. Eram assim, posseiros ou intrusos”²⁹ – termos utilizados também por WOLF para referir-se a camponeses de outras partes do continente, como veremos abaixo. Em geral dedicavam-se a “cultura a de subsistência [principalmente de milho e feijão] e a coleta de erva mate”, relutando em empregarem-se tanto nos latifúndios pecuaristas quanto nas colonizadoras que iniciaram sua penetração na região a partir de 1920 . A par da violência recorrente utilizada pelos latifundiários para

²⁹WACHOWICZ, 1982 e 1985. WESTPHALEN, at. all.1968.

com os caboclos posseiros que recusem a abandoná-las, havia também a violência usual para com os empregados, agregados, etc., marca esta deixada pelas relações escravistas (RIBEIRO, 1985).

As relações de trabalho, como a sociabilidade rural como todo apressaram por grande e rápida transformação a partir da década de trinta. Na década de 1940, expressões da nova forma de organizar o trabalho manifestavam-se também no interior do Estado a partir da instalação de empreendimentos industriais no campo produzindo novas experiências para os trabalhadores rurais. Em relação a esta nova jornada de trabalho, tomemos o depoimento de um diretor da colonizadora e madeireira MARIPA:

Nunca me deram problema algum (...) Agora, o que acontecia era o seguinte: eu sempre soube tratá-los e procurava dar a eles aquele pouquinho que um povo semi-analfabeto ou analfabeto requer da gente. É o tratamento, é a maneira que a gente deve tratá-los. Eu chegava à meia noite, dava um grito com os capatazes e tal. Acordava todo mundo e todo mundo estava pronto para trabalhar e enfrentar o problema (Waldomiro Belotto, antigo gerente da fazenda Porto Britânia, propriedade da MARIPÁ, descrevendo processo inicial de obras para venda de lotes para colonos na década de 1940, in: WACHOWICZ, 1982, p. 172).

Este depoimento sugere que os trabalhadores da MARIPA residiam próximos uns dos outros bem como do local de trabalho que poderia funcionar à noite, portanto, afastado do ritmo que até então conheciam. Por fim, os termos utilizados para tratar os trabalhadores sugerem uma manipulação pensada, no sentido de que tem que saber “tratar” e “dar um pouquinho” aos empregados e, com isso, era possível dirigir-se a eles com um “grito” a “meia noite” exigindo que trabalhassem. O depoimento de Waldemiro Belotto é muito significativo, pois a MARIPA foi uma das maiores colonizadoras do Paraná na década de 1940-1950, exercendo também atividade madeireira em larga escala, salientado ainda que a empresa foi uma obrage até meados da década de quarenta.

Dentro do quadro citado, a propriedade via acamponeização aparecia então como um ideal que repelia a subserviência, embora não fosse equivalente a “riqueza” e/ou “fartura”. Esta interpretação é essencial para se compreender a resistência camponesa explicitada nos conflitos fundiários ocorridos no Paraná. Havia uma funcionalidade da posse/propriedade vinculada estruturalmente à materialidade de qualidade de vida, autonomia, segurança do grupo familiar em uma sociedade rural recém egressa do escravismo que também era uma sociedade de fronteira. Não obstante sua relativa autonomia garantida pela “posse” de terras, a maioria abandonou as regiões de colonização mais antiga por “duas razões básicas”: “pleno conhecimento de que sem escritura a terra não era dele [...] [e pela] impossibilidade de convivência do seu sistema

de criação de porcos, soltos na plantação de milho, com o da agricultura intensiva praticada pelos colonos sulistas” (WACHOWICZ, 1985, p. 86-87).

Razões estas que se articulavam, segundo este autor, às lembranças do Contestado e do tratamento supracitado que recebiam das oligarquias agrárias (coronéis, fazendeiros, etc.), ou seja, sua migração foi compulsória. Aqueles que ficaram ou se empregaram nas colonizadoras, fazendas, serrarias ou se dedicaram a criação e comércio de porcos e animais de carga (importantes no início do século XX a seu uso no transporte do mate) existindo, nestes ramos de atividade, alguns “caboclos” que eram **“pretos ricos”**.

Estas diferentes formas de campesinato (dos colonos do sul e cabocla) não foram exclusivas do Paraná. Em texto escrito no final da década de cinquenta, Eric Wolf propôs algumas linhas gerais para caracterizar o campesinato da América Latina que expressam hábitos de grupos que, segundo o autor, habitavam (no período em que o texto foi escrito) a “**franja dos pioneiros**”, sendo que os

contatos com o mercado parecem ser esporádicos, e a regularidade com ele produz para a venda externa incerta [...] a **terra não tem valor comercial**, e a ocupação é relativamente livre de obstáculos. Uma família pode ocupar a terra por quanto tempo for necessário e abandoná-la quando a produção diminui. [...] Os **conceitos de propriedade privada fixa da terra tenderiam a estar ausentes ou a não funcionar** [no Brasil os exemplos citados pelo autor eram denominados de] “intrusos” ou “posseiros” (WOLF, 2003, p.139, negritos meus).

O significado de propriedade para os caboclos estava ligada a “base associativa” caracterizada pela “família “ampla” (que incluía o compadrio)”, sendo a produção e a organização do trabalho orientados pela “matriz socioeconômico-cultural” do livre acesso à terra, sendo esta “fonte geradora da vida”. A produção era orientada para subsistência e reprodução da família, geralmente pela ocupação de “terras devolutas”, opondo-se a diversos outros agentes (índios, com fazendeiros e colonos), sem “quase nunca” conseguir garantias para suas posses (isto é, nos termos legais), transformá-las em “propriedade”.

Relatos deste tipo de vida aparecem nas memórias escritas no diário de João Oliverto de Campos. Este senhor de oitenta e seis anos (em 2013) reside na localidade de Bom Retiro (próxima a Zattarlândia) desde 1932. Segundo suas anotações nasceu em Coimbrão, interior de Guarapuava em 1926 e, mudou com a família para o lugar onde mora até hoje, sem nunca ter tido outra residência, atuando sempre como agricultor em suas terras. Em suas memórias seo Oliverto como é chamado, narra vários elementos que constituíam este tempo antigo: comprava-se poucas coisas, pois a maioria das

necessidades eram providas por produção agrícola ou artesanal pela própria família; havia uma grande rede de compadrios que ampliava bastante o círculo familiar, fortalecido ainda pelas relações de vizinhança (OLIVERTO DE CAMPOS, João, 2013, p. 346-398).

Estas formas de organizar o trabalho e a produção agrícola não estão apenas no passado. Nas últimas três décadas autores como Alfredo Wagner de ALMEIDA (2008). ressaltam que conflitos fundiários envolvendo remanescentes de quilombos, faxinais, caiçaras, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, fundos de pasto, ribeirinhos etc., podem ser analisados como consequência da expropriação das terras daqueles que eram anteriormente chamados, dentre outras denominações, de posseiros ou caboclos. Afirmam que estes agentes construíram diversas formas de apropriação da terra e imobilização de seus recursos básicos, oriundos de fatores étnicos, “laços de parentesco, redes de vizinhança e identidades coletivas” que, por não estarem expressos na legislação produziram uma “indefinição jurídica” de práticas usuais e tradicionais de uso e ocupação da terra e de seus recursos.

A partir dos depoimentos militares e descrições historiográficas supracitadas, é lícito supor que, ao menos em parte, a população cabocla descrita utilizasse o sistema de faxinal nos termos descritos por CHANG (1988). Segundo a autora na região centro-sul do Paraná foi significativo (e ainda subsiste) o sistema de faxinal. A descrição feita pela autora aproxima-se daquela feita pelos militares durante a Guerra do Contestado, com a diferença que a autora destaca o manejo tanto dos animais quanto dos recursos naturais – não há “animais abandonados”, mas sim o sistema de criação “a solta” em “extensos criadouros comuns”. Esta modalidade de uso e ocupação era bem diferente do uso privado (familiar) denominado “colônia” que marcou ação estatal e privada na política fundiária entre 1930-1960, período que, nos conceitos de José de Souza Martins, corresponderia à transição da frente de expansão para a frente pioneira, sendo que, no caso do Paraná, teve como marca “o uso privado das terras devolutas” que, neste processo, transformaram-se em “mercadoria” (CRESTANI, 2012, p.50).

Segundo a bibliografia os “colonos” são os filhos de imigrantes europeus chegados no final do século XIX no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e, em menor escala, Paraná que, para manterem-se como camponeses, nas primeiras décadas do século XX, deslocaram rumo ao Oeste, Sudoeste e Extremo Oeste do Paraná, instalando-se individualmente, pela posse, compra de individual de terras e pela ação de grandes empresas imobiliárias, as “companhias colonizadoras” supracitadas.

No Paraná estes migrantes também foram denominados os “de origem” ou “colonos gaúchos”. A origem da palavra “colono” evoca a palavra “colônia”, quem tem um

forte conteúdo simbólico, significando “as terras benfeitorias, residência, animais domésticos, plantações, etc., que, com o grupo doméstico forma uma unidade básica da produção e consumo. [...] A colônia, nesse contexto, é tanto a terra quanto o produto do trabalho e do esforço da família” (WOORTMAN, 1990, p. 42, apud SEIFERTH, 1985, p.8).

Retomando as contribuições de Eric Wolf, este ao conceituar o campesinato tipo “comunidade aberta” cita como exemplo as regiões sul e centro-oeste do Brasil (no período do texto, isto é, final da década de cinquenta). Destas características destacam-se as seguintes: “a propriedade da terra é geralmente privada, ocorrendo casos em que pode ser hipotecada ou empenhada em troca de capital. As decisões a favor de mudanças podem ser tomadas por famílias individuais. A comunidade enquanto comunidade não pode interferir. Entre “50% e 75%” dos produtos agrícolas de suas unidades de produção são destinadas ao mercado. Este fato não pode ser dissociado de outro, a “acumulação individual” e a “exibição de riqueza” são considerados positivos e influenciam nas “reformulações periódicas de laços sociais”. A vinculação acentuada com o mercado impõe uma dependência direta de financiamento externo. A soma destes fatores (favorecimento do indivíduo, positivação da riqueza, ligação com o mercado) leva o grupo a aderir com “presteza” a “mudanças rápidas na produção” devido a maior facilidade em “mobilizar o camponês [individualmente] e orientá-lo rapidamente no sentido do mercado em expansão”. Para ilustrar estas características citamos a permeabilidade dos “colonos” em aderir, simultaneamente, a grandes mudanças técnicas e graus acentuados de subordinação ao mercado, a partir de contratos com empresas multinacionais (criação de aves ou suínos pela Sadia ou Perdigão, plantação de fumo pela Souza Cruz, etc.). Como vimos, segundo WACHOWICZ, a chegada deste novo tipo de campesinato (os “colonos”) criou obstáculos às práticas tradicionais dos caboclos.

As relações entre estas partes do campesinato são essenciais para compreendermos as transformações da estrutura fundiária do município de Guarapuava (ao qual Pinhão pertenceu até 1964). Na década de cinquenta ocorreram alterações profundas na “posse e uso da terra” devido à “política creditícia adotada pelo governo em relação à agropecuária, através de financiamentos bancários” que, em nível nacional, expressavam naquilo que ficou conhecido como “modernização conservadora” provocando no município de Guarapuava, a partir da década de sessenta “a absorção das pequenas pelas médias e grandes propriedades”, revertendo à tendência anterior (1930-1950) de democratização do acesso à terra via desconstrução fundiária (ABREU, 1981). Transformações semelhantes ocorreram em todo o Paraná entre 1930 e 1950 esteve entre os que mais atraíram migrantes no país, porém, a partir da década de sessenta

tornou-se um centro repulso de migrantes, que passaram a se dirigir para o centro-oeste e norte do país (GRAZIANO, 1996).

CAPÍTULO II: GRUPO ZATTAR E OS POSSEIROS DE PINHÃO

O atual território de Pinhão origina-se de antigas sesmarias e de um título de propriedade emitido em 1857 pelo então presidente de província com mais de 50.000 hectares. Deste título originou-se o imóvel “Pinhão, Faxinal dos Ribeiros ou Vale do Rio da Areia” que foi objeto do trabalho do ELEPIÃO. O título de propriedade deste imóvel não foi objeto de divisão entre seus proprietários, descendentes (ou daqueles que adquiriram direitos de propriedade destes proprietários) até meados do século XX. Segundo o ELEPIÃO os detentores dos direitos sobre este imóvel – o que não significa os ocupantes – tiveram seus direitos reconhecidos e estabelecidos a partir dos “Autos de Medição do Imóvel Pinhão, Faxinal dos Ribeiros ou Vale do Rio da Areia” homologados no início da década de 1970.

O título do imóvel expressa um aspecto relevante, tratava-se de uma área com expressiva cobertura florestal (faxinal). Em relação ao aspecto topográfico é importante trazermos a visão de João Luiz de Toledo advogado de carreira do IAP contida no “Relatório Preliminar sobre o conflito generalizado no Município de Pinhão”, escrito em 28/11/94 no município de Guarapuava. Na descrição da feita da região é importante salientar que a região coberta por “campos nativos” era marcada pela “baixa densidade demográfica”, “concentração da propriedade”, onde se “praticava a pecuária extensiva”. O restante do território do município predominavam “florestas de agricultura de subsistência nas margens dos rios com a prática do pousio” e “roças de toco”.

O termo “floresta de agricultura de subsistência”, “pousio” de um lado e “concentração fundiária”, “pecuária extensiva” de outro explicitam a divisão entre sistema de faxinais, de agricultura camponesa e do latifúndio pecuarista – antes da chegada do latifúndio monocultor de trigo, pinus e soja das décadas de setenta. Este retrato demonstra que a disputa pela propriedade da terra (entre camponeses e latifundiários) não estava dissociada da questão socioambiental, posto que em algumas regiões predominava a agricultura ligada à floresta, baseada na pequena propriedade e, em outro, o latifúndio monocultor.

Retomando a questão de nossa fonte documental é importante esclarecer o que significa o termo “medição judicial”: esta ocorre quando uma propriedade fundiária é utilizada por diferentes particulares que se arrogam detentores de direitos não

consolidados ou não reconhecidos em lei decidem dividir a referida propriedade e, por não concordarem entre si quanto a tamanho de área de cada um, divisas, etc., ingressam no judiciário e um juiz decreta a “medição judicial” que, ao ser finalizada, estabelecerá a propriedade (ou não) de cada pessoa (física, jurídica ou órgão estatal). Esta medição judicial, segundo relatórios produzidos por servidores do ITCG, originou os títulos de propriedade da João José Zattar S/A., sendo porém, ocupada pelos Posseiros décadas antes da chegada da empresa.

2.1 ORIGENS DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA: O IMÓVEL PINHÃO, FAXINAL DOS RIBEIROS OU VALE DO RIO DA AREIA

No início do trabalho de campo da presente pesquisa iniciei a leitura da referida medição judicial localizada no cartório situado no Fórum de Guarapuava, porém, devido a uma série de obstáculos acabei interrompendo esta tarefa: grande volume de páginas apresentava diversos contratempos a análise e compreensão; os argumentos jurídicos contidos nas querelas entre os pretensos proprietários e, principalmente, a intrincada descrição das medições feitas por agrimensores – que, obviamente, eram o principal objeto de disputa entre as partes que constantemente afirmavam que diversos erros devidos às “desonestas referências do agrimensor”. Isto é, para a compreensão adequada de como estas disputas materializaram a propriedade de determinada parcela de terra para cada ator, em particular, para o grupo Zattar, o pesquisador deveria analisar o processo como um todo, identificando parcelas de terra em que a empresa disputou a legitimidade da propriedade e, nestes processos, onde perdeu, onde ganhou, contra quais oponentes e quais provas produziu para defender seus direitos. Tal investigação requeria conhecimento especializado além do tempo para a leitura do vasto material visto que os autos possuem milhares de páginas.

Não obstante tais obstáculos a leitura do primeiro volume serviu para levantar alguns elementos: os personagens que reivindicam em juízo direitos sobre as terras eram descendentes de sesmeiros ou famílias tradicionais de Guarapuava. Cito tais nomes para ilustrar tal fato:

- Afonso Zacarias de Oliveira e sua mulher, Faustino Ribeiro da Silva: ambos tinham ancestrais beneficiados por sesmarias. Todos estes irmanados em uma mesma ação;
- Antônio Duarte de Almeida contra Diogo Ferreira de Oliveira e outros;

- Túlio Pinheiro Danguy e Tácito Martins Lustoza e suas mulheres: Estes, representados pela advogada Edni de Andrade Arruda, arrogando-se “sucessores a “título universal, junto com outros, de Ozório Ferreira Martins e sua mulher Dona Maria Joaquina Pacheco Martins”, os quais deteriam (segundo os argumentos dos peticionários) direitos sobre a terra.

É importante ressaltar que não eram apenas os supracitados que estavam envolvidos nas disputas (havia o grupo Zattar por exemplo). Não obstante é importante fazer uma referencia a estes nomes visto que são integrantes de famílias tradicionais de Guarapuava.

Iniciando pelo patronímico Danguy (ou Danguy) e Lustoza (ou Lustosa) que mantinham laços de parentesco entre si. Em relação ao Lustoza citado, ele era parente da fazendeira Balbina Francisca Siqueira que deixou grande porção de terras em herança para seus antigos escravos (ou descendentes destes). Estas terras tinham a denominação Fazenda Fundão ou Paiol de Telha. Estas terras foram tomadas dos descendentes dos beneficiários em um processo cheio denúncias de ilegalidades e janguncismo envolvendo um juiz e seus familiares (HARTUNG, 2004 e 2008). Segundo laudo antropológico as terras foram expropriadas *legalmente* a partir de documentos falsos produzidos por um sobrinho da mesma Balbina, Manoel Lustosa Danguy (“bisneto de Pedro Lustoza Siqueira e tataraneto da irmã de Balbina). O próprio Tulio Danguy, segundo o RTID de Paiol de Telha, foi identificado como depoente no processo judicial que envolve as terras de Paiol de Telha/Fundão, atualmente opondo um grupo de quilombolas e os atuais ocupantes das terras (representados pela Cooperativa Agrária). Túlio Danguy, fazendeiro que possuía uma propriedade limítrofe as terras de Paiol de Telha/Fundão, era irmão Antônio e Bolivar Danguy, todos “bisneto[s] de Pedro Lustoza Siqueira e tataraneto da irmã de Balbina”. Túlio esteve diretamente envolvido na expropriação das terras de Paiol de Telha e afirmava que “a transação feita pelo delegado Oscar Pacheco e pela cooperativa Agrária” ocorrera “pacificamente” (HARTUNG, et. all., 2008, p.98, 130-131 e p.192).

Ozório Ferreira Martins integrou a Câmara dos Vereadores de Guarapuava em 1930, quando Daniel Cleve era seu presidente. Ozório e sua esposa, como vimos, haviam sido proprietários de terras cujo título havia sido expedido pelo presidente de província em um período próximo aquele exercido por Daniel Cleve como Inspetor/Juiz de terras. Daniel, como vimos foi o último a exercer este cargo, sendo que pelo menos um descendente atuou como juiz em disputas das mesmas terras.

Retomando o processo de medição judicial, Túlio Danguy e Tácito Lustoza e suas esposas afirmavam ser detentores dos direitos do casal Ozório e Joaquina Pacheco – em relação a este último patronímico ressaltamos que ele é o mesmo do delegado Oscar Pacheco, que segundo HARTUNG foi responsável pela expropriação das últimas parcelas de terras dos quilombolas de Paiol de Telha.

Segundo HARTUNG et. all., o domínio e uso das terras de Paiol foram, desde a doação até a expropriação total na década de setenta, exercida pelos quilombolas. Porém, juridicamente, a propriedade pertencia a outros, que coincidentemente integravam a rede de famílias tradicionais de Guarapuava com estreitos econômicos e de parentesco com agentes estatais responsáveis pelas terras públicas, poder policial e judiciário – pessoas como os Lustoza, os Pacheco e seu filho Amoriti. No caso da propriedade do imóvel que estamos tratando parece ter ocorrido o mesmo, patronímicos como Cleve, Pacheco e Lustoza estão presentes como detentores de (alegados) direitos nos processos. Caso ratificada a propriedade destas pessoas ocorreria uma situação parecida com a de Paiol de Telha, os títulos (mas não o domínio ou uso) da terra localizada em Pinhão transitariam por décadas entre as mãos de descendentes das famílias tradicionais de Guarapuava.

Embora seja um tanto maçante a identificação de todos estes personagens ela é importante para podermos entrever as relações entre grupos de interesse e redes de famílias antigas. No caso em questão contamos com a felicidade de ter encontrado um minucioso estudo do processo de expropriação fundiária da comunidade quilombola de Paiol de Telha onde explicitam-se os interesses econômicos e relações familiares entre os Danguy e os Lustoza.

Salientamos que havia diversos interesses que uniam os dois casos. Danguy e Lustoza reivindicavam terras a partir de direitos originados de uma Pacheco (Joaquina) em um momento que um descendente da família Pacheco (filho do delegado Oscar) era juiz da comarca onde processo transitava. A par isto, como se pode ver no mapa do anexo III, as terras de Paiol são limítrofes ao atual município de Pinhão.

O grupo Zattar, como dissemos, também estava envolvido nas disputas judiciais em torno das parcelas de terra do imóvel citado, representado pelo “advogado e contador” Edison José Sanches, que, em 25/05/70, requereu em nome da empresa, na “qualidade de condômina” os demais “condôminos” cumprissem o que foi dito pelo agrimensor, com o qual, diferentemente de outros litigantes, estavam de acordo (volumes XIV ao XVI do processo).

Este pedido foi deferido pelo juiz Altair Ferdinando Patitucci dois dias depois, ao que se opuseram Neuri Calas da Silva, David Brolini e Leonardo Machado de Oliveira no final de abril de 1970.

David Brolini, “contemplado” pelo agrimensor “com uma série de posses distintas” no processo, afirmava que isto não atendeu a totalidade de seus direitos e, por isso, em 10/10/1969 interpôs uma “tempestiva reclamação” com os seguintes motivos:

- O “pronunciamento dos peritos nomeados” até aquela data não havia sido ouvido nos autos;
- Que era dono de um “potreiro respeitado, cercado com cerca de arame farpado por ele mesmo mandado erigir, onde mantém animais seus” e que isto tem passado “despercebido e ignorado por todos os responsáveis” pela atual divisão judicial”;
- Pedro Prestes Nascimento, Afonso Zacarias de Oliveira e s/ mulher e Faustino Ribeiro da Silva afirma, em ação de 14.12.70, que o “agrimensor prejudicou a revelia do juiz”, as pessoas de Faustino Ribeiro da Silva e Pedro Prestes do Nascimento, que tiveram suas “posses” entregues a “firma Zattar”. Embora não faça referencia a esta empresa, o condômino, Neuri Caldas da Silva afirma que o trabalho do agrimensor está cheio de “erros de nulidades”.

Sobre os argumentos destes condôminos devemos salientar três aspectos. O **primeiro** referente a questionamentos a competência e a inidoneidade do agrimensor. O **segundo** refere-se à prova oferecida sobre seu direito, ter um “potreiro” cercado com arame farpado, o que não era comum no sistema de faxinais, podendo indicar, porém, a presença de roçados na área, exigindo proteção contra animais. O **terceiro** ponto é a referência de ser a área do imóvel de “aproximadamente 20.000 alqueires” (48 mil hectares), indicando falta de precisão sobre limites e tamanho de área, pois o relatório do ELEPIÃO refere-se textualmente a “aproximadamente 50.000 hectares”. Por fim, e não menos importante, salientamos que as oposições se davam entre pretensos proprietários, uns com outros – provavelmente entre confrontantes.

Embora não tenhamos consultado e analisado o total do auto de medição judicial a leitura parcial forneceu importantes elementos. A participação de famílias tradicionais, inclusive de fazendeiros vinculados a outros conflitos fundiários que também foram judicializados, como a disputa entre comunidade quilombola de Paiol de Telha/Fundão e Cooperativa Agrária.

2.2 RELATÓRIO DA COMISSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Como demonstra a revisão bibliográfica havia um quadro de violência ascendente no rural paranaense as décadas de oitenta e noventa, fato que levou a ação do Estado. No caso de Pinhão isto se percebe a partir de reuniões entre representantes de Posseiros e seus apoiadores com representantes do poder público local, estadual e federal – atas, relatórios e notícias destas reuniões estão no acervo AFATRUP. Por estes atos se percebe a *legitimação* das mobilizações dos Posseiros e o *reconhecimento* destes a partir de uma *unidade de mobilização* com representantes autorizados. Dentre os fatos que demonstram tal realidade as mais significativas está o ofício encaminhado ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Moacir Antônio Favetti em 05/11/1991, que foi assinado pelo prefeito de Pinhão, chefe do escritório regional do ITCF, bispo de Guarapuava, dois padres da Paróquia de Pinhão, presidente da AFATRUP, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pinhão, coordenação estadual e regional da CPT, Comissão dos Acampados do Faxinal dos Silvérios – respectivamente Darci Broline, Ari Bender, Bispo de Guarapuava, padres Afonso M. Chagas e Edson Dupsk, Ari Manfroi, Eurides Ribeiro, Darci Frigo e Dionísio Vandresen e Miguel Chaves da Silva. Salientamos que a última entidade tinha nível nacional e internacional, diretamente ligada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Este documento foi encaminhado a diversos órgãos, entre eles Assembleia Legislativa do Paraná, Secretária de Segurança do Estado, Procuradoria-Geral do Ministério Público do Estado. A ação dos Posseiros e seus apoiadores logo alcançou resultados. A Secretaria de Segurança Pública do Estado foi interpelada pelo então procurador-geral do Ministério Público estadual, Olympio de Sá Souto Maior que solicitou a designação de um corpo especial para a “elaboração dos competentes inquéritos, e garantia de segurança aos ocupantes das áreas envolvidas”³⁰.

O fato de que, ao menos neste momento a atuação do MPPR, tenha se dado por meio de seu procurador-geral e não pelo representante deste órgão na comarca é significativa visto que o ofício encaminhado ao órgão do poder executivo responsável pela preservação da segurança não solicitou proteção a ambas as partes ou investigação de ações feitas pelos camponeses, mas sim da empresa. Da linguagem utilizada e do pedido feito evidencia-se qual ator recorreu à violência física e outras formas de arbitrariedade para assegurar seus interesses.

³⁰MPPR, 1992.

Além do MPPR, também deputados estaduais do Partido dos Trabalhadores tomaram iniciativa. Utilizando-se da carta produzida em Pinhão, em 12/11/91 foi constituída a “Comissão Especial da Assembleia Legislativa do Paraná organizada para verificar os conflitos fundiários no município de Pinhão” (CEI), composta por três deputados: Dr. Rosinha, que autor do requerimento que a instituiu; Ovídio Constantino, presidente da comissão e Emília Belinati. Esta última foi autora do relatório final da comissão apresentado e aprovado em 26/11/1992.

Segundo o relatório de Belinati os principais conflitos estiveram diretamente vinculados não apenas ao disputas por terra, mas também de produtos extrativistas, principalmente o pinheiro e a erva-mate. Tal característica não impedia atos generalizados de violência que, segundo o relatório, atingiam pessoas identificadas como “posseiros, acampados da reforma agrária e eventuais compradores de madeira e mate e seus empregados”.

Dentre os casos citados neste documento merece destaque um no qual um autointitulado “proprietário” de área em Faxinal dos Ribeiros (não um Posseiro ou Acampado) informa que, em 07.10.91, diversas cargas de “palanques” que havia “comprado de outras pessoas” foram retiradas por “uns 20 jagunços do Zattar”. Porém, apesar do prejuízo material e agressão psicológica que sofreu (pela entrada de homens armados em sua propriedade) afirmou que não havia feito “denúncia na Polícia sobre o acontecido”.

Esta atitude, aparentemente contraditória, pode ser entendida dentro do contexto de violência, visto que, no dia dez do mesmo mês, em Faxinal dos Silvérios/Cachoeirinha, há poucos quilômetros do roubo feito por jagunços, Vanderli Aparecida da Silva de treze anos foi ferida a bala sua residência situada em posse objeto de demanda judicial com a “Madeireira Zattar”.

Nesta mesma localidade, no dia 27 do mesmo mês, “pistoleiros interceptaram um caminhão que transportava madeira, disparando tiros e atingindo gravemente Neriberto Fontana, que foi atendido no Hospital Santa Casa em Guarapuava”. Dois dias depois, ainda segundo a relatoria da CEI,

um grupo de pistoleiros (que têm registro funcional de “guardas-florestais”) fortemente armado atacou de surpresa a Escola Rural Municipal Nossa Senhora de Lourdes, disparando grande quantidade de tiros. Neste atentado violento, a menor Ivanice de Fátima Barbosa, de 10 anos, que frequentava a escola, foi atingida com um tiro no pé direito, tendo sido hospitalizada. Que, no mesmo dia, a 600 m de distância da escola, o Sr. Júlio Severino da Silva, 45 anos, trabalhava em seu roçado quando foi cercado por um grupo de pistoleiros que, com armas muito estranhas, o colocaram sob a mira de três

delas, (no ouvido, nas costas e no coração) e o ameaçaram de morte, advertindo-o a desocupar a área com outras famílias. (CEI, 1992).

No dia vinte e sete do mês seguinte, em Faxinal dos Taquaras, novos enfrentamentos ocorreram, neste caso envolvendo danos a outros tipos de propriedade de Posseiros (no caso, duas residências e paióis com colheitas e utensílios agrícolas queimados de Posseiros que residiam próximos entre si). Segundo a relatoria da CEI, por homens que atacaram os moradores (em suas residências, com famílias em casa) destes locais a tiros, sendo várias pessoas feridas e os Posseiros perdendo “tudo o que tinham” devido a incêndio criminoso.

Em relação a estes atos, saliente-se que um dos depoentes à Comissão afirmou que, “em 1975, os pistoleiros [da Zattar] queimaram sua propriedade pela primeira vez” (CEI, 1992). Lembremos que esta agressão ocorreu no período das disputas em torno da “medição judicial” supracitada, na qual, salientem-se, os Posseiros como ele não foram parte. O que estamos ressaltando é que diversos agentes (a Zattar, Posseiros, acampados e, em alguns casos, pessoas que adquiriam madeira e erva mate dos adversários da madeireira) disputavam a legitimidade no que se refere à apropriação dos bens materiais (de quem era o “legítimo proprietário”), o desequilíbrio não estava propriamente na posse do bem, mas na possibilidade de assegurar seu uso, de exercer o mando sobre ele. Neste aspecto o poder da empresa, expresso tanto pelos seus advogados, por seu braço armado e ligações com políticos locais e deputados estaduais, forneciam vantagens ante a seus adversários – posseiros, sem terras ou compradores de madeira. Tais relações por muitos anos asseguraram, em alguns níveis, a blindagem da empresa contra ações judiciais. Esta constatação está alicerçada em depoimento do Sr. Dinarte Veiga, delegado de Pinhão, que em depoimento a CEI afirmou que

É pessoa leiga e declarou que em sede da Comarca esta função deveria ser desempenhada por delegado de carreira. Que não tem condições de zelar pela ordem em razão de dispor apenas de quatro elementos. **Que já prendeu uns 05 ou 06 desses guardas da firma Zattar, por homicídio** (CEI, 1992, negritos meus).

Em relação a estas prisões o relatório informa que os presos foram logo colocadas em liberdade. O depoimento do delegado fornece mais um elemento para compreendermos a atitude do “proprietário” que perdeu os palanques. Uma denúncia formal à delegacia poderia levar a sérias consequências tendo em vista que agressores, mesmo que presos, poderiam ser soltos em poucos dias. Em uma situação destas a balança do poder está claramente desequilibrada.

O relatório final demonstrou que um dos agentes em litígio recorreu constantemente à violência física e coação moral. Revelou mais ainda, que nos atos de violência, algumas vezes pessoas a mando da parte mais poderosa e agressiva, promoveram assassinatos e tentativas de assassinato. Estas conclusões têm grande força visto que foram produzidas oficialmente por um agente extremamente poderoso (Assembleia Legislativa) a partir de um mandato específico de investigar um grave conflito. Sua criação deveu-se a solicitação de um grupo diverso de atores sociais do poder público, movimentos sociais e organizações religiosas. Os trabalhos da CEI foram realizados através de expedientes próprios de investigação: audiência pública, reuniões com envolvidos no conflito, coleta oficial de informações (para os quais a ALEP detém atribuição definida por lei).

A partir destes expedientes próprios de uma investigação, a CEI produziu um relatório que descreve arbitrariedades bem como leva recomendações ao judiciário e executivo no sentido de averiguar crimes e promover regularização fundiária.

Para além da eficácia de tal relatório – que parece ter sido reduzida, tendo em vista continuidade da situação – cada um de seus aspectos tem grande valor simbólico, de modo que a retirada de algum deles mudaria seu significado. Dentre tais aspectos citamos o fato da relatora Emília Belinati, integrante a um importante grupo político conservador paranaense, ter apresentado as arbitrariedades e violências cometidas pela Zattar, a impotência e/ou omissão por parte da força policial. A explicitação deste quadro teria um significado diferente se fosse feita por deputados ligados a movimentos sociais rurais³¹. Como procurei demonstrar a postura da deputada se deve, principalmente, a ação dos movimentos sociais da região que conseguiram articular uma rede poderosa de apoiadores, como demonstra o ofício que levou as recomendações da procuradoria-geral do MPPR que constam no documento que justificou a criação da CEI.

Além do flagrante desequilíbrio de forças relatado por Belinati e expresso no ofício do MPPR, fica evidente que a disputa pela propriedade não se deu *apenas* em torno da “terra” no sentido usual de fração do território, de condição para produção agrícola e agropecuária, mas sim por recursos extrativistas que não implicaram em investimento de força de trabalho para sua produção – a exceção do manejo socioambiental dos Posseiros e faxinalenses nos termos tratados acima. Estes aspectos singulares dos conflitos são essenciais à compreensão do que Posseiros e as empresas Zattar entendiam como propriedade.

³¹Neste sentido, retomamos CELLARD (2008) que chama a atenção para os autores e contexto (histórico, político, etc.) do documento produzido.

Se para empresa a questão da propriedade fundiária podia facilmente ser definida pela medição de área, quantificação de metros cúbicos de madeira ou toneladas de erva-mate, era terra de negócio. Para os camponeses, fossem Posseiros do Pinhão ou descendentes dos colonos do sul (os vindouros na expressão dos Posseiros do Pinhão), significava a preservação de um modo de vida específico baseado em autonomia produtiva e preservação re relações familiares e de vizinhança.

2.3 A “Guerra da Madeira”: conflitos de Pinhão na mídia empresarial paranaense.

Neste tópico discute-se alguns aspectos do conflito a partir de reportagens publicadas em jornais impressos de circulação estadual – O Estado do Paraná, Jornal do Estado, Folha de Londrina e Gazeta do Povo, todos de circulação estadual. Dentre estes, o que mais publicou foi a Folha de Londrina, o único não sediado em Curitiba, situação possivelmente vinculada à posição de Emília Belinati na CEI.

Com exceção da última reportagem, encontrada por este pesquisador, todas as reportagens abaixo foram coletadas pela AFATRUP e estão em seu acervo sob forma de recortes. Abaixo seguem em ordem cronológica as reportagens:

- O Estado do Paraná 09.11.91: *CPT denuncia ameaças a posseiros*;
- O Estado do Paraná 13.11.91: *Jagunços promovem terror no Centro-Oeste*;
- Folha Londrina 15.11.91: *Guerra Madeira traz violência a Pinhão*;
- Folha Londrina 20.11.91: *Americas Watch constata situação tensa em Pinhão*;
- Folha Londrina 23.11.91: *Em Pinhão mais três Posseiros são baleados*;
- Jornal do Estado 23.11.91: *Emboscada deixa três feridos em Pinhão: Pistoleiros acabam com trégua entre madeireira e agricultores no Centro-Oeste do Paraná [e] INCRA embarga corte de madeira*;
- Folha de Londrina 22.12.92: *Jagunços ferem Lavrador*; O Estado do Paraná 22.02.94: *Pistoleiros da Madeireira Zattar ainda matam impunemente em Pinhão*;
- Gazeta Povo 23.08.94: *Situação de Pinhão é levada ao Governador*;
- Folha de Londrina 07.05.06: *Os conflitos agrários de Pinhão: Da guerra do Contestado aos faxinais*.

Os títulos e os conteúdos das reportagens em sua maioria, apontam a empresa Zattar como responsável pelo pagamento de “jagunços” ou “pistoleiros” que agem quase “impunemente” devido à “omissão” do governo estadual e da força policial local. É importante salientar que, segundo as reportagens, embora os conflitos envolvam

integrantes do MST, as principais vítimas seriam “posseiros” e “agricultores”, fator que talvez tenha contribuído com uma visão mais crítica em relação às ações do grupo Zattar.

Além dos títulos, exemplos de abordagens criticando a ação da madeireira e a omissão do governo estão explícitas nas reportagens do jornal *O Estado do Paraná* de novembro de 1991. Nestas informa-se que no dia nove jornalistas haviam entrado em contato com o diretor-geral da Segurança Pública do Estado Celso Mainardi que informou aos mesmos que entraria em contato com o Centro de Policiamento do Interior para apurar os fatos. A resposta foi que, segundo o Centro de Policiamento do Interior “não havia registro de operações [policiais] na região”. Os jornalistas criticam a tal resposta, questionando o fato que “já haviam ocorrido dois tiroteios” com diversas pessoas baleadas, queima de casas e o ataque supracitado a escola. Os repórteres salientam que, segundo o assessor do Secretário de Segurança, até o momento de sua entrevista “não havia investigações na região”, a explicação possível desta postura está na frase do delegado do município Dinarte Veiga informou à reportagem que se recusa a ir ao local, pois “não tem couro este negócio” admitindo temer uma emboscada nas áreas”. A reportagem apurou ainda que a empresa “vem descumprido diversos acordos com a comunidade. A segunda reportagem ao entrar em contato com a Delegacia de Pinhão foi informada de que “nada de preocupante acontecia no município”. Além destes fatos é interessante a notícia de que da prisão pelos “pistoleiros” de um homem que foi encaminhado à delegacia, o que sugere relação de colaboração da polícia local com os “pistoleiros” – tema que abordaremos abaixo.

2.4 ELEPIÃO: RECONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA FUNDIÁRIA DE PINHÃO

O trabalho da equipe do ELEPIÃO foi oficialmente instituído em vinte e cinco de agosto de 1994 (e encerrou suas atividades no dia dezesseis de dezembro do mesmo ano). Segundo seu Relatório Preliminar, ele foi criado a partir de uma solicitação do então governador Roberto Requião que pedira providências a diversos secretários de Estado para encontrar uma solução para os atos violentos e evitar novos conflitos. Suas atribuições, composição e período de vigência foram definidas por portaria do Secretário de Estado de Meio Ambiente e Diretor-Presidente do IAP Eduardo Requião de Mello e Silva³² nos seguintes termos: “em um prazo de noventa dias com a finalidade específica de proceder o levantamento ocupacional e dominial da área de conflito no Município de

³² Irmão do então governador Roberto Requião.

Pinhão, visando futuras ações de regularização fundiária", sendo diretamente vinculado ao gabinete do Diretor Presidente do IAP.

Para realizar as tarefas atribuídas ao ELEPIÃO, a SEMA designou uma equipe composta por um advogado (que seria responsável pela sua gerência), um técnico administrativo "com experiência em análise documental", seis técnicos "em topografia e cadastro" e três "técnicos de apoio" (um especialista em "fotogrametria", um "técnico de cadastro" e um "engenheiro florestal"). Desta forma a equipe se compunha de servidores públicos de carreira especialistas nos diversos procedimentos necessários à regularização fundiária, isto é, ao assegurar a validade de títulos de terra e, na ausência desta *legitimação* em determinado imóvel, proceder sua *regularização*. Saliente-se que tal atividade poderia ser contratada na iniciativa privada, via terceirização (por órgão estatal) ou por um ator privado que desejasse reivindicar direitos a determinado imóvel ou ainda, em situações como a descrita nos Autos de Medição do Imóvel supracitado.

O fato de estes técnicos estarem a serviço do IAP é importante, pois neste período o IAP assumira as funções do antigo ITCF (Instituto de Terras, Cartografia e Florestas) como podemos ver na lei 10.066/1992 e Decreto 1502/92 que instituem os "objetivos do IAP", em particular nos seus arts. XVI e XXIII, nos quais se afirma que cabe ao órgão tinha por função

executar e fazer executar levantamentos e demarcações de Terras de domínio público ou particular, para embasar regularização fundiária ou reforma agrária [e] promover a regularização fundiária e o reordenamento territorial de modo a garantir a função social da terra, a proteção dos recursos naturais (HARMANN & DARÓS, de ELEPIÃO, 02/12/1994).

O trabalho final do ELEPIÃO intitulado Programa Especial de Regularização Fundiária do município de Pinhão – Relatório Final está arquivado no DITER-ITCG. Como nos referimos se trata de um acervo rico, em particular no que se refere aos dois documentos chamados "Conflito Fundiário: Imóvel Zattar" e "Relatório Preliminar" e "Relatório Final" (sendo que o documento intitulado "Conflito Fundiário: Imóvel Zattar" encontra-se no "Relatório Preliminar"). Da divisão do acervo da Pasta ELEPIÃO as duas principais fontes de análise são os dois relatórios citados, sendo que cada um tem autoria de um dos advogados – Ernesto Hamann, "chefe" e, posteriormente, "gerente" do ELEPIÃO (relatório final) e João Luiz Toledo chefe do E.R.GUA (relatório preliminar).

Segundo o Relatório Preliminar, o estabelecimento da propriedade fundiária privada no município originou-se de terras "extremadas do domínio público pela

revalidação de títulos, expedição de títulos de domínio do Estado e *predominantemente* pela via judicial através de sucessivas divisões homologadas por sentença”. Nestes termos o advogado afirma a posição de que, no território de Pinhão todas as terras foram transformadas em propriedade particular por terem sido transferidas do patrimônio público estatal (que, conforme vimos acima, nos termos a legislação sesmarial, Lei de Terras de 1850 e posteriores, afirmavam que toda a terra era do Estado até que este a transferisse para o domínio privado). Em relação à forma como ocorreu esta transferência o chefe do ERGUA afirma que propriedade fundiária foi instaurada pela “revalidação”, uma clara referência às sesmarias que deveriam passar por este expediente conforme exigia a lei de Terras de 1850. A segunda forma de criação da propriedade foi a partir de “expedição de títulos de domínio do Estado”, o que implica, por exemplo, no imóvel que Faxinal dos Silvérios, Rio da Areia ou Pinhão, repassado ao domínio privado em 1857 por ato do então presidente de província.

A ação do Estado, porém, não assegurou a inexistência de conflitos entre pretensos proprietários (TOLEDO, técnico do ELEPIAO, não se refere à posse ou ocupação neste momento), visto que os sucessores dos proprietários originais (por aquisição do direito ou herança) tiveram recorrer “predominantemente” a via judicial para assegurar suas respectivas propriedades. Ou seja, os casos em que houve acordo entre as partes confrontantes ou proprietários ausentes, foram em menor número que as disputas judiciais. Não obstante eventuais disputas judiciais, TOLEDO afirma que o cadastro de terras (registro das terras de patrimônio estatal que, no Paraná, estavam à época sob responsabilidade legal o IAP) não havia “terras devolutas” no município.

Estabelecida à origem da propriedade privada TOLEDO (1992) passou a retratar a estruturação desta propriedade que, segundo ele, foi profundamente marcado por aspectos topográficos e ambientais, sendo que “nas regiões de campos nativos onde se praticava a pecuária extensiva” existiu grande concentração fundiária com propriedades onde se praticava a “pecuária extensiva”, sendo que no “território restante [...] predominaram as *florestas de agricultura de subsistência* nas margens dos rios com prática do “pousio” “roças de toco”.”.

Em relação ao retrato descrito por Toledo sobre as origens da propriedade fundiária de Pinhão é importante interpor algumas reflexões. A primeira é o fato de não se referir a qualquer tipo de obra (acadêmica ou de órgão estatal) para fazer tal histórico. Situação que, a nosso ver, ratifica uma postura radical, afinal se trata de um servidor de carreira do órgão responsável pelas terras públicas do Estado. O servidor em questão exercia no IAP a função de “chefe de escritório regional”, assinado os ofícios

declarando sua formação profissional, de “advogado”. Isto é, ele próprio é a fonte, base do dado. Mesmo que se levante a objeção de que se trata de um relatório interno, enviado de uma diretoria para o presidente do órgão, tal argumento não tira o poder de “nominar” que decorre da função exercida por Toledo, reconhecida na lei que definia funções e atribuições do IAP.

Para explicitarmos o espectro de tal posicionamento lembramos da afirmação de BOURDIEU sobre os sistemas de classificação: a luta por identidades (e por classificações, pelo direito de classificar) assemelha-se a luta de classes. Seguindo esta tese, evidencia-se a posição de poder do técnico em questão como *legitimador* de uma verdade, de determinada estrutura de divisão de propriedade – a qual, lembremos, não é redutível a estrutura fundiária.

Neste sentido, por exemplo, poderíamos confrontar o advogado-técnico com os trabalhos acadêmicos por utilizados acima que, ao pesquisarem os séculos XVIII e XIX demonstram e salientam a total irregularidade no *registro* e *validação* das sesmarias (procedimentos exigidos pela lei de Terras que usualmente foram desrespeitados como vimos sem quaisquer punições para os responsáveis e sem o retorno das referidas terras para o patrimônio público).

Outro aspecto importante do retrato feito refere-se à descrição daqueles que exploravam em “florestas de agricultura”, o que é condizente com algumas formas genéricas de descrever as práticas agrícolas faxinalenses e de outros agricultores com pouco uso de tecnologia – discussão abordada quando nos referimos à diversidade camponesa na região, os caboclos, intrusos, vindouros, etc. Embora o autor afirme que nestas regiões a consolidação da propriedade seguiu caminhos semelhantes aos dos campos (supradescrito) tal não se verifica como podemos perceber da medição judicial abordada acima, visto que a maioria dos Posseiros esteve alheia (ou foi intencionalmente alienada) da mesma.

Seguindo a descrição da estrutura fundiária feita por TOLEDO, quando se refere ao presente, afirma que nas

áreas de predominância de campos onde a produtividade agrícola e a produtividade pecuária são fatores determinantes de acomodamento fundiário. Nas áreas de predominância de florestas é que os conflitos proliferam. A topografia ondulada dessas áreas de florestas localizadas nos entremeios das nascentes, dos rios e artificialmente, dos reservatórios de hidrelétricas, constitui fator relevante na interpretação da problemática da situação do território do Município de Pinhão. (TOLEDO, de ELEPIAO, 28/11/94).

A afirmação do autor de que a produtividade da área e o valor daí decorrente levam a “acomodação fundiária” tem um significado também marcante, de caráter ideológico – no sentido de que, simultaneamente, revela e esconde. Pois, se de um lado o estabelecimento da certeza da propriedade (para utilizarmos o termo cunhado acima por WESTPHALEN, et. all.) esta vinculado ao “empreendimento capitalista moderno”, isto nada diz sobre como ele foi construído e, portanto, sobre seus fundamentos jurídicos. Por outro lado, como se percebe do caso trabalhado acima sobre a expropriação das terras de Paiol de Telha, ou de ocupações de terra feitas por movimentos de luta pela terra a partir da década de oitenta até o início dos anos dois mil, “a certeza da propriedade” fornecida por documentos judiciais, nem sempre foi aceita por aqueles que a disputavam.

Ao localizar os conflitos fundiários nas regiões cobertas por florestas e de topografia acidentada o autor indica fatores ambientais presentes no conflito. Estes fatores seriam de duas origens, um de caráter físico (a topografia e os rios) e outra de caráter ambiental (as florestas e os lagos formados pelas hidrelétricas). Em nosso entendimento tal separação é possível pelo fato de que, como dissemos acima, o autor considera que nas áreas cobertas por floresta também se praticava a agricultura. Por outro lado, a criação de lagos artificiais gera maior pressão sobre as terras remanescentes. Lembremos que, caso as regiões alagadas repetissem o mesmo padrão do restante do município, a maioria dos agricultores não tinha sequer a posse da terra regulamentada, o que impossibilitava uma indenização pela terra. Este fato inviabilizava a reprodução social destes camponeses. O alagamento, ao diminuir a área agricultável, simultaneamente, aumentava pressão sobre terras remanescentes – o que, no caso de Pinhão, foi particularmente grave visto que dentro de seu território e vizinho a este foram construídas duas hidrelétricas, Rio d'Areia e Salto Segredo, entre o final da década de setenta e início da seguinte³³.

O gerente do ERGUA afirmou, em seu relatório, que a maior parte da população de Pinhão era rural e que residia nas suas margens dos campos nativos ou na zona com cobertura florestal. Tal fato esta ligado ao modelo de exploração agrícola já citada pelo autor: o latifúndio que explorava a pecuária extensiva e que, como é usual desta tipo de atividade, exigia uma pequena quantidade de mão de obra – retomando nossa revisão bibliográfica, ratificamos a tese de que opção por este tipo de pecuária estava ligada diretamente ao interesse de ampliar terras e, não necessariamente de produzir nela,

³³Uma curiosidade sobre a instalação destas hidrelétricas: no início dos anos dois mil a maior parte da população rural de Pinhão não possuía luz elétrica em suas residências, mesmo aquelas que residiam nas proximidades da barragem, fato este revela algumas consequências do modelo de desenvolvimento implementado no município.

sendo a pecuária extensiva conhecida estratégia de apropriação de terras devolutas, indígenas ou mesmo de camponeses. Desta forma, a *segurança* ou o *apaziguamento* das disputas fundiárias nas regiões de campos nativos deu-se mais pela homogeneidade do interesse da elite campeira do que pelo cumprimento dos procedimentos previsto na legislação (como vimos acima na exposição de RITTER e ABREU). Situação que difere da segurança da propriedade nos marcos legais, sendo, pelo contrário, demarcada pelo poder econômico.

Retomando o relatório de TOLEDO, ao referir-se sobre a efetiva ocupação do solo em Pinhão, volta a relacionar o avanço de relações capitalistas na região com mudança no regime de propriedade, “impuseram um novo perfil ao território do Município”. Esta modernização se expressou no asfaltamento de estradas, “melhoramento genético” na pecuária, utilização de novos insumos e implementos agrícolas (adubação, mecanização, etc.) e “intensiva de reservas de araucária e imbuia”, salientando-se que a

exploração florestal determinou, novamente, a concentração da propriedade em parcela considerável do Município. **Quando diminuiu a intensidade das atividades indústrias extrativistas determinada pela escassez da matéria-prima** e intervenção antrópica desordenada, **sem política de reposição florestal eficiente** e dificuldades econômico-financeiras das empresas, **recrudesceram vícios decorrentes da ocupação primitiva**, nesta parte do território. (TOLEDO, 28/11/94, negritos meus).

Este trecho é particularmente rico para compreendermos a visão do autor. A ideia de que a atividade madeireira levou a concentração fundiária supõe que as empresas do setor adquiriram direitos de propriedade sobre as áreas onde localizavam-se as florestas. Com a extinção das florestas e a crise financeira das empresas (aqui, embora o autor não cite, o caso do grupo Zattar, aparece de forma implícita devido à crise que praticamente a levou à falência no final da década de oitenta e aprofundou-se na década seguinte). Os diversos fatores ocorreram em um contexto no qual a “intervenção antrópica”, isto é, das atividades humanas, foi “desordenada” levando ao aprofundamento **“dos vícios da ocupação primitiva”** na região do município descrita acima (com cobertura florestal e alta declividade), visto que, o autor reafirma, na região de campos não há conflitos.

Detalhando as afirmações, abordaremos ponto a ponto. A afirmação de que as empresas madeireiras provocaram o aumento da concentração da propriedade invoca duas interpretações, a primeira de que efetivamente adquiriam imóveis dos proprietários legítimos, de direito – isto é, daqueles que ocupavam as terras via posse ou de outros que, embora não ocupando, exercessem seus direitos de outra forma, arrendamento, por exemplo. Esta afirmação, não obstante, deixa brecha para outra, de que as empresas do

setor industrial madeireiro (sendo o grupo Zattar bem maior que as demais) tornaram-se detentoras da “propriedade” mas não do uso e ocupação da terra, visto que uma coisa não equivale à outra, mesmo nos termos da lei há a diferenciação entre exercer a “propriedade” e o “domínio”, visto que entre um e outro pode existir, por exemplo, a “posse” de terceiros. A diferenciação entre “propriedade”, “domínio” e “uso” é também encontrada na memória dos Posseiros como demonstrou AYOUB, ao constatar que:

A década de 1970, então, pode ser vista como um momento de virada para a diversificação das atividades da madeireira. Enquanto restringia-se à exploração do conteúdo vegetal das áreas de faxinal, sem tocar no direito territorial costumeiro dos posseiros faxinalenses, a firma não representava ameaças a esses grupos. O conflito se firmou depois que, tendo registrado imensas áreas que estavam ocupadas, mas não haviam sido regularizadas pela população nativa, a Zattar começou a investir em torná-las sua propriedade restrita. (AYOUB, 2010, p.43).

Isto é, há uma percepção de que a persistência dos “vícios de origem” dos títulos de terra e os constantes conflitos agrários estão indissociavelmente ligados. O desmatamento predatório articula-se com o estabelecimento da propriedade *absoluta* e *irrestrita* da terra.

Retomando o relatório ELEPIÃO, este afirma que a “confusão fundiária” instaurada em um território de concentração fundiária tem propiciado a “exploração irracional” e irreversível dos recursos naturais (imbuia, araucária e erva-mate) de “valor econômico apreciável” que existem em proporções que decrescem rapidamente. Em relação a tal fato salienta-se que o “extrativismo [em particular do mate] se opera na área que a posse ou o domínio não estão definidos ou **não estão propositalmente definidos**”, gerando “acusações recíprocas de interferência na posse de áreas com alguma cobertura florestal, são fatores alarmantes na composição do conflito”, salientando-se que “os recursos naturais [...] são objeto de exploração irracional com pesados e irreversíveis danos ao Meio-Ambiente e ao próprio homem” (TOLEDO, 1994). Ou seja, não se trata de disputa apenas por terra, mas também por recursos naturais extrativistas e, em particular, da forma de uso de território.

Encerrando este ponto da análise o autor salienta que práticas predatórias intensivas aprofundaram “os vícios da ocupação primitiva”. A questão é saber quais eram os “vícios” e o quanto eles recuavam na história, o quão “primitivos” eram. São temas que o autor não trata mas que, inferindo-se das primeiras linhas de seu relatório, são oriundos de processos de “medição judicial” e “revalidações” supracitados. Partindo desta constatação, podemos presumir que o primitivo se refere aos ocupantes primeiros, que

em nossa revisão bibliográfica, apontamos como os agentes da frente de expansão. Explicita-se uma exclusão importante: os povos indígenas.

Ao classificar a forma de apropriação primeva (primitiva) como viciosa o advogado do IAP optou, mesmo que de forma não explícita, pela lógica de que há uma outra forma, correta desta apropriação, ou seja, implicitamente fica evidente é na forma definida pela lei. Ocorre que tal afirmação não é autoevidente, como vimos acima não existiu na história fundiária da região o respeito aos ritos desta lei e, por outro lado, esta mesma lei pressupõe diversas formas de propriedade – por exemplo, de quilombos, da reforma agrária e, reservas extrativistas e, no Paraná, os faxinais. Aprofundando nosso raciocínio a partir das leituras supracitadas de MARÉS, 2003, TRECCANI, 2001 e HESPANHA, 1992, afirmamos que o primitivismo e o vício na ocupação das terras explicitava uma forma de apropriar-se das terras própria dos grupos camponeses da região, salientando-se ainda que a existência de florestas sinalizava para uma determinada forma de uso socialmente construída de propriedade fundiária – aspectos percebidos parcialmente por ELEPIAO, mas que não foram levados em conta por RITTER e ABREU. Estas acadêmicas se dedicaram apenas a história da estrutura fundiária retratada em documentos, sem problematizar sua realidade fática, o que reduziu seu foco de análise. Por outro lado, elas demonstram que, mesmo os ritos de legalização estavam cheios de irregularidades e ilegalidades, o que, por sua vez, não foi abordado por ELEPIAO.

A abordagem de determinados aspectos pelos técnicos do IAP deve ser analisada a partir de sua posição e dos elementos que teve para estudo. Esta perspectiva retoma a afirmação de BOURDIEU sobre a relação existente entre a leitura (ou interpretação artística) e o lugar do interprete. Se, por um lado, a produção da matéria artística encontra-se em um campo de poder (regulado por regras nem sempre vinculadas ao valor monetário), por outro também o interprete vê a partir de seu local na cultura em que vive (BOURDIEU & CHARTIER, 2010, p.31-33). Com estes argumentos opta-se, por analogia, em discutir o fato de que os interesses e lugar dos autores supracitados estavam enredados em campos políticos e culturais diferentes: silenciar sobre décadas de produção e validação de documentos falsos desde a origem podia colocar em cheque, além do emprego de TOLEDO, suas convicções sobre seu trabalho, a instituição para a qual trabalhavam. Por outro lado, nos trabalhos das acadêmicas, não aparecem as contradições entre camponeses e latifundiários no que se refere a percepção e significação do direito a propriedade. Esta última questão que levanta perguntas que não encontram espaço de investigação no presente trabalho, mas que podemos apontar algumas pistas. Por exemplo, RITTER, no prefácio de sua dissertação faz elogios a

“Revolução de 1964”, o que pode ter levado a *não enxergar* os conflitos que nos referimos, e mesmo outros existentes no período em que escreveu seu trabalho.

Tanto RITTER quanto ABREU foram orientadas pelos fundadores da historiografia paranaense os quais, como demonstramos acima, estavam ligados à ideia de que, após a década de sessenta cessaram os conflitos no campo no Paraná. Doravante, questionar tal interpretação poderia não ser possível tanto em nível interno do fazer acadêmico, quanto do contexto social da época. Explicitamente o queremos dizer é que um duplo véu poderia estar presente, de um lado o desinteresse por uma investigação que, mesmo em períodos “primitivos” (nos termos de TOLEDO), se referisse a conflitos entre latifundiários e camponeses e, por outro, a perspectiva político-ideológica mais explícita de silenciar sobre tais fatos por serem potencialmente sensíveis (por exemplo, em relação suas posições político-ideológicas bem como as de seus professores e orientadores). Em relação a estes dois elementos, acreditamos que eles poderiam co-existir no fazer acadêmico de cada pesquisadora.

Retomando o relatório de TOLEDO:

O registro imobiliário de Pinhão afeta indictivamente todos os proprietários. O proprietário obrigado a descrever o perímetro do imóvel para posterior registro. Ocorre que, em consequência da titulação originária, os quinhões são de considerável extensão tornando impraticável e até impossível o cumprimento da Lei de Registros Públicos no sentido de que cada parcela do adquirente seja desmembrada da área do quinhão originário. O adquirente da parcela não tem condições, ordinariamente, de subdividir o imóvel toda para obter a matrícula do seu imóvel, providência necessária porque contida em lei (TOLEDO, 28/11/94).

Para iniciarmos a análise desta afirmação, de início, salientamos que o autor não coloca em questão a possibilidade de que parte da documentação que, juridicamente, asseguraria os títulos originais (os não divididos) fosse falsa ou, ao menos, uma ficção, dado que a realidade era bastante diferente. Isto é, ou os pretensos proprietários ignoravam que as terras que negociavam estava cheia de posseiros ou, agiam de má-fé com intuito de apropriar-se de terras, sendo pouco relevante à existência ou não de ocupantes nas mesmas.

A possibilidade de os títulos originários serem cheios de vícios está presente nos trabalhos historiográficos regionais. A historicização de TOLEDO não diz o contrário, mas ao afirmar que o problema está nos títulos originários, deixa implícito que estes tem uma base material sólida, o que, como demonstra revisão historiográfica não é possível.

O trecho supracitado, em nosso entender, guarda analogia com as constatações dos estudos regionais quanto ao desrespeito consciente das regras de distribuição e

validação de sesmarias entre os séculos XVIII até a lei de Terras de 1850 (pois a autora salienta que, não obstante a inobservância de vários procedimentos, inclusive das críticas de Ouvidor Pardinho) nenhuma sesmaria foi retomada pelo Estado como previa a lei. No caso em tela houve uma divisão de grandes “quinhões” originários da medição judicial supracitada que não foram divididos, sendo que, no entendimento de TOLEDO, tal tarefa, no atual contexto, torna-se “impraticável e até impossível”.

Não obstante a presente crítica a este e outros pontos do relatório é extremamente relevante o fato de que este advogado afirme que o cumprimento da lei de registro de terras, do que é explicitamente previsto em lei é impossível em Pinhão e, em particular, nas áreas objeto de disputa, visto que seu trabalho é parte de um relatório técnico que fora planejado para promover a regularização fundiária em um contexto de generalizado e violentos conflitos.

Em relação ao registro de terras (salientemos, a validação judicial da propriedade) o autor salienta que a

posse como manifestação do domínio ou a posse como fato apreensão física da coisa tem natureza conflitante, **transformada em litígio de proporções assustadoras**, merecendo atenção e gerenciamento de qualquer governo responsável, **porque a atuação convencional não será suficiente para diminuir ou eliminar o conflito latente e o conflito já configurado**. (TOLEDO, de ELEPIÃO, 28/11/94, negritos meus).

O quadro complicado, segundo os funcionários do IAP, impedia o adequado registro de terras, exigindo procedimentos diferentes dos usuais para solução do problema fundiário, encaminhamento este que deveria ser feito com urgência por qualquer “governo sério”.

O relatório ELEPIÃO afirma que, além do conflito “já configurado” há outro “latente”. Embora o autor não explique tal expressão, um dos conflitos que ordinariamente continuaram ocorrendo em Pinhão refere-se à derrubada e comércio ilegal de madeira envolvendo diversos personagens. Depoimentos de moradores locais e jornais utilizam-se da expressão “máfia da madeira” para descrever estas transações ilegais. Segundo as fontes os camponês também participam desta prática, salienta-se, porém, que mesmo nos casos em que os camponeses atuem agentes da derrubada, apenas as madeireiras podem realizar o beneficiamento, ficando com estas o percentual mais rendoso da atividade.

Como se não bastasse o imbricado conflito em torno da consolidação da legitimidade da documentação fundiária, no final da década de setenta, a Zattar passou a comercializar parcelas de terra que foram vendidas entre o final da década de setenta e

início dos anos oitenta para camponeses de outras regiões do Paraná e do Rio Grande do Sul, sob o lema “*Compre terras no Paraná a preço de Mato Grosso*”. Esta atitude da empresa foi criticada duramente pelos técnicos do ELEPIÃO:

Um grupo de pessoas, migrantes do Rio Grande do Sul adquiriu áreas da empresa [Zattar] devedora à União e o próprio Estado, impedidos de registrar os imóveis, **especialmente** por que não há possibilidade de obter a certidão negativa dos órgãos públicos e **especificamente** porque **as áreas não foram subdivididas anteriormente**, com averbação obrigatória no registro imobiliário porque ou figuram como **garantia hipotecária anterior** (TOLEDO, de ELEPIÃO, 28/11/94, negritos meus).

Isto é, a empresa comercializou terras que não podiam ser registradas como de posse dos compradores (a “certeza da propriedade”), pois vendeu terras que eram dadas como caução em empréstimos com bancos – salientando-se que, no período, algumas das dívidas já estavam sendo cobradas judicialmente. A este obstáculo se somava o fato de que parte das áreas vendidas pela empresa não haviam sido subdivididas para venda em lotes menores, procedimento essencial visto que os adquirentes eram pequenos proprietários. Além destes impedimentos a situação se agravava pela existência de Posseiros em algumas destas áreas. Esta forma de agir causou impactos contraditórios para os atores (Zattar e Posseiros), pois os

novos vizinhos tornaram-se agentes com os quais os antigos moradores tiveram de negociar divisas e usos do território. Muitos deles se identificaram com a causa dos posseiros, já que também se viram prejudicados pela indústria, e acabaram por integrar o movimento político contra ela. Nesse contexto de transformação da configuração sócio-territorial das comunidades de faxinais, resistência consiste em uma ampla gama de ações (AYOUB, 2013, p.164).

Salientamos que, segundo o relatório preliminar de ELEPIÃO-IAP constatou que “as terras estão – quase que na sua íntegra – penhoradas ou hipotecadas” o que, segundo técnicos do IAP/SEMA, “impede qualquer negociação” das terras de propriedade da Zattar sem negociar com os diversos credores:

Outra questão que nos preocupa, é a relativa ao grande número de “Penhoras” e “Hipotecas”, incidente sobre as áreas até agora trabalhadas. As hipotecas e penhoras constatadas envolvem credores diversos, tais como, Banco do Brasil, Banestado, BNDES, Fazenda Nacional dentre outros. Face a tais fatos, fica evidente que qualquer negociação futura não poderá ficar adstrita às partes inicialmente citadas, devendo necessariamente envolver estes credores. Esta é uma alerta já lhe transmitida verbalmente e que deve ser analisada com carinho. (HAMANN, Memorando n.07 de 24.10.94 ELEPIÃO endereçado ao Presidente do IAP).

Não bastasse este quadro complexo, no final da década de oitenta o grupo econômico entrou em profunda crise econômica e, em decorrência de descumprimento de

leis trabalhistas, atrasos em pagamentos, depósitos legais na previdência³⁴, a Zattar foi objeto de centenas de processos trabalhistas.

Por fim salientamos outro aspecto, a Zattar repetiu, em alguma medida, o comportamento das colonizadoras e do Estado (a crer na bibliografia citada) que, por vezes, vendiam e/ou estabeleceram dois títulos de propriedade sobre uma mesma área (caso da MARIPA, CITLA ou do governo Lupion), fato que foi narrado também por estudos sobre Revolta do Sudoeste, Guerra de Porecatu e Revolta de Três Barras. Nestes conflitos grupos armados a soldo de grandes companhias de terras e madeireiras, por diversas vezes coagiam sobre ameaças veladas, diretas e mesmo agressões físicas, camponeses a assinarem mais de uma vez o mesmo contrato de compra de terra. A prática da empresa sustentou-se, não obstante, na tese de que possuía milhares de hectares em Pinhão, ocorria que

Uma considerável extensão do território do Município está onerada com garantia hipotecária em favor de instituições financeiras públicas e privadas, credoras que não se atrevem a prosseguir nos processos de execução para satisfação de seus créditos, talvez em função de que a garantia não atrai arrematante e em caso de adjudicação o credor não está em condições de evitar invasões. (TOLEDO, de ELEPIÃO, 28/11/94).

Retomando a questão da chegada dos “vindouros”, segundo a antropóloga Liliana Porto, estabeleceu-se

por um lado, nova tensão com os moradores locais, devido às diferentes concepções de produção dos dois grupos – o primeiro tendo como base de seu sistema a agricultura e a criação fechada, e o segundo a lavoura protegida e a criação aberta de animais. Gerou, também, uma nova categoria de “posseiros”: não mais aqueles que não possuíam documentos de propriedade por terem ocupado o território no sistema de terras livres, mas também aqueles que, embora comprando suas terras, não tiveram acesso aos documentos devido às irregularidades no processo de venda (PORTO, 2013, p. 178).

Como apontamos acima, as regiões Sul e Sudoeste do Paraná foram grandes atratoras de camponeses vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além de descendentes egressos de colônias de imigrantes europeus instaladas com subsídio estatal no final do século XIX principalmente no Sul do Paraná (entre Prudentópolis, Castro, etc.). Estes grupos não encontram um *vazio demográfico*, pelo contrário, pois ali haviam povos indígenas bem como população camponesa oriunda do que chamamos acima de “*frente de expansão*” diferenciando da “*frente pioneira*”.

A constatação desta equipe comporta por técnicos de diversas áreas e com ampla expertise bem como atribuições legais no que se refere à questão fundiária e, em

³⁴Sendo que um levou a ordem de prisão e ao afastamento de dirigente da Zattar (MONTEIRO, 2008).

particular, ao estabelecimento da “propriedade fundiária” ratifica a constatação de trabalhos acadêmicos de pesquisa regional supracitados no que se refere: a irregularidade e impressão dos registros quanto às medidas utilizadas para definir área (como explicitado por ABREU) e no que se refere à ratificação destas mesmas irregularidades que, “paradoxalmente” na versão de RITTER passaram despercebidas. Ratificou-se a propriedade por meio da irregularidade de forma que se tornou “impraticável e até impossível o cumprimento da lei”, sendo que sua “correta” aplicação “passou a ser objeto de disputa, transformada em verdadeiro litígio entre os adquirentes postulantes a registro” (TOLEDO, de ELEPIAO, 28/11/94). Além da disputa entre os atores, ocorreu também uma pressão ante ao cartorário no sentido de levar a este a atender uma das verdades. Este quadro, associado à imprecisão sobre delimitações de parcelas negociadas levou os técnicos a considerar que

Não há solução a curto prazo porque a questão é complexa e não recomenda métodos tradicionais, descartada a regularização fundiária pela via da apuração da ocorrência de terras devolutas, porque inútil, pois as terras do território do Município foram estremadas do domínio público. Um projeto especial envolvendo a atuação coordenada dos órgãos públicos seria recomendável a partir da *revisão completa da estrutura fundiária*. (TOLEDO, de ELEPIÃO 28/11/94, destaque meu)

Esta posição implica no reconhecimento de que a certeza de propriedade vinha sendo obstaculizada pelos diferentes atores que disputavam a terra. A par disto também vendia terras penhoradas e/ou com problemas de registro. Os posseiros, por sua vez, utilizaram-se de diversas estratégias para permanecer na terra, sendo que algumas delas não eram reconhecidas em lei. Salientando-se que mesmo esta “dominialidade” da empresa poderia ser colocada em dúvida, pois “inúmeros casos de contratos de arrendamento detectados por ocasião dos levantamentos” tinham indícios de serem “forçados, e, portanto, fraudulentos” (HAMANN, 1994). Isto é, a equipe do ELEPIÃO, embora tenha encontrado uma situação bastante complexa, indicou (como é função de um grupo de trabalho) alguns procedimentos a curto, médio e longo prazo.

Como procuramos evidenciar na revisão bibliográfica, a história retratada na documentação de terra, isto é, aquela descrita na construção da propriedade privada não representa as relações sociais existentes no que se refere a estrutura fundiária, o real uso da terra e apropriação dos recursos ambientais, etc.

O reordenamento fundiário aprofundado a partir da década de trinta do século XX, como vimos acima, não podia ser desvinculado da ação das colonizadoras e das madeireiras. A partir da década de setenta, com a modernização conservadora, houve um avanço rápido da soja, pinus como atividades vinculadas ao comércio externo. As novas

atividades agrícolas impuseram também novas lógicas: diminuição de arrendamentos, do número de trabalhadores, etc., situação que exigiu a absolutização da propriedade privada da terra.

CAPÍTULO III: PODER LOCAL E CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA

A documentação consultada retrata um quadro complexo do qual salientamos quatro aspectos.

O primeiro refere-se ao depoimento à CEI que relaciona conflitos da década de noventa com os ocorridos ainda em 1975, período da divisão judicial do imóvel gigantesco que engloba a área em questão – lembrando que camponeses não foram retratados nesta documentação.

O segundo refere-se as relações entre a polícia de Pinhão e a Zattar analisadas a partir de três fatos: a ausência de denunciado roubo de palanques por homens armados aspecto que se torna mais significativo pelo fato de que a pessoa que deixou de fazer tal reclamação foi identificada pela CEI como “proprietário”, isto é, não era Posseiro ou integrante do MST. A par disto, disputas por madeira levaram a “guarda patrimonial” da empresa a “prender” pessoas e as levarem a delegacia de Pinhão (CEI, 1992). A presença desta milícia causou grande preocupação por parte dos servidores públicos que, inclusive, chegaram denunciaram relações promíscuas entre esta “guarda patrimonial” com o poder público. Esta parcialidade nas ações geraram implicações diretas a continuidade do conflito, pois

alternadamente, conforme condições econômico-financeiras ou o **prestigiamento de autoridades**, a empresa mantém milícia particular para zelar da **imensa propriedade, não contígua, impedindo o livre trânsito** de munícipes com a instalação de cancelas nas estradas, que pela sua utilidade pública são ou deveriam ser públicas (TOLEDO, de ELEPIAO, 28/11/94, negritos meus).

Se, por um lado, uma equipe do IAP esteve cotidianamente no Pinhão por três meses, por outro, a segurança destes bem como dos Posseiros (e outras unidades de mobilização) não esteve assegurada neste período, como pode ser constatado do memorando n.10, enviado pelo gerente do ELEPIAO para o presidente do IAP em novembro de noventa e quatro. Neste ofício foi feita uma crítica dura ao papel da Secretaria de Segurança Pública. Afirmando que, contrariamente a um acordo estabelecido, a Polícia Florestal³⁵ não estava agindo, salientando-se que as

alegações do Comando da mesma [em Guarapuava?] são as de que realizam incursões nos finais de semanas, porém, isto não condiz com a realidade. Nós temos permanecido no Município nestes dias [permaneceram ali por cerca de 90

³⁵Batalhão especializado da Polícia Militar do Paraná para reprimir crimes ambientais.

dias] e jamais nos deparamos com qualquer espécie de fiscalização nas estradas ou no campo. **As consequências deste rompimento de comprometimento são inúmeras**, tais como, o tráfego diário de caminhões com carregamento de imbuías e pinheiros – tanto de terceiros – quanto das Industrias Zattar (se **as áreas estão todas hipotecadas e penhoradas como permanecem nos planos de manejo?**); também ocorreu um **reforço da Milícia desta Indústria, inclusive com o retorno do armamento**; os conflitos entre esta Milícia e posseiros, implicando em queixas, inquérito e até prisões entre os envolvidos. Enfim, **ressurgiram os conflitos sociais que haviam sido amenizados com a nossa presença na região**. (HAMANN, de ELEPIAO, 11/11/94, negritos meus).

As preocupações deste servidor não eram gratuitas. Em 27/11 um grande ataque de integrantes da milícia/guarda ocorreu ferindo diversos Posseiros, sendo que, segundo o relatório ELEPIÃO, os mais afetados pela violência eram “pequenos posseiros e seus familiares”. A presença da milícia não estava ligada apenas as condições financeiras da empresa, mas também ao “prestígio” junto às “autoridades”. A milícia arrogava para si o direito de obstacularizar (ou permitir) o livre trânsito de pessoas nas estradas. Somando estes dois dados podemos inferir que, ao menos para a população local o poder da empresa transcendia apenas o econômico, pois de forma explícita, agia com poderes, que “são ou deveriam ser” prerrogativas do poder público.

Dentre as consequências possíveis desta situação podemos citar algumas levantadas pelo trabalho de AYOUB, que, como dissemos acima, trata do tema delicado da relação entre Posseiros, “guardas” e “jagunços”. Neste sentido a autora argumenta que

Talvez a ligação que determinados sujeitos fazem da relação entre jagunço e polícia seja uma das mais expressivas nesse sentido, pois constrói o conhecimento de que a empresa estendia sua rede de influência para outras esferas institucionais do município, “mandando” em Pinhão. O contrato, por sua vez, expressa a ligação da madeireira com as esferas cartorárias e jurídicas, e com uma lógica de compreensão à qual as pessoas que assinavam ou não esses documentos não tinham acesso, como quando enfatizam o analfabetismo da população local (AYOUB, 2010, p.119-120).

Esta hipótese não é construída de maneira leviana visto que são vários os depoimentos de posseiros que afirmam que assinaram contratos com a empresa no “no teco da imbuía”³⁶ explicando que estes foram assinados sob pressão física e psicológicas de homens armados quando os posseiros estavam em seus roçados, onde não podiam reagir Lucas (2009). Salientando-se que a “milícia”, que dependia inclusive de “prestígio” junto a “autoridades” o que implica em dizer que a empresa se valia de seus aliados na esfera político-estatal (e, conseqüentemente, de atores político-partidários) para assegurar seu funcionamento. .

³⁶LUCAS, 2009, p.73.

O terceiro aspecto: a “prisão” de um Posseiro por “pistoleiros” da empresa Zattar ocorrida segundo reportagem supracitada. Outra reportagem se refere a “sequestro” de quatro Acampados em Faxinal dos Silvérios. As duas palavras opõe-se em seus significados: “prender” supõe alguma legitimidade dada pelo poder judiciário, a segunda um crime (nos termos deste mesmo poder). A violência praticada pela “guarda florestal” da empresa tinha, porém, sua face dialética, pois expressava um fato: não era mais possível manter os laços de dominação supracitados do período áureo da Zattarlândia.

Como vimos, desde a década de oitenta os movimentos sociais no campo brasileiro, em particular os de luta pela terra no Paraná, estavam em ascensão. Os Posseiros de Pinhão, embora com particularidades sociais e culturais ante aos integrantes do MST.

A questão, portanto, reside no fato de que foi necessário, além de atacar um adversário poderoso, assegurar um papel de legitimidade ante as arbitrariedades. Como está presente na memória do Posseiro que foi ferido a bala, com casa e paiol queimados, tendo que fugir de seus agressores acompanhado de outros seus familiares, na década de setenta também ocorreram queima de casas. Isto é, a arbitrariedade não era novidade, mas sim a legitimação da reação dos Posseiros.

CAPÍTULO IV: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa partiu da indagação sobre o processo de institucionalização da propriedade fundiária nas áreas em disputa entre Posseiros e a Empresa João José Zattar S.A., em Pinhão, região centro-sul do Paraná. Para compreendermos este objeto foi necessária um estudo sobre as origens da legislação agrária e, principalmente, de sua aplicação e verificação de sua vigência.

Na primeira parte da pesquisa levantamos uma série de questionamentos acerca dos limites da aplicação das normas que buscavam assegurar e pacificar o domínio da terra por meio de sua transformação em mercadoria e, principalmente, de mecanismos que assegurassem indiscutivelmente a “certeza da propriedade” na expressão da historiografia paranaense. O respeito absoluto a legislação fundiária não foi prática generalizada, pelo contrário, a inobservância consciente da legislação foi comum demonstram estudos regionais especializados (RITTER, 1981), a história do direito agrário (TRECCANI, 2001), a história agrária (HOLSTON, 2013, MOTTA, 1996 e 2012) e mesmo a historiografia paranaense (MACHADO, 1963; WESTPHALEN, et. all., 1968, WACHOWCZ, 1982 e 1985). No Paraná, como em outras regiões do país, estudos especializados constataram o “paradoxo entre a lei e a realidade” pela generalizada prática de não se implantar a legislação fundiária na íntegra de forma consciente, fazendo como que o sistema legal brasileiro, constantemente “legalize o ilegal”.

Verificado a persistência desta prática social era importante investigar se – e, caso positivo, de qual forma – influenciou a institucionalização da propriedade fundiária em Pinhão. A revisão bibliográfica demonstrou que frações das classes dominantes representados como “melhores dentre os melhores”, retratados pelos termos de *homens bons, bandeirantes do progresso, self made mans*, conseguiram apropriar-se de terras sob justificativa que o faziam para o bem da comunidade, estado ou nação. Em outros termos, para a *civilização, marcha para o oeste, progresso* ou para o *desenvolvimento*.

Manifestações deste pensamento aparecem em clássicos do pensamento social brasileiro, como Oliveira Vianna, em jornalistas e intelectuais paranaenses. A produção deste discurso auto-apologético, justificador de privilégios não foi consensual – como demonstram as críticas de autoridades estatais e as constantes disputas do poder executivo estatal de reaver terras – mas, certamente, hegemônico. O fato deste discurso prevalecer sobre outros somente ocorreu devido a um grande aporte político e econômico daqueles que se beneficiaram dele como se evidencia das relações íntimas entre grandes

grupos do setor industrial madeireiro, colonizadoras e ocupantes dos primeiros escalões do poder executivo municipal, estadual e legislativo estadual e federal.

Da mesma forma que não eram consensuais os projetos de sociedade também não eram as visões sobre as formas legítimas de se apropriar a terra. Neste sentido, por meio da revisão bibliográfica constatou-se que não houve (como não há) uma única significação do instituto da “propriedade fundiária”.

Como vimos durante os séculos XIX e XX e ainda no XXI, existiram segmentos da sociedade que buscaram construir diversos significados da propriedade – e até de não propriedade. Na presente investigação demonstra-se que, mesmo não questionando frontalmente a propriedade fundiária capitalista, os adversários desta, as diversas frações do campesinato, tem opostos diversos obstáculos a sua absolutização. Frente a propriedade fundiária capitalista latifundiária estão as terras de uso comum, a propriedade camponesa e os territórios indígenas, cada uma com significações e discursos de legitimidade próprios.

Como se espera ter demonstrado a produção de significados sobre a propriedade fundiária não ocorreu sem a interligação de fatores sócio-históricos e socioambientais. Se o manejo feito pelos denominados caboclos do início do século XX tinha radical diferença da prática agrícola dos latifundiários da elite campeira, passados setenta anos também faxinalenses, vindouros ou colonos do sul produzem significados diferentes da grande propriedade.

Porém apenas a diferença não é suficientes para explicar a institucionalização de um tipo de propriedade fundiária, que passou a ser considerada como sua única forma legítima sobre outras possibilidades. A vigência deu modelo referendado como ideal se deve em muito a suas bases materiais. Estas são encontradas no poderio econômico e político do latifúndio como demonstra a historiografia regional e outras obras especializadas consultadas.

O estudo da documentação produzida por diversos atores estatais (CEI, ELEPIÃO, MPPR) e periódicos de circulação estadual colaborou para compreendermos como o poder local obstaculizou o livre exercício de alguns direitos de propriedade dos adversários da empresa. Mesmo aqueles que não se enquadravam como Posseiros do Pinhão ou integrantes do MST não se sentiam seguros em realizar reclamações contra arbitrariedades da empresa na delegacia do município. Este fato, somado a invisibilidade dos Posseiros de Pinhão nos Autos de Medição demonstra a distância que camponeses estavam dos procedimentos legais de institucionalização da propriedade fundiária. Esta distância, não obstante, não equivalia a desconhecimento de direitos, visto que

organizaram formas específicas de reivindicá-los. Seja resistindo em desocuparem suas terras ou se articulando em movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

AYOUB, Dibe Salua. **Madeira Sem Lei**: jagunços, posseiros e madeireiros em um conflito fundiário no interior do Paraná. Dissertação (Mestrado Antropologia Social) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba 2010.

_____. Os posseiros do Pinhão – conflitos e resistências frente a indústria madeireira. In.: PORTO, Liliana; SALLES, Jefferson de Oliveira e MARQUES, Sônia Maria dos Santos (orgs.). **MEMÓRIAS dos povos do campo no Paraná – centro-sul**. Curitiba: ITCG, 2013.

ABREU, Alcioly Therezinha Gruber de. **A posse e o uso da terra**: modernização agropecuária de Guarapuava. Dissertação (Mestrado na área de História Econômica) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba 1981.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Ed. UFAM, Manaus, 2006.

BERNARDES, Antônio. **Quanto às categorias e aos conceitos**. Revista Formação Online da UNESP. v. 2, n. 18, p. 39-62, jan./jun. 2011. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/602/1225>. Acesso em 02.06.13

BRANDT, Marlon. & CAMPOS, José de Campo. **Uso comum da terra e práticas associativistas da população cabocla do planalto catarinense** In: GEOSUL, UFSC. v.23, n.45, 2008. Disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/12595/11762>. Acesso em 02.06.13.

BRAGA, Júlio Cesar. **A vila operária da Madeireira Gomes**: trabalho, moradia e dominação – Irati (PR) 1950-1985. Revista Tempo, Espaço e Linguagem da Universidade Estadual do Centro do Paraná. Irati, v. 2, p. 68-105, 2011. Disponível em www.revistas2.uepg.br/index.php/tel/article/download/2662/2254. Acesso em 02.06.13.

BOURDIEU, Pierre. **Introdução a uma sociologia reflexiva**. In:_____ O poder simbólico. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

_____. **Violência simbólica e lutas políticas**. In.: _____. Meditações Pascalinas. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 2001.

_____ & CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Belo Horizonte, MG. Editora Autêntica, 2010.

CAMPOS, João Oliverto de, **AGENDA**. In.: PORTO, Liliana; SALLES, Jefferson de Oliveira e MARQUES, Sônia Maria dos Santos (orgs.). **MEMÓRIAS dos povos do campo no Paraná – centro sul**. Curitiba: ITCG, 2013.

CANCIÁN, Nadir A. **Conjuntura econômica da madeira no Norte do Paraná**. Mestrado (Dissertação em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do trabalho. 8ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

CELLARD, André. **A análise documental**. In.: POUPART, Jean et. all. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008

CHANG, Man Yu. **Sistema Faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro sul do Paraná. Boletim Técnico do IAPAR, n. 22, Londrina, 1988.

CRESTANI, Leandro de Araújo. **Conflitos agrários e mercado de terras nas fronteiras do oeste do Paraná (1843/1960)**. Dissertação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo-PR, 2012.

COSTA, Odah Regina Guimarães. **O preço de terras na colônia Içara 1939-1968**. Mestrado (Dissertação em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba 1974.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

_____. **A Ferro e Fogo**: A história da devastação da Mata Atlântica Brasileira. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1996.

DIAS, Reginaldo Benedito; TONELLA, Celene e VILLALOBOS, Jorge Ulisses Guerra. **As memórias do sindicalista José Rodrigues dos Santos**. Maringá: EDUEM, 1998.

ELIAS, Norbert & Scotson, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2000.

FERNANDES, Florestan. **A Reconstrução da realidade nas ciências sociais**. In: _____. Fundamentos da Explicação Sociológica. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1972.

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. **Movimentos sociais no Paraná: 1978-1987**. In.: BONIN, Anamaria. et all. Movimentos Sociais no Campo. Criar: Curitiba, 1987.

GARCIA Jr., Afrânio Raul. **Introdução**: Mercado de trabalho e campesinato. In: _____. O Sul: caminho do roçado – Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Brasília: Marco Zero / Ed. UNB, 1990.

GEHLEN, Ivaldo. **Agricultura familiar de subsistência e comercial**: a identidade cabocla e inclusão social. In: BRANDENBURG, Alfio & FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno org. Para Pensar Outra Agricultura. Curitiba: Ed. UFPR, 1998

GOMES, Iria Zanoni. **1957**: A Revolta dos Posseiros. Curitiba: Criar Edições, 2005.

/

HAGUETTE, Tereza Maria. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

HARTUNG, Miriam F. **O Sangue e o espírito dos antepassados**: escravidão, herança e expropriação no grupo negro Paiol de Telha. Florianópolis: Ed. NUER/UFSC, 2004

HELM, Cecília. **Administração de conflitos e produção de verdades no espaço público**: comparação e interpretação de dois processos judiciais sobre disputa de terras indígenas no Paraná. 5ª Reunião de Antropologia do Mercosul. UFSC, 2003. Disponível em www.antropologia.com.br/arti/colab/vram2003/VRAM%20Livro%20Final.pdf. Acesso em 11/01/12.

HESPANHA, Pedro. **Para uma teoria sociológica da propriedade fundiária**. Revista Crítica de Ciências Sociais da Universidade de Coimbra. n.34, Coimbra, 1992. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/10856>. Acesso em 02.06.13

HOLSTON, James. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil Revista Brasileira de Ciências Sociais. n. 21. p.68-69, fev. 1993. Disponível em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_21/rbcs21_07.htm. Acesso em 25/01/12.

JORGE, William Roberto & MARTINS, Valter. **Operários na floresta**: trabalho e cotidiano nas serrarias de Irati/PR na primeira metade do século XX. Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL) da Universidade Estadual do Centro do Paraná, v.1, n.3, p.95-115, set./dez. 2010. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tel/article/view/2639>. Acesso em 02.06.13

_____. **Homens e Máquinas nas florestas com Araucária** – 1900-1930. In: CAMPIGOTO, José Adilçom e SOCHODOLAK, Hélio. Estudos de História Cultural. Guarapuava: Ed. UNICENTRO, 2000.

KRETZEN, João. **As Grandes Potências Econômicas no Estado do Paraná 1951/1952**. 2.ed. Curitiba: Escritório Sul-Brasil Econômico, 1951.

LINDEBLON, Charles. E. **O processo de decisão política**. Brasília: Ed. UNB, 1981.

LOPES, José Sérgio Leite. **O vapor do diabo**: o trabalho dos operários do açúcar. 2.ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LUCAS, Karim A. H. 2009. **A formação dos educadores como eixo do desenvolvimento curricular**: o Projeto de Educação dos Posseiros do Paraná (PEPO), tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de doutor ao Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC/SP.

LUZ, Cirlei Francisca. **A madeira na economia de Guarapuava e Ponta Grossa 1915-1974**. Mestrado (Dissertação em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba 1980.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais**. In: BALHANA, Altiva Pilates & MACHADO, Brasil Pinheiro. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. Boletim da Universidade Federal do Paraná, Conselho de Pesquisas, Departamento de História n. 3, Curitiba, 1963.

MARÉS, Carlos Frederico. **A Função Social da Terra**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2003.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do atraso** (Ensaio de Sociologia da História Lenta). São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. In: _____. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. 2a ed. revisada e atualizada, São Paulo: Contexto, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa social: Teoria método e criatividade**, 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MONTEIRO, Nilson. **Madeira de Lei**: uma crônica da vida e obra de Miguel Zattar. Curitiba: Ed. do Autor, 2008.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná, 1769-1924. Maringá: EDUEM, 2009.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas Fronteiras do Poder**: Conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX. Tese em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

_____. **A Grilagem como legado**. In.: MOTTA, M. & PINEIRO, T. L. *Voluntariado e Universo Rural*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001. Disponível em: www.historia.uff.br/artigos/motta_grilagem.pdf. Acesso em: 05/09/2013.

_____. **A Tragédia dos Guarani Kaiowás e a dança dos campos científicos**. Disponível em <http://www.carosamigos.com.br/>. Acesso em 02/011/2012

_____; OLINTO, Beatriz A., OLIVEIRA, Oséias de (orgs.) **História Agrária: Propriedade e Conflito**. Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2008.

_____. **Posseiros no Oitocentos e a construção do mito invasor no Brasil (1822-1850)**. In: MOTTA, Márcia, ZARTH, Paulo (orgs.) *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: Unesp; Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008. v.1: Concepções de justiça e resistência nos Brasis.

MOURA, Rosa; LIBARDI, Diocles; SILVA, Sandra T. da; BARION, Maria I. **“Os vários Paranás: diversidade, desigualdade e inserção diferenciada na divisão social do trabalho”**. Revista Notas de Pesquisa, IPARDES, 2011. Disponível em http://www.ipardes.gov.br/webasis.docs/rev_pr_111_notas_pesquisa.pdf. Acesso em 22.03.13.

MYSKIW, Antônio Marcos. **Colonos, posseiros e grileiros**: conflitos de terra no Oeste. Paranaense (1961/66). Mestrado (Dissertação em História Social) – Programa de Pós-graduação Interinstitucional Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e Universidade Federal Fluminense (UFF), 2002.

NEIBURG, Federico, **Apresentação à edição brasileira**. In.: _____. Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.,2000.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores**. Genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

PASSOS, Renato Ferreira. **O Pinhão que eu conheci**. S/d. Edição do Autor. Cidade

PEREIRA, William Cesar Castilho. **Movimento institucionalista: principais abordagens**. In: Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, v. 7, n. 1, p. 10-19, abr.2007.

PORTO, Liliana. Memórias de um mundo rústico: narrativas e silêncios sobre o passado em Pinhão/PR. In.:_____; SALLES, Jefferson de Oliveira e MARQUES, Sônia Maria dos Santos (orgs.). **MEMÓRIAS dos povos do campo no Paraná – centro sul**. Curitiba: ITCG, 2013.

PRIORI, Ângelo Aparecido. A. **A Revolta camponesa de Porecatu**: A luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952). Doutorado (Tese em História) – Universidade Estadual de São Paulo, Assis, 2000.

RIBEIRO, Luís Carlos. **Memória, trabalho e resistência em Curitiba** (1890-1920). Mestrado (Dissertação em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo 1985.

RITTER, Marina Lourdes. **As sesmarias no Paraná no século XVIII**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1980.

SALLES, Jefferson de Oliveira. **A relação entre o poder estatal e as estratégias de formação de um grupo empresarial paranaense nas décadas de 1940-1950**: o caso do grupo Lupion. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (org.). A construção do Paraná Moderno. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

_____. **Contribuição para a história do setor industrial madeireiro no Paraná: 1930-60**. In: SONDA Cláudia e TRAUZYNSKI, Sílvia Cristina (orgs.). Reforma agrária e meio ambiente: teoria e prática no estado do Paraná. Curitiba: ITCG, 2010.

SANTOS, Zelo Martins dos. **Visconde de Guarapuava**: Um personagem na história do Paraná. Doutorado (Tese em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba 2005.

SCALIANTE, Hortência Danielli. **Violência e conflitos políticos no processo de colonização da Região Noroeste do Estado do Paraná**: os casos dos grilos "Apertados" e "Areia Branca do Tucum" (1950-1970). Mestrado (Dissertação em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

SCHNEIDER, Claércio Ivan. **Os Senhores da Terra**: produção de consensos na fronteira (oeste do Paraná, 1946-1960). Mestrado (Dissertação em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba 2001.

SFAIR, Emir. Coluna “**30 anos de História Política no Paraná**”. Jornal Gazeta do Povo, 14.02.77. Disponível em <http://www.canaldaimprensa.com.br/canalant/opiniaodoito/opini%C3%A3o2.htm>. Acesso em 17.08.09.

SILVA, José Graziano da. **A estrutura agrária do Estado do Paraná**. In: Revista Paranaense de Desenvolvimento. Ed. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, n. 87, jan.-abril 1996, p. 175-195. Curitiba.

SILVA, Márcia da. **Análise política do território**: Poder e desenvolvimento no centro-sul do Paraná. Guarapuava: Ed. UNICENTRO, 2007.

SILVA, Osvaldo Heller da. **A Foice e a Cruz**: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná. Curitiba: Ed. Rosa de Bassi, 2006.

SOUZA, Natalino Avance de Souza. **Arranjos produtivos locais**: o caso de chapas e laminados de Ponta Grossa. Mestrado (Dissertação em Economia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba 2005.

THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

TOMAZI, Nelson Dácio. **Norte do Paraná Histórias e Fantasmagorias**. Curitiba: Ed. Aos Quatro Ventos, 2000.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Violência e Grilagem**: instrumentos de aquisição da propriedade da terra. Belém: Ed. UFPA / Ed. ITERPA, 2001,

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Capital e propriedade fundiária**: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.

_____. **Raízes Históricas do Campesinato brasileiro**. In: _____. O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

_____. **Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira**. In: _____. _____. O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste**: Ocupação e Colonização. Curitiba: Editora Litero-Técnica, 1985.

_____. **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: Editora Vicentina, 1987.

_____. **Obrageiros, Mensus e Colonos**: História do Oeste Paranaense. Curitiba: Editora Vicentina, Curitiba, 1982.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. v.1, Brasília: UNB, 2000.

_____. **Classe, estamento e partido**. In: _____. Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1974.

WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. **Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno**. Boletim do Departamento de História. n. 7—Universidade Federal do Paraná. Curitiba: Ed. UFPR. 1968.

WOLF, Eric. **Tipos de Campesinato Latino-Americano**: Uma Discussão Disciplinar in Antropologia e Poder, Brasília/Campinas: EdUnB/Editora Unicamp, 2003.

WOORTMANN, Klass. **Com Parente não se Neguceia**: O Campesinato como Ordem Moral in Anuário Antropológico 87, Brasília/Rio de Janeiro: Editora UnB/Tempo Brasileiro, 1990.

VAZ, Terezinha Aguiar. **Na Terra dos grileiros**: Romance do ciclo das serrarias. Curitiba: Ed. Litero-técnica, 1976.

VAZ, Raul. **Moysés Lupion** – A verdade. Curitiba: Publicações Paratodos, 1986.

VILLAÇA, Paulo Ignácio Corrêa. **Terra e Poder no Sertão Paulista**: Dominação de Classe e Conflito de Terras no Pontal do Paranapanema (Autos da Comarca de Presidente Prudente – 1890/1940).

VILLELA, Jorge. M. **O Povo em armas**: violência e política no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Núcleo de Antropologia Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

ZILIOTTO, Bruno. **Operários de Serraria**: Um estudo sobre as relações de trabalho em serrarias da região dos Campos de Lages (1940-1970). Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. Disponível em <http://www.pergamum.udesc.br/dados-bu/000000/000000000000A/00000A8D.pdf>, Acesso em.05/06/2013.

FONTES DOCUMENTAIS

BONFIM, A. & MUNIZ, F. J. **Comentário à lei de terras do estado do Paraná**. In.: Terra e Cidadania. v. 3. Legislação e Estudos. Curitiba: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, 2008. Disponível em www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Terra_e_Cidadania_v1.pdf. Acesso em 06/06/12.

CAVAZOTTI, Fábio. **Especial MST**. Folha de Londrina, 07/05/06, disponível em http://www.fetraconspar.org.br/informativos/2006/419_08_05_06.htm, acessado em 22/09/2011.

CODEPAR. **O Paraná e a Economia Madeireira**. CODEPAR/SPL. Curitiba, 1964.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA. **Ofício 264/75-ITC**. Enviado pelo Presidente da Fundação Instituto de Terras e Cartografia, Edmundo Capella ao Coordenador Regional do INCRA/PR, Aroldo José Moletta. Curitiba 1975.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS. **Mapa Presença Indígena no Estado do Paraná**. Disponível em <http://www.itcg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=47>. Acesso em 02/09/12.

Ministério Público do Paraná denuncia 62 por crimes financeiros: <http://www.parana-online.com.br/editoria/almanaque/news/92872/>. Acessado em 02/06/12.

O Estado do Paraná 09.11.91. CPT denuncia ameaças a posseiros.

Folha Londrina 15.11.91 (da sucursal de Curitiba). Guerra Madeira traz violência a Pinhão.

Folha Londrina 15.11.92. Um ano de Fúria

Folha Londrina 20.11.91. Américas Watch constata situação tensa em Pinhão

Folha Londrina 23.11.91 (da sucursal de Curitiba). Em Pinhão mais três Posseiros são baleados.

Folha de Londrina 22.12.92 (da sucursal de Curitiba). Jagunços ferem Lavrador.

Jornal Do Estado 23.11.91. Emboscada deixa três feridos em Pinhão Pistoleiros acabam com trégua entre madeireira e agricultores no Centro Oeste do Paraná [e] Incra embarga corte de madeira

Jornal O Estado do Paraná 22.02.94. Pistoleiros da Madeireira Zattar ainda matam impunemente em Pinhão

Gazeta Povo 23.08.94. Situação de Pinhão é levada ao Governador.

PALOMBO, Valéria. Jornal O Estado do Paraná 13.11.91. Jagunços promovem terror no Centro Oeste.

PARANÁ. Assembleia Legislativa. **Relatório da Comissão Especial da Assembleia Legislativa constituída para verificar os conflitos fundiários no município de Pinhão**. Deputada Estadual Emília Belinati relatora. Curitiba 1992.

_____. **Deputado João Chede**. Disponível em <http://www.alep.pr.gov.br/arquivos/galeria32.php>. Acesso em 17.08.09.

_____. **Deputada Emília Belinatti**. Disponível em <http://www.seeg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=92>. Acesso em 04/06/2013.

_____. **Deputado João Mansur**. Disponível em <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/deputado/98/joao-mansur/>. Acesso em 05/10/12.

_____. Registro geral. **Autos de Medição e Divisão do Imóvel Pinhão** – Faxinal dos Ribeiros ou Vale do Rio da Areia. 28/03.67. Cartório da 1ª Vara Cível da Comarca de Guarapuava. Guarapuava 1967.

_____. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **Juiz Raul Vaz**. Disponível em http://www.tce.pr.gov.br/otribunal_historia.aspx. Acesso em 30/07/12.

Senado Federal. **Senador Othon Mader**. Disponível em http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.aspxcodparl=2167&li=38&lcab=1946-1951&lf=39. Acesso em 26.07.12.

ANEXO I: TABELA CONFLITOS FUNDIÁRIOS

Porecatu, Jaguapitã, Florestópolis, Alvorada do Sul (Mirassol, Centenário do Sul,	“caboclos, sitiante, lavradores-colonos, posseiros e intrusos”, “agitadores comunistas”, “aventureiros” X “grandes proprietários” auxiliados pela “polícia”, “autoridades estaduais”
Lupionópolis, Cafeara, Guaraci) - Revolta de Porecatu – 1945-1952	envilvidas em “negociatas” com terras; “colonos” e “meeiros” X “fazendeiros” - Força policial expulsa “intrusos e posseiros” (WESTPHALEN, et. all., 1968, p.33-38); “Grileiros, latifundiários” X “posseiros” (PRIORI, ANO, P.).
Clevelândia – meados década 1950	Colonos perdem terras (WESTPHALEN, op. cit., p.35)
Pato Branco, Vitorino, Renascença, Verê, Francisco Beltrão, Marmeleiro, Barracão (Santo Antônio, Mariópolis e Capanema) - Revolta do Sudoeste 1950-1957, com desdobramentos até 1960	“Famílias excedentes das antigas zonas coloniais do RS e SC”; “posseiros-colonos”, “pequenos proprietário”, “posseiros” X “papa-terras” e a “jagunços” de “colonizadoras imobiliárias (Clevelandia Industrial e Territorial Limitada, Cia. Comercial Agrícola Limitada e Cia. Colonizadora Apucarana Ltda. – conhecidas por CITLA, COMERCIAL e a APUCARANA)” em alguns casos, apoiadas por “jagunços e policiais” associados a “funcionários públicos” como “delegados e inspetores de terras” que colaboraram com colonizadoras que expulsam colonos e posseiros (WESTPHALEN, et. al. 1968, p.34-35, 41-48) Colonos X Companhias colonizadoras auxiliadas por jagunços com apoio e conivência de delegados, inspetores de de terras e prefeitos (GOMES, 1987)
Ponta Grossa (Sutil/Santa Cruz) - 1910-1914	Quilombolas X colonizadoras e governo do Estado (HARTUNG)
Cascavel e Goioerê- fins década de 1950 até 1961	“funcionários da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração” que “agridem”e “invadem as terras de colonos”; “posseiros” X “jagunços organizados pela Sociedade Imobiliária Oeste do Paraná (SINOP) e Companhia Brasileira de Imigração e Colonização (COBRINCO)” – no caso desta última, ocorreu a expulsão de posseiros do imóvel Boa Esperança (WESTPHALEN, et. all., 1968, p.38 e p.48)
Uraí – 1961	“Jagunços invadem terras e roubam café”. As autoras afirmam ser conflito de terras, mas não identificam sujeitos (WESTPHALEN, op. cit., p.48)
Guaraniaçu – 1955	Sem citar os sujeitos, afirmando apenas “cenas de sangue” envolvendo disputas pr terras (WESTPHALEN, et. all., 1968, p.40).
Assis Chateaubriand - final da década de 1950 e 1975-1977 (Família Ballico)	jagunços X pequenos proprietários (WESTPHALEN, et. all., 1968, p.39)
Guaíra - 1956	“Em 1956, a ameaça de uma nova Porecatu” devido a ação da “Sociedade Imobiliária Noroeste do

	Paraná – SINOP, que com seus jagunços, promovia despejo de posseiros e proprietários com títulos legalizados” na colônia Rio Verde (WESTPHALEN, et. all., 1968, p.40 e 43).
Alto Paraná - 1961	Pequenos proprietários, posseiros X colonizadoras; “Posseiros e jagunços” X “policiais” e “jagunços e funcionários da Colonizadora Alto Paraná” (MISKIW, ANO, p.78)
Assis Chateaubriand e Tupãssi - 1955-1962	“Colonizadora Norte do Paraná” apoiados por jagunços X “Posseiros, colonos e grileiros” (CRESTANI, 2011)
Três Barras do Paraná - 1961 e 1964	Posseiros X grileiros (MISKIW, ANO, p.87)
Medianeira - Revolta de 1961	“colonos e posseiros” X Companhia Alto Paraná. A Cia. Colonizadora consegue despejo de posseiros e houve conflito entre polícia enviada para “pacificar” a região e pessoas que acreditava-se serem “colonos” mas descobriu-se serem “jagunços foragidos”(WESTPHALEN, et. all., 1968, p.49); colonos e posseiros X jagunços e policiais (MISKIW, ANO, p.175)
Sertanópolis, Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana – 1956-1964	“caboclos” X “guascas” [jagunços] pagos por “companhias de colonização” (WESTPHALEN, et. all., 1968, p.30-31); Greves na UCP Sindicalismo Rural -(HELLER, ANO, P.)
Sengés e Içara – Final da década de 1940 Doutor Ulisses (parte antiga Sengés) -década 1970	“caboclos e sitiantes” X “privelegiados e políticos das cidades” (WESTPHALEN, op. cit, p.34); Quilombolas X madeiras e governo do Estado (PARANÁ, CLÓVIS MOURA, 2009).
Guarapuava -Década de 1950 sem precisar o ano e 197? Pinhão - 1973-1980	Índios X “bandoleiros e pistoleiros” que tentaram expulsa-los de suas terras, havendo “mortos e feridos na luta” (WESTPHALEN, op. cit.,p.35), Quilombolas X grileiros apoiados por policiais e jagunços (HARTUNG, ...); “posseiros, faxinalenses e sem terras” X Empresa João José Zattar S/A. (AYOUB, 2011; PARANÁ, 1973)
Palotina - Fins 1950 até 70	Pequenos proprietários, posseiros X colonizadora

ANEXO II: ORGANOGRAMA REDES DE PROPRIEDADE E PODER

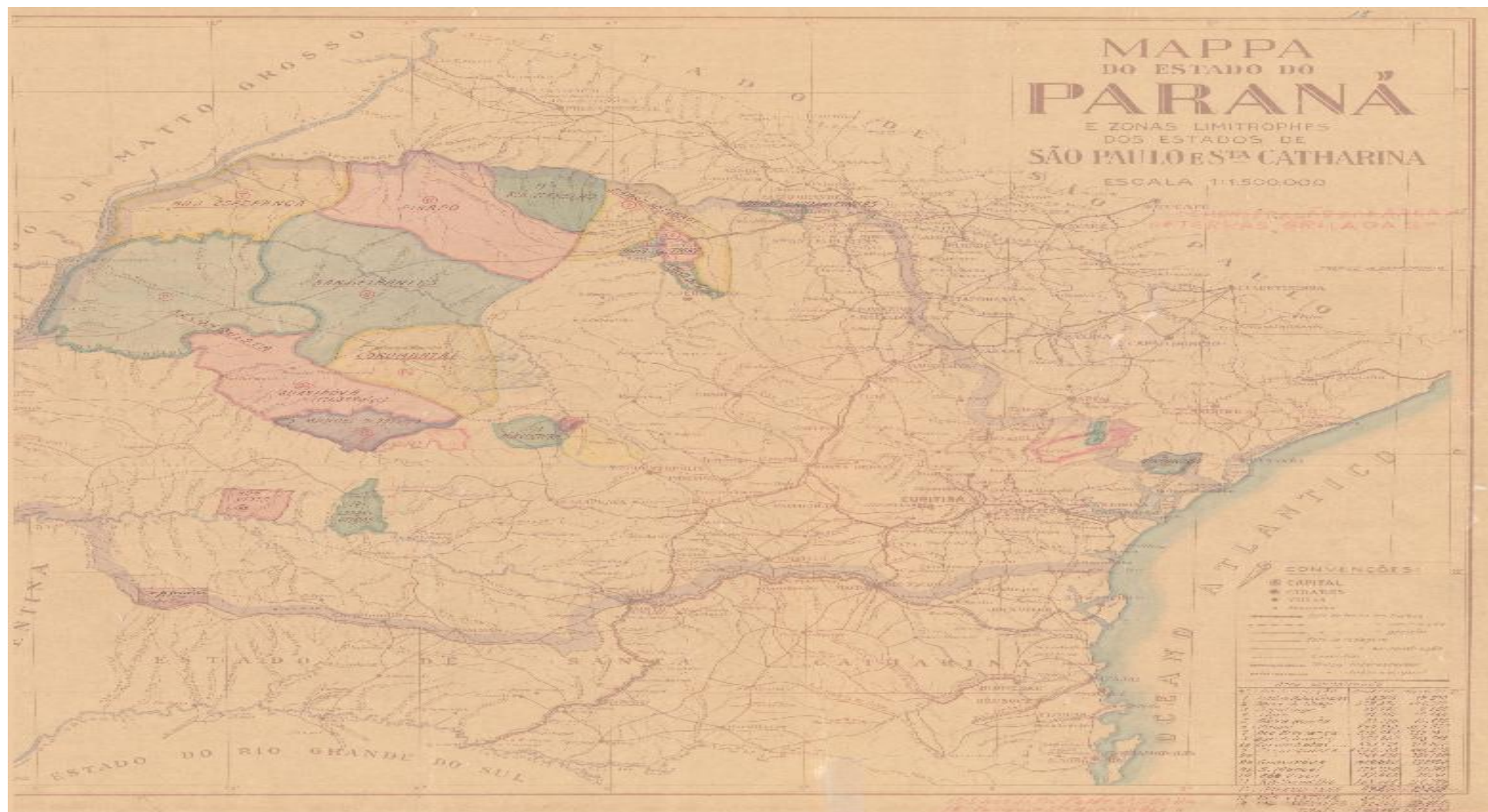
NOME	TIPO DE LIGAÇÃO	FUNÇÃO
Osiris Seiler	Diretor da Zattalândia quando eleito primeiro prefeito eleito de Pinhão.	Empresarial,

Roriz	Diretor Industrial das Indústrias Zattar.	estatal.
João e Antenor Mansur	Estes irmãos estiveram entre os principais articuladores da criação do município de Pinhão . Acionistas majoritários da Produtora de Madeiras Irati S/A (1951), tendo como sócios os irmãos João e Miguel Zattar. Segundo AYOUB, a empresa foi adquirida nos anos 1970 pelas Indústrias Zattar, fato relacionado à carreira política de João Mansur, a partir de 1951, ocupou dois mandatos consecutivos de vereador e um de prefeito em Irati. Posteriormente, por cinco legislaturas (entre 1967 e 1982), foi deputado estadual, ocupando, na ALEP, cargos de “presidência”, “líder do governo”, compondo as comissões de “ Constituição e Justiça ”, “Finanças”, “ Terras, Colonização e Imigração ”, “Redação e Turismo”. Como presidente da ALEP, ocupou por duas vezes função de governador.	Empresarial, administrativa, estatal (executivo e legislativo).
Nagibe Chede	Integrou o Conselho Fiscal e Conselho Administrativo das Indústrias Zattar. Auditor do Tribunal de Contas do Estado (cargo que exerceu junto com Raul Vaz, ex-procurador do Instituto de Terras do Estado, todos por nomeação de Lupion). Nagibe (também tendo, entre outros sócios, Raul Vaz) foi um dos fundadores da Rede Paranaense de Televisão. Irmão de João Chede, articulador da candidatura de Moysés Lupion para governador, tornando-se com apoio deste, deputado estadual pelo PSD, presidente da Assembleia Legislativa e, neste período, presidente da Assembleia Constituinte Estadual de 1947. João e Vaz eram, no período, sócios do Grupo Lupion S.A.	Empresarial, administrativa, estatal (legislativo)
Luiz Antônio de Camargo Fayet	Deputado estadual, presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badep). Sócio das indústrias Zattar. Ocupava a direção do Banco do Estado do Paraná (Banestado) quando este foi privatizado no governo Jaime Lerner. <u>Atualmente é consultor de logística da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).</u>	<u>Empresarial, estatal (legislativo e administrativo)</u>
Darci Slavieiro	Sócio, no início dos anos 1970, juntamente com os irmãos Zattar e os irmãos Mansur, da Produtora de Madeiras Irati S/A. Era um dos proprietários do Grupo Slavieiro, empresa associada à Madebras.	Empresarial, administrativa
Odone Fortes Martins	Proprietário e dirigente do jornal Indústria & Comércio, que concedeu ao empresário João José Zattar como “empresário de destaque”. Esteve associado às Indústrias Zattar. Integrante da família Forte Martins, proprietários de empresas do setor industrial madeireiro, envolvidas em transações que resultaram na expropriação de parte da terra indígena (demarcada) de Mangueirinha. Negócio que também contou com a participação do Grupo Slavieiro, deputados estaduais e governo Moysés Lupion.	Empresarial
Juvenal de Assis Machado	O “Machadinho” como era conhecido, era membro “das famílias dominantes de Guarapuava e Pinhão”, foi prefeito de Guarapuava, é tido como responsável pela introdução da empresa Zattar em Pinhão por meio da intermediação de venda de pinheiros antes da instalação das serrarias da empresa.	Mercantil, estatal
Luiz	Sócio administrador da PARAMOL Fábrica de Tintas, adquirida pela Indústria Brasileira de Lápis S/A	Administrativa,

Reinado Zanon	(LABRA) em meados da década de 1980. Manteve seu posto na LABRA (pelo menos até 1986). As indústrias Zattar possuíam parte significativa das ações da LABRA no período. Recebeu diversas premiações de entidades de representação do empresariado paranaense. Membro da família de Maximino Zanon, um dos fundadores do PTB no Paraná, responsável (em articulação com o PSD) pela indicação de Lupion para governador em 1947.	empresarial
Cacex	Órgão foi criado dentro da estrutura da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil. Miguel foi um de seus presidentes.	Administrativa e estatal
Lídio Paulo Bettega	Presidente da Federação das Indústrias do Paraná, nome do prédio centra do SESI, proprietário de serrarias, membro da direção das Indústrias Zattar.	Administrativa, empresarial
Humberto Puglieli	Integrante do “Conselho Fiscal” da João José Zattar S/A em 1952, juntamente com Nagibe. É citado como beneficiário no caso do “grilo Santa Cruz”, Sócio da Cia. Seguradora dos Proprietários do Brasil.	Administrativa
Madebras	Holding de exportação de madeiras que tinha entre seus sócios diversas das maiores empresa do setor madeireiro: Grupo Lupion, Cury, Slavieiro, Grupo Fortes-Martins, irmãos Mansur, João Batista Ribas (presidente do DTC na década de 1940 governo Lupion, atual ITCG), etc.	Empresarial
Cia. Seguradora dos Proprietários do Brasil	Formada por uma articulação de empresários homóloga à Madebras, contando também com a participação de grandes empresas do setor industrial madeireiro.	Empresarial

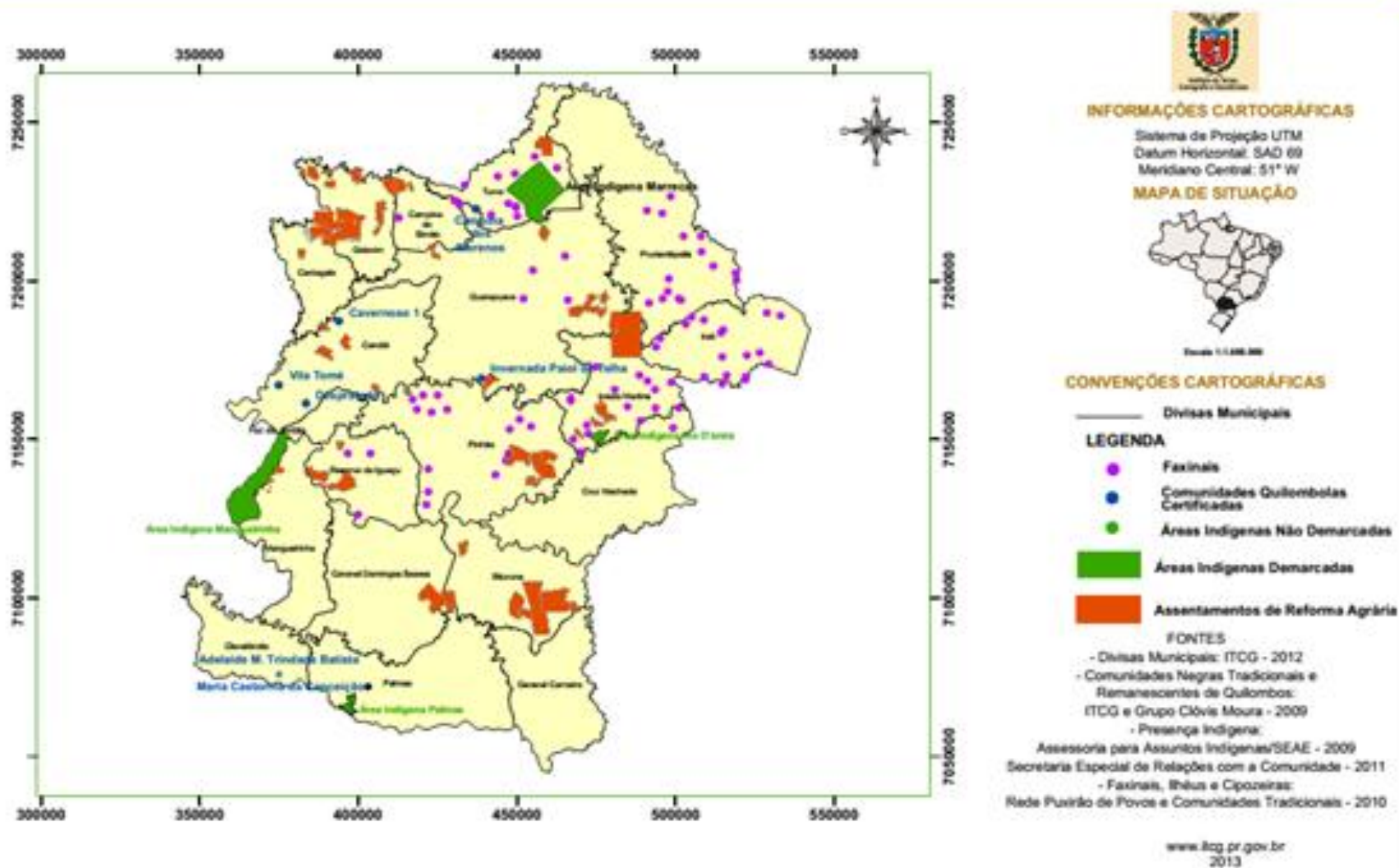
Fontes: Osiris Seiler Roriz: KRETZEN, 1951; MONTEIRO, 2008; Irmãos Mansur: www.alep.pr.gov.br/deputados/deputado/98/joao-mansur/, KRETZEN, 1951, MONTEIRO, 2008;. JCP; Irmãos Chede: www.canaldaimprensa.com.br/canalant/opiniaodoito/opini%C3%A3o2.htm, acesso em 17.08.09; www.alep.pr.gov.br/arquivos/galeria32.php, acesso em 17.08.09. Para João ver www.alep.pr.gov.br/arquivos/galeria32.php.; sobre as ligações políticas e empresariais entre João e Grupo Lupion, consultar SALLES, 2004. Luiz Antônio de Camargo Fayet: MONTEIRO, 2008 e www.prpr.mpf.gov.br/arquivos/externas/000150.php, e www.jusbrasil.com.br/diarios/791817/dou-secao-1-21-10-2003-pg-118, www.prpr.mpf.gov.br/arquivos/externas/000150.php<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/791817/dou-secao-1-21-10-2003-pg-118>. Odone Fortes Martins: MONTEIRO, 2008, p. 171; Humberto Puglieli: CRESTANI, 2012, p.92-93; Cacex: LUZ, C. F. 1980: p.264-265; Luiz Reinado Zanon: JCP, MONTEIRO e KRETZEN; Darci Slavieiro: KRETZEN, e JCP; Juvenal de Assis Machado: PORTO, 2013, p.119; Madebras e Cia Seguradora dos Proprietários do Brasil: MONTEIRO, KRETZEN e JCP.

ANEXO III: GRILOS DE TERRA NO PARANÁ DGTC 1932



ANEXO IV: TERRAS E TERRITÓRIOS TRADICIONAIS E DA REFORMA AGRÁRIA NO CENTRO SUL DO PARANÁ

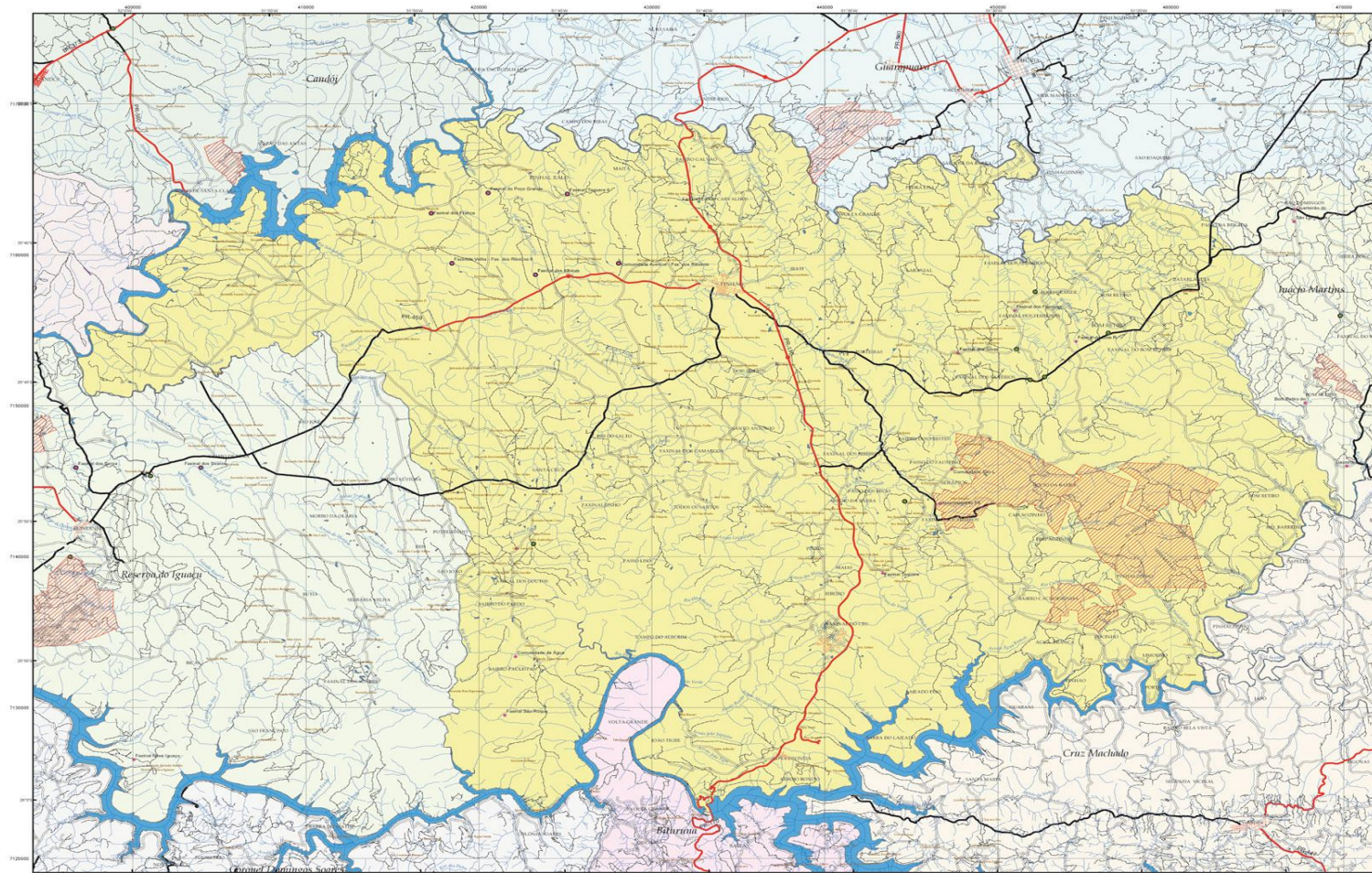
Terras e Territórios de Comunidades Tradicionais, Áreas Indígenas e Assentamentos de Reforma Agrária em Municípios da Região Centro Sul do Estado do Paraná.





ANEXO VI: MAPA DE PINHÃO

Memórias dos Povos do Campo no Paraná - Centro-Sul | Pinhão, PR



ESTE MAPA É PARTE INTEGRANTE DO LIVRO "MEMÓRIAS DOS POVOS DO CAMPO NO PARANÁ - CENTRO SUL", OBRA PUBLICADA PELO INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEODINÂMICAS DO PARANÁ - ITCG, GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, COM O INCENTIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA - MNC. ISBN 978-85-64176-04-1

Escala 1:100.000

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SANTA CATARINA
DATUM HORIZONTAL: SAD-69
MERIDIANO CENTRAL: 51° W
UNIDADE DE MEDIDA: METROS

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

Assentamentos
Acampamentos
Fazendas

SISTEMA DE TRANSPORTE

Caminho carroçável
Rodovia de tráfego periódico
Rodovia pavimentada
Rodovia não pavimentada
Arruamento
Campo de pouso de emergência ou pista de aeroporto

HIDROGRAFIA

Curso d'água (2ª a 6ª ordem)
Massa d'água

SITUAÇÃO DA FOLHA NO ESTADO DO PARANÁ



ARTICULAÇÃO DA FOLHA



FONTE:
BASE HIDROGRÁFICA INTEGRADA OTTOCODIFICADA 1:50.000 - Copel/Agua Paraná 2011
NOMES GEOGRÁFICOS BASE HIDROGRÁFICA 2011
PAPELAMENTO SISTEMÁTICO - 1:50.000 ITCG/COPEL
NOMES LOCALIDADES MAPEAMENTO SISTEMÁTICO
DIVISAS MUNICIPAIS 1:100.000 - ITCG 2012
MALHA RODVIÁRIA - DER 2009
FAZENDAS - ITCG 2011
ACAMPAMENTOS - INEPA 2008
Elaboração: Diretoria Geodinasâmicas
Junho/2012



GOVERNO DO ESTADO
Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos

Ministério da
Cultura

